

60

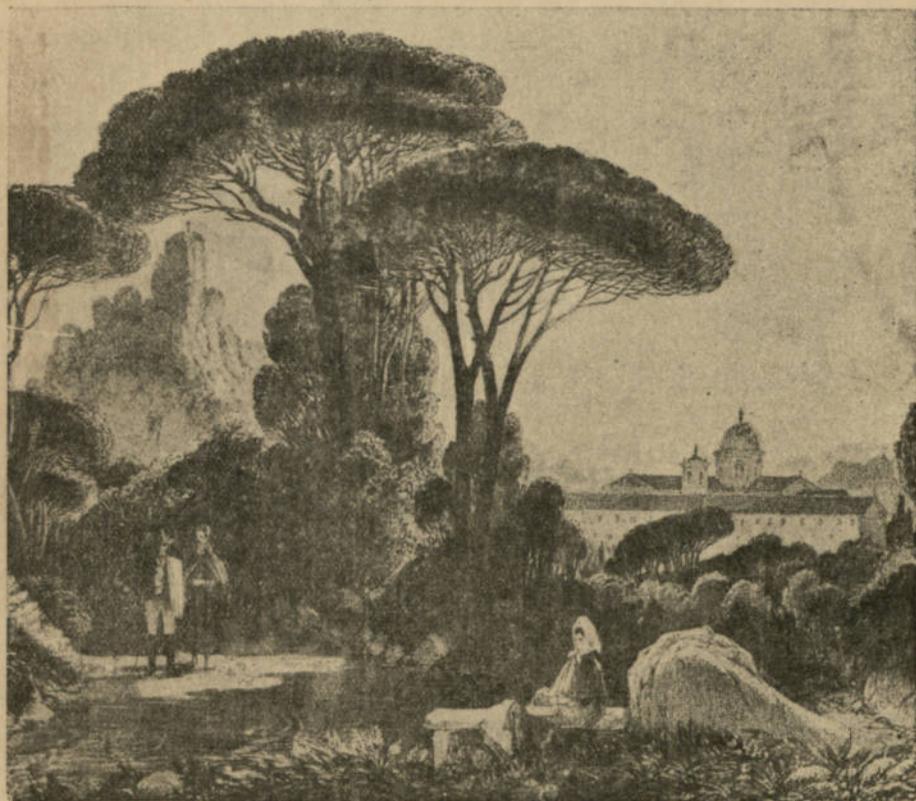
277

H. G. 17926

TUDE M. DE SOUSA

ANTIGO DIRECTOR DA COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
DO INSTITUTO DE SINTRA

MOSTEIRO E QUINTA DA PENHA LONGA NA SERRA DE SINTRA



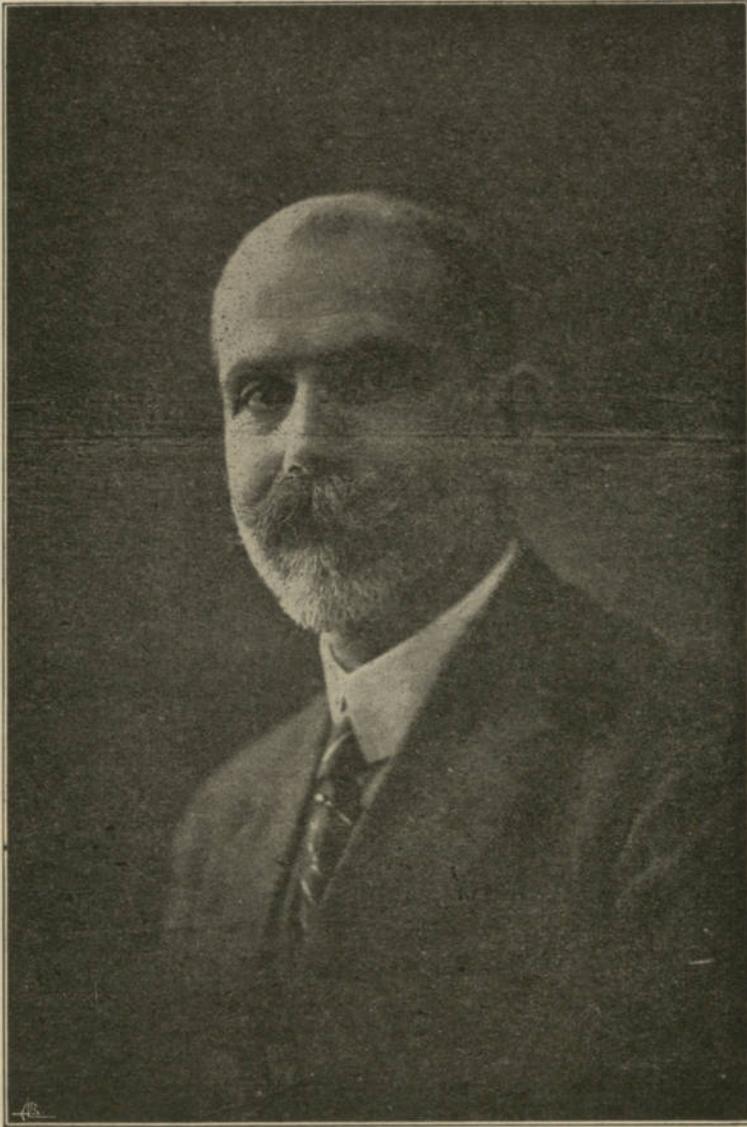
SINTRA GRÁFICA
DE
ANTÓNIO MEDINA JÚNIOR
S I N T R A

17926

MOSTEIRO E QUINTA DA PENHA
LONGA NA SERRA DE SINTRA



TUDO PERTINENTE DA SERRA



TUDE MARTINS DE SOUSA



DO AUTOR

- REGIMEN PASTORIL DOS POVOS DA SERRA DO GERÈS (*Separata do fascículo n.º 3 do tomo II da «Portugália» — 1907*).
- IDEM (*Separata do fascículo n.º 4 do tomo II da «Portugália» — 1908*).
- SERRA DO GERÈS — «*Estudos, Aspectos, Paisagens*». (Pôrto — Livraria Chardron, Editora — 1909).
- A ÁRVORE — «*Leituras florestais para crianças*». Livro aprovado pelo Governo para prêmio das Escolas Primárias. (Pôrto — Livraria Chardron, Editora, 1912).
- A TRADIÇÃO, O VALOR E O CULTO DA ÁRVORE. — «*Palestra pública de propaganda florestal*». (Pôrto — Livraria Chardron, Editora — 1912).
- A SERRA, AS PASTAGENS E OS GADOS. — «*Palestra pública de propaganda florestal*». (Publicação oficial da Direcção Geral da Agricultura — 1914).
- A ÁRVORE NA ESCOLA PRIMÁRIA. — «*Conferência Pedagógica na Faculdade de Ciências de Lisboa, a convite do Ministério da Instrução Pública*». (*Separata do «Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública» — Ano I, n.º 3 — 1916*).
- ÁRVORES FLORESTAIS. — «*Sua cultura, exploração e aplicações*». (Lisboa — Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira — 1917). Esgotado.
- OS PINHAIS. — «*Como se conservam. — Como se aumentam*». Vol. XXVIII da *Livraria do Lavrador*, Publicação do jornal «O Comércio do Pôrto» — 1941 — 2.ª edição).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA. — «*Relatório da instalação da Colónia e seu funcionamento até 31 de Dezembro de 1917*». (Publicação oficial — 1920).
- IDEM. — «*Relatório dos diversos serviços desde 1 de Janeiro de 1918 até 31 de Dezembro de 1920*». (Publicação oficial — 1922).
- O TRABALHO DOS PRÊSOS NA AGRICULTURA. — (*Separata do volume V, Série II do «Boletim do Instituto de Criminologia» — Lisboa — 1925*).
- MATA DO GERÈS. — «*Subsídios para uma monografia florestal*». (*Separata de «A Voz do Lavrador» — 1926 — Boletim da Associação dos Regentes Agrícolas*). — Tiragem adquirida pela Direcção Geral dos Serviços Florestais).
- GERÈS. — «*Notas etnográficas, arqueológicas e históricas*». (Coimbra — Imprensa da Universidade, Editora — 1927).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA. — «*Relatório dos diversos serviços desde 1 de Janeiro de 1921, até 30 de Junho de 1926*». (Publicação oficial — 1927).
- TATUAGENS. — (*Separata do «Boletim do Instituto de Criminologia», Vol. VIII e IX — 1927-1928*).
- COLÓNIAS PENAS AGRÍCOLAS. — (*Separata do Vol. X do «Boletim do Instituto de Criminologia»*). Conferência lida na sala da Sociedade de Propaganda de Portugal, por convite da Universidade Popular Portuguesa, no dia 4 de Julho de 1929.
- ALGUMAS VILAS, IGREJAS E CASTELOS DO ANTIGO PRIORADO DO CRATO. — (*Crato — Flor da Rosa — Amieira*). *Separata de «Arqueologia e História», da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. VIII — 1930*.
- ATÉ QUE IDADE DEVE ESTENDER-SE A COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE MENORES? — *Tese apresentada à 16.ª reunião da Associação Internacional para Protecção à Infancia, realizada em Lisboa de 25 a 29 de Outubro de*

- 1931.—Em «Bulletin International de la Protection de l'Enfance, n.º 110 — Bruxelles, 1931. — (Publicada também, em francês, no «Boletim do Instituto de Criminologia, Vol. XV — Série VIII — Lisboa, 1932).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA. — «Relatório dos diversos serviços desde 1 de Julho de 1926 até 30 de Junho de 1929». (Publicação oficial — 1932).
- A MISERICÓRDIA DA AMIEIRA (Do antigo priorado do Crato) — Separata do Vol. X de «Arqueologia e História», da Associação dos Arqueólogos Portugueses — Lisboa — 1932.
- MANTEIGA DE SINTRA (Conferência, publicada pela Comissão de Iniciativa e Turismo, de Sintra — 1935).
- DIOGO MARCHÃO TEMUDO. — Separata de «Brados do Alentejo», de Estremoz, n.ºs 267 a 271 (1936).
- AMIEIRA. — (Do antigo priorado do Crato) — 1936. (De colaboração com Francisco Vieira Rasquilho).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA. — Notas para um Estudo — Separata do «Boletim dos Institutos de Criminologia — n.º 1 — (Lisboa) — 1937.
- OS «MAGGESI» DE PORTUGAL. — Separata de «Brados do Alentejo», de Estremoz, n.ºs 306 a 375. — (1938).
- TOMAZ CACHEIRO — CRIADO DO PRIOR DO CRATO. Comunicação apresentada à Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 23 de Dezembro de 1937 — Separata do Vol. III dos «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses». — Lisboa, 1938.
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA. — Notas relativas à sua criação, abertura e funcionamento — (Separata do n.º III do «Boletim dos Institutos de Criminologia — 1938).
- S. TUDE NO AGIOLÓGIO, NA CONQUISTA DE LISBOA E NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL. — (Livreria Civilização — Pôrto — 1940).
- COMENDADEIRAS DE SANTIAGO — (Separata do «Arquivo Histórico de Portugal». — IV Vol. — 1940).
- PASTOREIO E ARTE PASTORIL, em «Vida e Arte do Povo Português», edição do Secretariado da Propaganda Nacional. — 1941. (Publicação dos centenários).
- GADEIA DE BELÉM — Notas de investigação prisional — (Separata do «Boletim dos Institutos de Criminologia». — Lisboa — 1941).
- MEMÓRIA HISTÓRICO-TOPOGRÁFICA DAS CALDAS DO GERÊS, por José dos Santos Dias. — «Introdução e Notas de Tude M. de Sousa». (Separata do «Arquivo Histórico de Portugal — Vol. IV — 1942).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA. — «Relatório dos diversos serviços desde 1 de Julho de 1929 até 31 de Dezembro de 1941». — Publicação oficial — 1942).
- A ELECTRICIDADE NOS CAMPOS. — «Comunicação apresentada ao I Congresso de Ciências Agrárias». (Separata de «A Granja», Boletim do Sindicato Nacional dos Regentes Agrícolas — n.º 8, de Maio de 1944).
- ÁGUAS DO GERÊS E OUTRAS. — «Introdução e Notas de Tude M. de Sousa». (Separata do «Arquivo Histórico de Portugal». — Vol. V — 1945).
- Colaboração nas revistas «Gazeta das Aldeias», «Ilustração Portuguesa», «Portucal», «Terra Portuguesa», «Estremadura», (Boletim da Junta de Província) e outras e em vários jornais agrícolas e noticiosos de Lisboa, Pôrto e Províncias.

~~179216~~

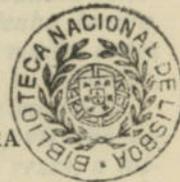
MOSTEIRO E QUINTA DA PENHA LONGA NA SERRA DE SINTRA

POR

TUDE M. DE SOUSA

ANTIGO DIRECTOR DA COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
E DO INSTITUTO DE SINTRA

(1355-1947)



R. 175045

SINTRA GRÁFICA

DE

ANTÓNIO MEDINA JÚNIOR

S I N T R A

MOSTEIRO E QUINTA
DA PENHA LONGA
NA SERRA DE SINTRA

TUDE M. DE SOUZA

DIRECTOR DA COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA

DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES PORTUGUESES

E DO INSTITUTO DE SINTRA

152012

(1933-1937)



INTRODUÇÃO

 QUANDO, nos fins de Janeiro de 1944, tive de deixar, por imposição do limite de idade, a Direcção da Colónia Penal Agrícola de Sintra, afigurou se-me que de algum préstimo poderiam servir ainda uns restos da energia física dos meus setenta anos. Por isso, logo no começo de Março, tomei com desvanecido prazer a incumbência de orientar os trabalhos da parte florestal, que é grande — umas quatro quintas partes — das propriedades constitutivas dos domínios da Quinta da Penha Longa, do Sr. Dr. Luiz Soromenho, a qual havia muito, antes dêle, andava desprovida de assistência e cuidados, tão necessários para a sua conservação e melhoria.

Ainda quando eu estava em Sintra, vizinho da Penha Longa, e porque lá fôra algumas vezes, a minha curiosidade e a minha tentação de obstinado apreciador de velharias se detiveram na observação de restos dos velhos tempos dos monges, aguçando-se-me por tal motivo a vontade de lhe consagrar algumas horas de estudo, de investigação e de trabalho e tanto mais que, apesar do muito escrito a seu respeito, mais estava ainda por dizer, para se formar uma ideia perfeita do que o mosteiro fôra e qual a sua vida interna, bem como das voltas sofridas pelas propriedades. Tudo convidava, por isso, à elaboração de uma monografia particular que excedesse as simples e deficientes referências dos «guias» de turismo e as escassas notas históricas neles entremeadas; mas outras preocupações maiores e de premente obrigação me tomavam todo o tempo que eu pudesse dar a coisas de pura devoção.

Por outro lado, muito havia também a rectificar no que anda impresso, pois se descortina bem quanto



INTRODUÇÃO

uns vieram copiando doutros sem curarem de inquirir na exactidão de quanto davam notícia, nem das transformações operadas pelos homens e pelo tempo, as quais foram muitas e de vária natureza.

Ora, andava eu nestas congeminações, quando um dia o Sr. Dr. Soromenho me expressou, em passagem conversada, a vontade de que alguém se entregasse ao trabalho de investigação e de história sobre a Penha Longa, vontade essa que, vindo ao encontro dos meus desejos, me levou a oferecer-me para a tarefa. Eis a origem deste livro.

Dei-me então à busca e coordenação de elementos, os quais de tal maneira me foram aparecendo, que logo reconheci quanto era pesado o encargo, porquanto para fazer um trabalho sério e documentado, seria preciso realizar consultas em bibliotecas e arquivos, principalmente na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Torre do Tombo, e gastar muito tempo com leituras diversas, por ser extensa a relação bibliográfica de publicações nacionais e estrangeiras, antigas e modernas, onde, maiores ou menores e de maior ou menor valia, se encontram referências à Penha Longa, ao mosteiro, aos monges e à quinta.

Vi e li quanto pude, mas muito me ficou por ver e por consultar, lacuna essa susceptível de ser suprida pelo leitor curioso, que se queira dar ao trabalho de percorrer as fontes de consulta indicadas no final e, na Torre do Tombo, a chancelarias régias desde D. Afonso IV até ao encerramento do mosteiro. Não há, que eu saiba, crónicas especiais da Ordem de S. Jerónimo em Portugal, havendo apenas, em parte, o manuscrito 729 da Torre do Tombo e esse mesmo com inexactidões contra as quais é preciso estar de prevenção. Nada existe também do arquivo do



mosteiro, além dos escassos documentos guardados em pastas naquele Arquivo Nacional, o que tudo constitue dificuldades.

Infelizmente, devido a irregularidades de saúde e a ocupações diversas, foi mais extenso do que eu queria o tempo gasto para chegar ao fim deste trabalho, mesmo deficiente, como é; mas, ainda assim, confio em que a sua leitura não deixará de merecer o interesse de algum dos apreciadores das obras deste género.

Logo de entrada, pareceu-me não ser descabido um capítulo consagrado a S. Jerónimo, não só porque o famoso Doutor da Igreja fôra o patrono dos monges da Penha Longa, como também por ter sido o mosteiro da Penha Longa o primeiro da sua Ordem fundado em Portugal. Depois, seguem-se todos os outros resultantes das disponibilidades do tempo e dos apontamentos tomados, chegando eu ao termo com a ideia cada vez mais firme de que cada convento encerra em si uma página de História — e às vezes também de histórias.. — as quais seria interessante investigar e escrever. Não faltaria, para isso, no respeitante a Sintra, matéria vasta a colher relativamente aos conventos edificados outrora dentro dos limites do seu concelho, ao qual a Penha Longa pertence.

Mas essa incumbência outros e melhor a deverão tomar.

Amadora, Dezembro de 1946.

Tude M. de Sousa

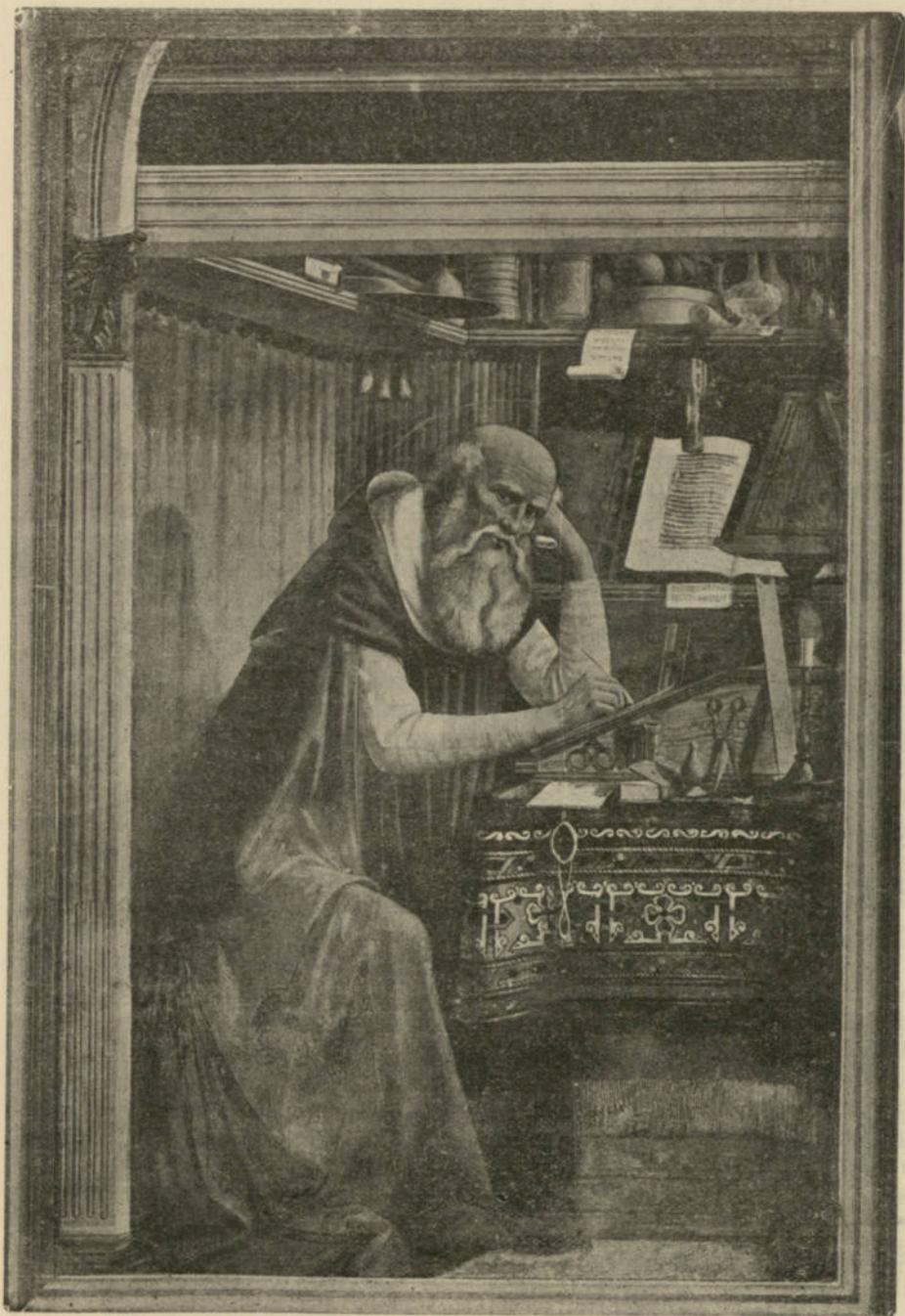


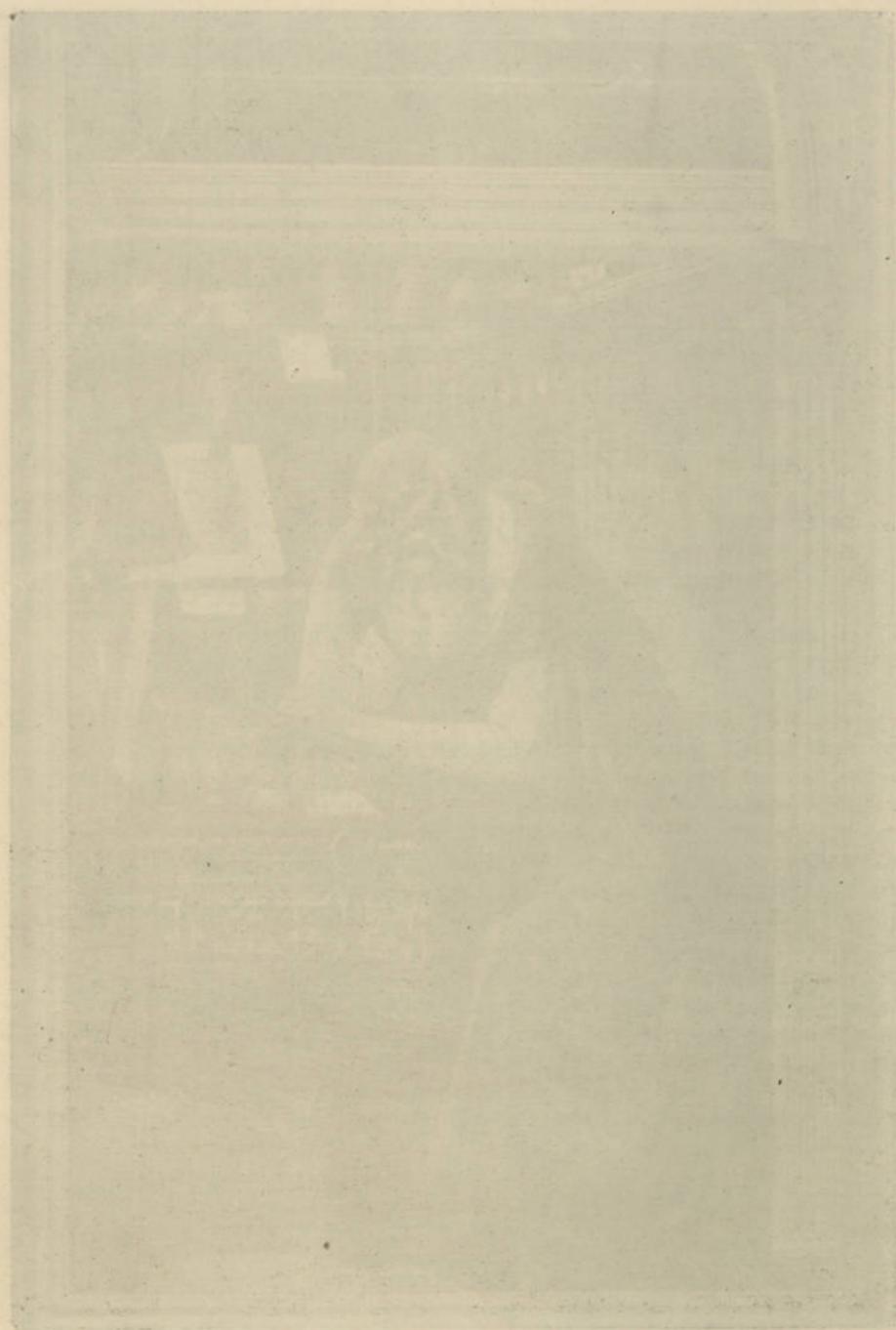
S. JERÓNIMO

(PATRONO DOS MONGES DA PENHA LONGA)

PINTURA A «FRESCO» DA IGREJA DE TODOS OS SANTOS, DE FLORENÇA (1)

(1) O distintíssimo Mestre de estudos de Arte, Sr. Dr. Manuel Monteiro, antigo Ministro da Justiça e do Fomento e antigo Presidente do Tribunal Internacional de Alexandria (Egipto), a cuja amizade agradecemos o ter-nos facultado a bela fotografia que serviu para esta gravura, acompanhou-a com as seguintes notas, que pedimos licença para reproduzir: «Vai a fotografia de um «fresco» da Igreja de todos os Santos, de Florença, representando S. Jerónimo com o seu hábito de monge entregue a cogitações teológicas e exegéticas, no seu gabinete de estudo. É do Ghirlandaio, um dos mais notáveis pintores florentinos da Renascença, que viveu na segunda metade do século XV. A pintura é das mais originais da iconografia do Doutor da Igreja. Deve representa-lo como patrono dos clérigos e eruditos — que o era — na época do *Quatrocentos*. Só conheço outro caso análogo. De resto, a partir do século XVI, a maior parte das representações de S. Jerónimo, tanto em pintura, como em escultura, figura-o na tradicional indumentária do deserto a fazer penitência, batendo com o seixo no peito. Talvez a mais antiga imagem dêste género seja a do famoso escultor espanhol Becerra, século XVI, que se encontra na Catedral de Burgos, na célebre capela do Condestável».





- 55 -

S. JERÓNIMO NO AGIOLÓGIO E NA LENDA

SÃO pouco conhecidos certos pormenores respeitantes aos começos da vida de S. Jerónimo, dos quais se sabe apenas que seu pai se chamava Eusébio, desconhecendo-se o nome da mãe, porque nem mesmo êle o deixou mencionado em qualquer dos seus escritos.

Quanto à naturalidade, parece ter nascido em Stridon, cidade da Ilíria, nos confins da Dalmácia e da Panónia, embora Fr. José de Siguença ⁽¹⁾ queira reivindicar para a Espanha a honra de ter sido o berço de tão alto varão.

Seus pais, sendo nobres e abastados, ao mesmo tempo que ferrosamente crentes, encaminharam desde menino a educação dêste seu filho, cuja inteligência se revelara precocemente e elevadamente viva, dando-lhe, no dizer de Siguença, bons exemplos e santos costumes, para a transmissão dos quais importa muito «mamá-los com o leite», para que corpo e alma cresçam à uma, esta em virtude e aquele em fôrça e membros.

Mandaram-no aprender junto de si as primeiras leituras, obtidas as quais o fizeram seguir para Roma a instruir-se com o famoso gramático Donato e com Vitorino, mestre de retórica e orador, passando das suas mãos a mestres de mais altos estudos.

Falava e escrevia correntemente o latim, o grego e o hebraico e, tendo-se ordenado para o sacerdócio quando já contava algumas dezenas de anos, entregou-se dali por diante com maior fervor a uma vida de penitência, de renúncia e de virtude. Antes, porém, dera-se às leituras de Cicero, de Quintiliano e de Platão, as quais repudiou depois, para se dedicar inteiramente às sagradas letras, após um sonho de tragédia, no qual se viu julgado, condenado e castigado por ciceroniano, vindo a acordar lavado em lágrimas.

⁽¹⁾ La vida de S. Geronimo, Dotor de la Santa Iglesia, por Fr. Joseph de Siguença — Madrid MDXCV.



Viajou muito, sempre acompanhado por Bonoso, seu irmão de leite e grande amigo que com êle fôra criado, para mais aperfeiçoar e aumentar, no convívio dos sábios, os conhecimentos que possuía já. Visitou as Gálias; passou por Aquilea, onde permaneceu algum tempo com o santo e sábio bispo Valeriano; percorreu a Trácia, o Ponto, a Bitânia, a Galácia, a Capadócia e a Sicília, demorando-se em Tarso, onde nascera S. Paulo, Apóstolo.

Dalí passou a Antioquia, na Siria. E, como se lhe acentuasse cada vez mais o amor à vida de isolamento, retirou-se para um deserto na província de Calcídia, com os seus amigos Eliodoro, Hilas e Inocêncio. Mas, tendo lá morrido Eliodoro e Hilas, foi-se Inocêncio para Roma, e depois S. Jerónimo, que ali passara quatro anos, para Jerusalém, em cujos arredores viveu, de solidão em solidão, até se fixar de residência em Belém, sítio da sua predilecção, para o qual transferira a rica biblioteca que possuía.

Nesta altura, porém, voltando a Antioquia, onde então o bispo Paulino o ordenou de simples padre, ou também, ao mesmo tempo, de cardeal, que igualmente foi, em atenção aos seus elevados méritos, ali estacionou uns tempos, regressando depois a Belém, onde durante três anos de vida de contemplação se entregou ao estudo das Escrituras Sagradas.

Foi a Constantinopla, onde se supõe ter escrito a «Visão dos Serafins», e em cuja igreja governava S. Gregório Nazianzeno. Tornando-se à Palestina e depois a Roma, ali o encarregou o papa S. Dâmaso⁽¹⁾ da direcção espiritual das mais nobres e virtuosas damas, tarefa muito custosa para S. Jerónimo que, dizem-no os agiologios, a si próprio impuzera um voto de castidade absoluta e evitar todas as tentações vindas da mulher, a tentação de todos os tempos, desde o paraíso, para sempre e para todos perdido. Nem mesmo fitar-lhes o rosto, ou ter com elas conversações demoradas, ainda que sobre assuntos espirituais! A pureza dos costumes era uma das suas mais insistentes preocupações.

Morto S. Dâmaso, deixou Roma, voltando à Palestina. Foi à ilha de Chipre, depois a Antioquia, e dali a Jerusalém e ao Egipto, onde se fez discípulo do célebre cego Dídino, considerado doutor da igreja,

(1) O papa S. Dâmaso era português: de Guimarães, onde nasceu no ano de 301. Levado por seus pais para Roma, ainda novo, ali grangeou o mais alto conceito devido aos seus talentos e virtudes, tendo-o o papa Libério investido nas ordens de diácono e de presbítero e nomeado mais tarde vigário da Igreja de Roma, na sua ausência. Por morte do papa Libério, foi S. Dâmaso eleito seu sucessor, contando ao tempo mais de 60 anos de idade. Morto S. Dâmaso e canonicado pela Igreja, tomou-o Guimarães por padroeiro.

regressando depois ao retiro predilecto de Belém, onde Santa Paula, que ali fundara dois mosteiros, um para homens e outro para mulheres, se encontrava com sua filha Santa Eustóquia.

Da direcção espiritual dêsses dois mosteiros se encarregara S. Jerónimo, ao mesmo tempo que mandava seu irmão vender alguns bens cuja posse lhe viera da herança de seus pais, a fim de empregar o produto no aumento do seu próprio mosteiro, ao qual acorriam, idos de toda a parte, muitos religiosos que queriam viver debaixo das suas regras.

Alípio, bispo de Tagasto, tendo ido a Jerusalém, quiz conhecer S. Jerónimo, cujos méritos apreciou, dando-lhe notícias de Santo Agostinho, com o qual S. Jerónimo manteve depois a mais estreita amisade.

As pessoas de mais elevada posição confiavam-lhe os seus filhos e quantas fam de peregrinação à Terra Santa levavam como cousa certa no programa uma visita a S. Jerónimo.

Traduziu do hebraico para latim todos os livros do Velho Testamento e corrigiu o Novo Testamento sôbre a versão grega — versão da Bíblia conhecida com o nome de «Vulgata» — (1) e, ainda, por indicação do papa S. Dâmaso ao imperador Teodósio, o qual lhe solicitara, para o efeito, a indicação de uma pessoa competente, definiu os cantos que convinhão às diferentes festas, tendo sido igualmente ele quem estabeleceu que no final de todos os psalms deveria ser cantado o *Gloria Patri* e quem repartiu as epístolas e os evangelhos por todos os domingos do ano. E escreveu também o Martirológio, relação da vida e morte dos Mártires, dispostos por todos os dias do ano.

Orador de grande eloquência, combateu veementemente as doutrinas contrárias áquela que professava, e isso lhe valeu terem sido, um dia, os mosteiros de Belém atacados por um bando de herejes os quais os saquearam, matando muitas pessoas, mas escapando S. Jerónimo com vida.

Não impediram aqueles acontecimentos de o santo continuar no seu ministério, até que a vida, muito quebrantada por jejuns, enfermidades e penitências, se lhe extinguiu no dia 30 de Setembro, com

(1) O jornal «O Comércio do Pôrto», de 27 de Dezembro de 1945, referindo a maneira como foi festejado, naquele ano o Natal, em Belém, na igreja da Natividade, com o mais esplendoroso cerimonial, presidido pelo Vigário Apostólico Angelo Maia Hiral, diz: «uma lâmpada ilumina a gruta onde nasceu Jesus Cristo, lendo-se aí a inscrição «Hic de Virgine Maria Christus Jesus natus est». Uma porta estreita e pequena abre para uma passagem subterrânea, que leva a umas pequenas grutas onde S. Jerónimo traduziu a Bíblia para latim».

idade avançada, sendo o corpo, quasi esquelético, sepultado no seu convento de Belém e transferido mais tarde para a igreja da Santa Maria Maior, de Roma, junto do presépio do Salvador, onde se lhe erigiu um altar.

Por tudo — pela sua santidade, pela sua virtude, pelo seu desprendimento e pelo seu muito saber — foi desde sempre considerado S. Jerónimo um dos quatro maiores e mais notáveis doutores da Igreja, vindo mesmo a ocupar na devoção geral um lugar proeminente e ainda persistente, sobretudo na invocação que se faz à sua intercessão, a par da de Santa Bárbara, em ocasiões de trovoada. (1).

Morto o papa S. Dâmaso, que tinha por S. Jerónimo o mais alto aprêço, definiram-se contra êle e com mais vigor certas animosidades e invejas, latentes desde muito, causadas pela sua reprovação e constantes censuras a desregramentos do clero e dos frades. Teceram-se

(1) Nalgumas regiões do Norte do país resa-se a oração seguinte:

*Santa Bárbara; Santos Fortes!
Santa Bárbara Bendita,
Que no céu está escrita
Com um raminho de água benta,
Nos livre desta tormenta!*

*S. Jerónimo se levantou,
Seus pésinhos lavou,
Seu cajado tomou,
E Jesus lhe perguntou:
Onde vais tu, Jerónimo?*

*Vou derramar as trovoadas!
Derrama-as lá para bem longe,
Onde não haja eira nem beira
Nem pé de figueira
Nem guedelha de ovelha.*

E também esta, recolhida por J. Leite de Vasconcelos, em Sinfães:

*— Para onde vais, S. Jerónimo?
— Vou espalhar a trovoada.
— Espalha-a bem espalhada,
Lá para Castro-Marinho,
Para onde não haja pão nem vinho,
Nem bafinho de menino,
Nem eira nem beira,
Nem raminho de figueira,
Nem pedrinha de sal (a casa?)
Nem cousa a que faça mal.*

(«Tradições Populares Portuguesas», página 64).

então intrigas, pelas quais a pureza dos seus costumes era posta em dúvida e a sua austeridade e virtudes consideradas como refinada hipocrisia. E a tal ponto a animadversão foi levantada que, conta-o a *Lenda Dourada* do bem-aventurado Jacques de Voragine, ⁽¹⁾ uma manhã, tendo-lhe sido posto, de noite subrepticiamente, sôbre a cama, um vestido de mulher e tendo-o S. Jerónimo, precipitadamente, vestido ao levantar-se cedo, para matinas, imaginando ser o seu próprio hábito, assim saiu para a igreja, dando o caso motivo a falatório e farto pretexto para se dizer que o santo tivera mulher na sua cama!

Foi o trasbordar da taça dos amargores, pelo qual, não querendo sujeitar-se a novos desaires, S. Jerónimo abandonou Roma, indo para Constantinopla, para junto do bispo Gregório Nazianzeno, com quem acabou de se aprofundar nas Sagradas Letras.

Diz se que S. Jerónimo fôra casto tôda a vida, apesar do que êle mesmo escreveu numa carta a Pammaque: «A minha virtude preferida é a castidade, embora não possa gabar-me de a possuir».

Talvez ligeiro desvio da mocidade que os tempos amplamente resgataram. ⁽²⁾.

E, como quer que de Constantinopla se recolhesse ao deserto, à penitência, êle dizia em carta a Eustóquia, contando-lhe a sua vida no retiro: «Nesta solidão, queimada pelo sol, parecia-me assistir às delícias de Roma. Os meus membros, deformados, mal tinham algum resguardo: a minha pele era negra como a de um etíope, e sempre lágrimas, sempre gemidos. Depois, quando, apesar da minha resistência, o sono me dominava, estendia o corpo sôbre a terra, nada te dizendo de quanto eram escassos o meu sustento e a minha água. Mas saberás que apesar de eu viver na companhia de escorpiões e animais ferozes, fui muitas vezes atormentado por sonhos pecaminosos, nos quais me julgava assistir a danças lascivas de tentadoras raparigas. Então, nestas emergências, mortificava-me de dia e de noite, até que o Senhor me fizesse readquirir a calma».

Durante muito tempo não comeu cosinhados nem bebeu vinho

(1) «*La Légende Dorée*», par Jacques de Voragine, trad. do latim por Teodor-Wizewa (Paris, 1902).

(2) «*Les séductions de la grande ville (Rome) entraînent, un instant, le jeune étudiant hors des voies de la sainteté, mais bientôt revenu à des idées plus sérieuses, il demanda et reçut le baptême, et des lors il ne songea plus qu'à pleurer ses péchés*» (*Nouvelle Vie des Saints*, par l'Abbé Jouve — Tome Troisième — Paris, 1896 — Pag. 494) — Fr. Joseph de Siguença diz que «aquela toga e vestimenta branca que envervou (S. Jerónimo) na milícia de Cristo nunca se viu nêle manchada».

e para afugentar de si os maus pensamentos mortificava-se com cilícios, ao mesmo tempo que feria rijamente o peito com uma pedra. (1).

Sôbre os animais ferozes: uma tarde, encontrando-se S. Jerónimo com os seus frades nas leituras santas, entrou, inesperadamente, pelo mosteiro dentro um corpulento leão.

Todos fugiram, excepto S. Jerónimo, que se lhe dirigiu, vendo com surprêsa o leão estender-lhe uma das patas, ferida.

Então o Santo, chamando os frades, mandou que lhe lavassem e pensassem a ferida, e assim se fez, dando-se depois o estranho caso de o leão, curado, se deixar ficar no convento e lá permanecer como se fôsse um prestimoso animal doméstico.

Para o experimentarem, mandou um dia S. Jerónimo que o leão levasse à pastagem e guardasse um burro do convento, habitualmente empregado na condução de lenha, de cuja incumbência o leão se desempenhou sempre com regularidade exemplar, levando-o, guardando-o e fazendo-o recolher às horas convenientes.

Mas um dia, tendo o leão adormecido, uns mercadores, passando por ali com camêlos e vendo o burro sósinho, roubaram-no, o que obrigou o leão, quando deu pelo caso, a recolher triste e desacompanhado ao mosteiro. Ora, os frades, duvidosos e calculando que êle, movido pela fome, tivesse comido o burro, negaram-lhe a refeição, exortando-o ao mesmo tempo para comer os restos daquele. Mas, por outro lado, como rebate de consciência e para mais seguro juízo, foram em pesquisas à pastagem, onde nada encontraram de suspeito, ordenando então S. Jerónimo que o leão passasse a fazer o serviço do burro, desempenhando-se êle desta tarefa com paciência e proficiência exemplares.

Uma tarde, porém, acabada a sua faina e andando pelos campos, viu o leão, ao longe, uma caravana de mercadores com camêlos, trazendo à frente um burro para os guiar.

Era o burro do convento!

Pôs-se então a rugir furiosamente, e, como os mercadores fugissem, levou os camelos e o burro à sua frente, para o convento, onde S. Jerónimo mandou acolhê-los e pensá-los.

E o leão, contentíssimo e alegre, ia de um frade para outro,

(1) Encontram-se por vezes esculturas e quadros nos quais S. Jerónimo é representado com uma pedra na mão, alusão sem dúvida àquele facto. Na igreja do Palácio da Pena antigo mosteiro hieronimita em Sintra, há uma pequena escultura do Santo e uma pintura sôbre cobre ambas as quais teem este pormenor da pedra. Igualmente o tem a gravura da capa do livro «S. Jerónimo e a trovoadas», por Teixeira de Pascoais.

prosternando-se aos pés de cada um, por ver, providencialmente provada a sua inocência.

Não tardou a fazerem-se anunciar os mercadores, os quais, recebidos por S. Jerónimo, e lançados a seus pés, lhe pediram perdão pelo roubo do burro, graça que lhes foi concedida, levantando os o Santo com bondade e entregando-lhes os seus pertences, mas com a recomendação de no futuro respeitarem sempre os bens alheios. E os mercadores, como reconhecimento, ofereceram a S. Jerónimo uma bilha de azeite, prometendo-lhe, dali em diante, darem todos os anos ao convento uma medida igual.

Por isto se vê geralmente em quadros e esculturas representado, junto de S. Jerónimo, um leão — o simbólico leão domesticado, obediente e cumpridor da «Lenda Dourada», de Voragine — como é corrente ver-se também a simbólica caveira, atributo iconográfico dos Santos que fizeram penitência. (1).

¹⁾ Está longe de ser perfeita a concordância dos autores relativamente a certos passos da vida de S. Jerónimo, como sejam, principalmente, as datas do nascimento e da morte, bem como, da idade em que foi ordenado presbítero e daquela em que veio a falecer: por isso não mencionamos nenhuma. Siguença e o *Ano Cristão* (pelo Padre Croiset, traduzido pelo Padre Matos Soares), dão para a morte do Santo, o ano de 470 da era cristã, com quasi noventa anos de idade, ao passo que a *Lenda Dourada* diz ter ele morrido no ano de 398, com noventa e oito anos e seis meses. Quanto à idade em que foi ordenado, dão-lhe: o *Ano Cristão* 45 anos e a *Lenda* 29 e quanto à sua estada consecutiva do retiro de Belém, atribuem-lhe aqueles dois autores, respectivamente, a duração de 40 anos e de 55 anos e 6 meses. Para nascimento dá-lhe Siguença o ano de 345 da era cristã e o *Ano Cristão* o de 331. E não só nestes livros, como noutros mais há discordâncias. Por estas e outras circunstâncias que omitimos se vê quanto há ainda de nebuloso na vida do grande, virtuoso e sábio luminar da Igreja, o qual só por si daria matéria para um livro volumoso. A igreja do antigo convento de Nossa Senhora do Espinheiro, em Évora, que foi também da Ordem de S. Jerónimo, está revestida de azulejos, pelos quais, em dez painéis se referem diferentes passos da vida de S. Jerónimo, pela forma que se segue, com as legendas respectivas: «S. Jerónimo despede-se de seus pais e parte para Roma e seu irmão o acompanha»; «Batismo de S. Jerónimo»; «S. Jerónimo Ilustra Arogo de S. Agostinho Alguns lugares da Escritura»; «S. Jerónimo Chega a Caça de seus pais vindo de Roma»; «S. Jerónimo Sahindo da patria Dezembarca nas margens do Rheno»; «S. Jerónimo Faz penitência tentando-o a lembrança das Matronas de Roma»; «S. Jerónimo Tratando no Dezerto com hum Veneravel Monge Plantando a Simenteira do Evangelho»; «S. Jerónimo he tentado e emgolfado na lição de Cicero»; «S. Jerónimo é castigado por Deos pela Leitura dos Livros de Cicero»; «S. Jerónimo Controverte no Argomento, com o Arriano».

Do convento do Espinheiro trata Gabriel Pereira no Vol. I dos *Estudos Eborenses* e também António Francisco Barata em «Breve Memória Histórica do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro».

O MOSTEIRO

MORTO S. Jerónimo, foi diminuindo o número dos institutos que se haviam fundado à sombra das suas regras, a pontos de, em dada altura, apenas existir o mosteiro do Santo Sepulcro, de Fiesoli, em Florença.

Nem mesmo o da Palestina, onde o Santo vivera, havia já.

Ora, foi àquí le mosteiro italiano que, em 1321, se recolheu o padre português Vasco Martins, (1) natural de Leiria, onde nasceu, ao que parece, em 1304, professando ali e recebendo, das mãos do prelado, o Beato Fr. Tomás de Sena, o hábito respectivo. Em Florença se conservou durante trinta anos, no discipulato de Fr. Tomás, depois de cuja morte retirou para Espanha, para Toledo, onde o Núncio Apostólico, D. Guilherme, que o conhecia do Santo Sepulcro e muito o apreciava, lhe concedeu, de Madrid, faculdade para se recolher a uma ermida e fundar nela um mosteiro.

Deu-se, porém, o caso de o arcebispo de Toledo não concordar com isso, intimando Fr. Vasco a deixar a ermida, por, segundo dizia, o Núncio não ter competência para se intrometer em assuntos que corressem dentro dos limites da sua jurisdição exclusiva.

Neste tempo — 1355 — e para evitar questões, transferiu-se Fr. Vasco para Portugal, com outros companheiros, conseguindo ser recebido, cá, pelo rei D. Afonso IV, ao qual, expondo os seus desejos

(1) A propósito do nome de Fr. Vasco, publica o Conde de Sabugosa, em «O Paço de Cintra» (Lisboa, 1903), a pág. 69, a seguinte nota informativa que lhe foi prestada por Anselmo Braancamp Freire: «O Visconde de Juromenha, na «Cintra Pinturesca», diz Fr. Vasques Monteiro, da Casa dos Condes de Santa Cruz. Ele era Fr. Vasco Martins e nisso estão todos concordes. Da Casa dos Condes de Santa Cruz é que não podia ser, não só porque ela é muito posterior, mas porque nem então ainda existiam Mascarenhas. O bispo D. Rodrigo, J. B. de Castro, a «Chronica Seraphica» e outros julgam que fosse Cunha, o que podia ser, mas nenhuma notícia há disso. Gaspar Barreiros supo-lo dos Faros, que começaram no século XVII! A verdade é não haver certeza do que elle fosse». O «Santuário Mariano» chama-lhe de Atahide. Perante tal confusão e seguindo a opinião de Braancamp, chamar-lhe-hemos sempre apenas Vasco Martins.

de introduzir no reino o instituto de S. Jerónimo, dêle recebeu estímulos e auxílios que muito o encorajaram.

Procurando então local o mais possível apropriado aos seus intentos e parecendo-lhe prestar-se à maravilha para tal o Vale da Penha Longa, na serra de Sintra, onde fôra para êsse fim, ali se fixou, (1) tanto mais que já lá existia uma pequena ermida consagrada a Nossa Senhora da Piedade, na qual começou depois com os seus companheiros a fazer vida de retiro e devoção, e junto da qual fizeram logo construir algumas pequenas barracas onde se acolheram e foram acolhendo outros que, pela fama adquirida, se lhes vieram juntar.

Isto levou alguns autores a considerarem o ano de 1355, da chegada de Fr. Vasco, como sendo o da data da fundação do convento da Penha Longa como comunidade monástica, embora, depois de

(1) A «Chronica do Maximo Doutor, Príncipe dos Patriarchas, São Jeronymo, Particular do Reyno de Portugal», pelo Padre Mestre Doutor Fr. Manoel Bautista de Castro, Monge de S. Jerónimo e professo do Real Mosteiro de Bellem, dedicada ao Senhor Rei D. João 5.º, que é o manuscrito n.º 729 da Torre do Tombo, ao qual o «Guia de Portugal» (vol. 3.º pág. 161) attribui a data de 1746, referindo-se à escolhapor Fr. Vasco, da Serra de Sintra, que, «por mais levantada, ao ceu lhe facilitaria melhor a subida», diz que é esta serra uma das melhores e mais elevadas da Europa, como tal merecendo a um discreto poeta este Soneto:

*Áspera serrania que elevada
Ao mais sublime cume rutilante
Que obedecem os orbes fulminante
É não tiveram os raios fulminada;*

*De ti mesma em ti mesma remontada,
Parece que presumes, de arrogante,
Escalar as espheras de diamante,
Atropelar a máquina estrelada,*

*Eterna vive dando leis aos ventos,
Ao mar espanto, assombrosa grandeza,
Do tempo injúria, da firmeza templo;*

*Eterna vive, impera aos elementos,
Pois és de Nise exemplo na dureza,
Pois és de Laura em firmeza exemplo.*

Os frades sabiam escolher. Mais modernamente, o Dr. D. G. Dalgado, recomendava, no livro «The Climate of Portugal». (Coimbra—1914) o vale da Penha Longa, aberto ao sul e abrigado pela serra dos ventos norte e leste, como muito próprio para a construção de um bom hotel, susceptível de ser bem frequentado, quer de verão, quer de inverno.



«O MOSTEIRO E A PENHA LONGA»

(DO ALBUM DE CATORZE ESTAMPAS DE SINTRA, DESENHADAS
POR WILLIAM HICKLING BURNETT)

obtida a bula de autorização pontifícia, o mosteiro definitivo só viesse a ser edificado mais tarde. (1)

(1) O segundo convento da Ordem de S. Jerónimo foi o do Mato, perto de Alenquer, ainda por Fr. Vasco, que veio a ser um como que prolongamento do da Penha Longa; o terceiro foi o de S. Marcos, termo de Coimbra, em Tentugal; o quarto, o de Nossa Senhora do Espinheiro, em E'vora. Outros se seguiram depois, entre os quais o de Belém, em Lisboa, e o da Pena, em Sintra. — Para a história da introdução da Ordem de S. Jerónimo em Portugal, ver: *História de Portugal*, por Fortunato de Almeida, vol. 3.º, pág. 92, e, mais desenvolvidamente, a *História da Igreja em Portugal*, do mesmo autor, tomo 2.º, pág. 108, 109 e 151, com uma extensa citação de fontes de consulta.

Como é de imaginar, bem modestas deveriam ter sido durante muito tempo tão pobres e simples acomodações erigidas por Fr. Vasco à imitação das feitas por S. Jerónimo em Belém, da Palestina, a fim de em tudo serem semelhantes os princípios do estabelecimento da Ordem em Portugal aos princípios que ela tivera na origem, e bem reduzida deveria ser a área por elas ocupada, o que levou Fr. Vasco a comprar por 3\$800 reis, em 1390, a João Domingues, junto da ermida de Nossa Senhora da Piedade, os terrenos precisos para a edificação do mosteiro. Por sinal que não tendo Fr. Vasco podido pagar a tempo a importância da compra, cuja liquidação lhe era pedida, lhe valeu D. João I, o qual mandou ao referido João Domingues que esperasse o tempo necessário ⁽¹⁾.

Não só todos os autores que se teem occupado da Penha Longa como, mesmo, os próprios superiores do convento teem afirmado em vários documentos, ser de D. João I a edificação do mosteiro; ⁽²⁾

⁽¹⁾ É do seguinte teor a carta régia: «João Domingues, El-Rei vos mandamos saudar. Bem sabedes como vos escrevemos em razão do logo, que tendes vendido a Fr. Vasco, Ermitão de pobre vida, que pelo vosso vos espassades hum mes pelo pagamento do ditto logo. E ora vos mandamos, e porem vos rogamos, que em todas as guizas do mundo recebades vossos dinheiros, i entreguedes o ditto logo, posto que alguns dias passasse do termo a que volos houvera de pagar. Ca esto he hũa cousa, que cumpre muito ao serviço de Deos, e nosso. O que vos muito agradeceremos, porque vos faremos merce. Dada em Sanctarem, 14 de Julho. El-Rei o mandou. Gonçalo Caldeira a fez». («Agiológio Lusitano», por George Cardoso — Vol. I, pág. 280) — Reproduzida também no Códice n.º 729, da Torre do Tombo. — A escritura da compra, que se guardou nos arquivos do mosteiro e foi feita pelo tabelião de Cascais Gomes Anes, era datada do ano de 1390, o que mostra que, apesar de haver já terreno, a obra só veio a começar dez anos depois, em 1400. O Sr. Dr. Fausto Maral de Figueiredo publicou no Boletim «Estremadura», da Junta de Província, correspondente aos meses de Janeiro-Abril de 1946, um excelente artigo — «Um dentista em Lisboa no século XVI» — acompanhado de um documento, de Dezembro de 1390, que pertencera ao Mosteiro de Penha Longa, do qual consta que Lourenço Anes Carreiro e sua mulher Catarina Anes venderam a João Domingues todos os seus bens de raiz no lugar de Alforno e na ribeira do mesmo lugar e de Alvide. — Este João Domingues deve ser, certamente, o mesmo que, também em 1390, por escritura lavrada pelo escrivão de Cascais, vendeu a Fr. Vasco Martins o terreno preciso para a edificação do primeiro mosteiro da Penha Longa. Só assim se explica, parece-nos, a existência de tal documento no arquivo do mosteiro, a respeito do qual, elle aliás, nada diz. — Quem nos garante que o «logo dalfforno» e a ribeira do ditto logo dalfforno não seriam, naquele tempo, as terras agora denominadas da Penha Longa e a ribeira da Penha Longa?

⁽²⁾ Um requerimento dos monges, dirigido ao rei D. José, em Junho de 1763, começa assim: «S.º — Dizem o D. Abbade e Monges do Real Mosteiro de Penha Longa, fundação do Sn.º Rey D. João o primeiro . . .» (Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 2 — n.º 47).

no entanto, documentos há, pelos quais lhe deve ser atribuída outra origem inicial: é uma Carta do próprio D. João I, de 25 de Janeiro de 1431, incluída noutra confirmativa de D. Afonso V, de 11 de Agosto de 1439, pela qual concede ao prior e mosteiro de Pera Longa autorização ⁽¹⁾ para poder comprar bens de raiz que valham até à quantia

(1) É assim a carta de D. Afonso V, conforme a copiamos do «Diccionario dos Architectos, por Sousa Viterbo, Vol. II, pág. 491: «Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que por parte do prior e conueto do mosteiro de Pera Longa nos foy mostrada hũa carta del Rey Dom Johã meu auoo, cuja alma Deus aja, da qual o theor he:

Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o prior e conueto do mosteiro de Pera Longa nos enuiarõ dizer que a Ifante minha filha duquesa de Bregonha refundara e fizera o dito mosteiro e lhe fazia muitas esmollas e daua cada hũu ano certa teça per que auiam aquellas cousas que lhe erom necessárias, e que sua voontade fora de lhes dar cousa em que se podessem mâteer o que ella nom podera fazer por rezom de sua partida e que por esto ficauã e erã muy pobres e nom auia de que se mâteer, e que por quanto a sua hordem era fundada que nom deuem midigar que porem nos pidiã por mercee que elles (*sic*) dessem licença e lugar que elles podessem auer algũas herdades pera suportamento de sua vida, e nos veendo o que nos assy dizer e pidir enuiarom e querendolhes fazer graça e mercee por esmolla, teemos por bem e damos-lhe licença e llugar que elles possã comprar e per qual quer titollo daqui en deante auer tantos bẽes de raiz que valhã ataa contia de quinhentas coroas de ouro e mais nom com condiça que as herdades e bẽes que asy comprarem nom seia en nossos regueẽgos nem bẽes que a nos seã obrigados a fazer alguũ trebuto ou foro nem aa Ifante dona Lionor minha filha nem outro sy seã em termo de Cascaaes, e esta licença lhe damos nom enbargãdo quaesquer lex hordenações nem defesas em contraio desto taa qui seã feitos, e en testemunho lhe mandamos dar esta carta feita em Santarem XXb dias de janeiro por Fernã dafonso da Silveira, caualeiro seu Vassallo e do seu desembargo nom seendo hi o doutor Ruy Fernandez seu parceiro, Filipe Afonso a fez ano do Senhor de mil iiijcXXV. E euiãronos pidir ho dito prior e cõnento que lhe confirmassemos a dita carta, dada a confirmação em forma em a cidade de Lixboa xj dias dagosto El Rei o mãdou por Luis Miz e Fernã dalvarez seos vassallos de seu desembargo. D.º Abuẽz em logo de Filipe Afonso a fez ano de mil iiijcXXXI». (Tõrre do Tombo, Chanc. de D. Afonso 5.º, L.º 19, Fol. 94).

Ainda na Tõrre do Tombo, encontra-se no Maço n.º 2, de Penha Longa, no documento n.º 44, reproduzida a Carta de D. Afonso V. — A infanta D. Isabel, que nascera no ano de 1397, casou com o duque de Borgonha, Filipe-o-Bom, representado por um embaixador extraordinário nos esponsais festivamente celebrados no dia 25 de Julho de 1429 nos paços da Alcãçova do Castelo, em Lisboa. Assistiram o rei e seus filhos D. Duarte e esposa, D. Henrique, D. João, D. Fernando e D. Afonso, Senhor de Cascais; D. Alvaro, bispo de Evora e outros, bem como os membros da embaixada especial. D. Isabel, que morreu em 1471, governou Borgonha durante a menoridade de seu filho, que foi depois Carlos-o-Temerário. — Para a história do casamento e da vida de D. Isabel, deve ler-se o excelente capítulo do livro «Gente d'Algo», pelo Conde de Sabugosa, página 53 a 84 e em *Arqueologia e História*, vol. IX (Lisboa, 1930), da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a excelente conferência do sócio J. Cardoso dos Santos, com o título *O casamento de Isabel de Portugal com Filipe-o-Bom, Duque de Borgonha*.

de quinhentas corôas de ouro, dizendo que sua filha (D. Isabel) duquesa de Borgonha «refundara e fizera o ditto Moesteiro e lhe fazia muitas esmollas e dava cada hũu ano certa teêça. . .».

Destá forma talvez seja legítimo concluir-se que a D. João I coubesse não pròpriamente a iniciativa, mas a efectivação da ideia da duquesa de Borgonha, sua filha, abraçando-a gostosamente e dispensando-lhe sempre a sua melhor protecção, vindo deste facto e da saída de D. Isabel do reino o atribuir-se ao pai o que fôra ideia da filha (!).

(¹) Fr. Vasco datava os seus escritos de «Pedra Longa», denominação que pelos tempos adiante aparece em vários documentos, além daquela, com as designações de «Pera Longa» e «Pena Longa» e por fim «Penha Longa». Tal designação provém de uma grande e alta pedra que se levanta a prumo emergindo dum grande aglomerado de rochas graníticas, pouco adiante e à direita da entrada para a propriedade, a caminho do mosteiro. « . . . I llamase Peñalonga por una peña que tiene alli junto, bien estrãna», como dizia Filipe II numa carta para suas filhas, adiante referida. A seu respeito diz o autor do códice 729, já citado, ter encontrado num manuscrito antigo os versos latinos que reproduzimos e cuja tradução literária, que se segue, muito agradecemos, bem como outras indicações que lhe devemos, ao ilustre poeta e romancista sintrense, Sr. Francisco Costa :

*O rupes vicina polo, quae sydera tangis,
Oppido honestasti semper, cui Cynthia pulchra
Jam. tribuit nomen, tecto, cui Vasquius altus
Fundamenta dedit, nomen que porenne dedisti,
Hoc tecto semper fulserunt sydera magna :
Acrum ei lysiadum donnarunt grandia reges
Munera regificis augendo tectibus illud.*

*Ó penhasco tão próximo do céu
que os astros roças, tu, perpétuo adorno
da região a quem a bela Cynthia
outrora o nome deu, á nobre casa,
cuja base é da mão do grande Vasco,
também teu nome deste para sempre.
E sempre excelsos astros refulgiram
sobre esta casa : os lusitanos Reis,
na luta feros e no dar bizarros,
de aposentos reais a enriqueceram.*

Antes, porém, de Pedra Longa, parece que teria havido o nome de Pedra da Verdade, a aceitar o seguinte passo do «Tratado Histórico das Ordens Monásticas de S. Jerónimo e S. Bento», por Fr. Jacinto de S. Miguel : «Viviam na serra de Sintra junto à pedra chamada antigamente da Verdade e hoje Penhalonga alguns eremitas com o Santo Varão Fr. Vasco Martins da Cunha».

Chamam-lhe também o «Penedo dos Ovos», ligando-se-lhe uma lenda que, por andar já apontada, a não registamos aqui : a de uma v lha do Linhó que pretendia tombá-lo arremessando-lhe ovos !...

Corre na tradição, registada em livros, que D. João I, enviando para as obras do mosteiro um donativo de 1\$600 reis, o fizera acompanhar, para segurança, por uma companhia de alabardeiros.

Mas, quando tomaria D. Isabel sôbre si a protecção das obras, dado que ela nascera em 1397 e retirara do reino em 1429?

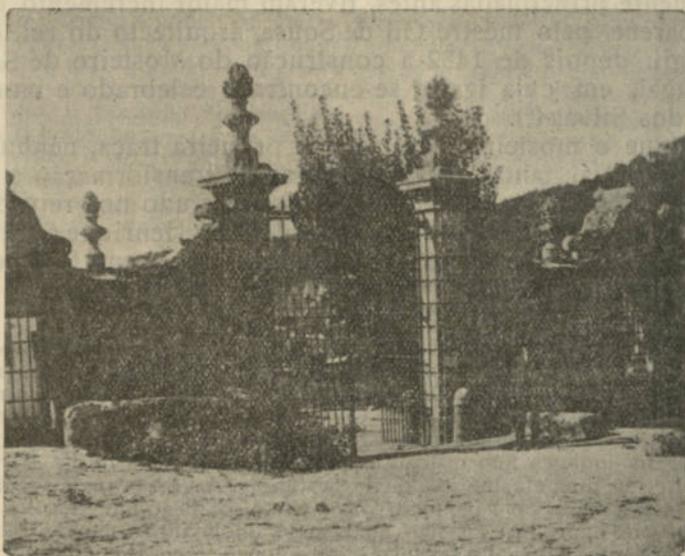
De qualquer maneira, como o mosteiro não podia ser instituído sem autorisação da Sé Apostólica, conforme preceito do Concílio Tridentino, só em 1399 sendo pontífice o papa Bonifácio IX, Fr. Vasco mandou a Roma, como seu delegado de confiança, a Fernando Anes, presbitero, com outro companheiro, portador de cartas de recomendação de D. João I, a solicitar a confirmação da Ordem e a necessária licença para a fundação do mosteiro (1), a qual veio logo no ano imediato, parece que em Abril, e só depois desta as obras, embora possivelmente principiadas antes, tiveram maior incremento, dirigidas, ao que parece, pelo mestre Gil de Sousa, architecto do rei, o mesmo que dirigiu depois de 1452 a construção do Mosteiro de S. Marcos, de Tentugal, em cuja igreja se encontra o celebrado e monumental panteão dos Silvas (2).

Do que o mosteiro fôsse na sua primeira traça, nenhuns restos se encontram já, tantas foram as obras de transformação e melhoração nêle realisadas pelos tempos fora, sobretudo nos reinados de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique e outros altos personagens e depois pelos proprietários a quem tem pertencido desde a saída dos frades.

(1) Este Fernandeanes, que foi para Roma como enviado e procurador de Fr. Vasco, de tal maneira encaminhou as negociações de que ia incumbido, que voltou de lá feito prior do mosteiro, em preterição manifesta de quem lá o tinha mandado. Diz Fr. Manuel Bautista de Castro que Fr. Vasco estimou que tal tivesse acontecido, por julgar pesada para si a prelazia, mas a verdade é que, ao que parece, alguns monges não quizeram professar nas mãos de Fr. Fernandeanes, por entenderem que ela lhe não devia pertencer. A versão mais aceitável para o caso, por ser a mais de harmonia com a triste condição humana, é a de George Cardoso, assim expressa: «E não guardando fidelidade e decoro ao fundador e mestre que lá o mandava, de tal forma informou o papa Bonifácio IX, que ele se fez cabeça da nova planta e fundação e professou nas mãos do cardeal Cosmato e, feito Prior de Penha Longa, tornou a este reino. . . E depois, sem fazer mudança, nem mostrar sentimento, professou (Fr. Vasco) primeiro que todos nas mãos do ingrato discípulo, sujeitando-se-lhe por voto de obediência». (*Agiologio Lusitano*. — Lisboa, 1652 — Tomo I — Pag. 280).

(2) A este respeito transcreve-se do *Guia de Portugal*, Vol. 3.º, pág. 162: «A referida dama (D. Brites de Menezes), aia da rainha e do príncipe, retirou-se da côrte e ampliou o voto do sogro, concedendo aos monges do Mato e Penha Longa as suas terras de S. Marcos, para que nelas edificassem e sustentassem um mosteiro. As obras começaram logo, em 1452, sob a direcção do Mestre Gil de Sousa, architecto do rei, que já havia dirigido (segundo o testemunho dos crónicas da ordem) as obras do Mosteiro de Penha Longa». (Sant'Ana Dionísio). De Gil de Sousa, Architecto, informa Sousa Viterbo (*Dicc. dos Architectos*, vol. 3.º, pág. 72) apenas que ele dirigiu os primeiros trabalhos, da sua traça, da igreja de S. Marcos, próximo de Coimbra, por ordem de D. Brites de Menezes, desde o ano de 1454, até 1464, data em que faleceu.

D. Manuel, mesmo, que muito apreciava o retiro da Penha Longa, ao qual por várias vezes se acolheu, bem como sua filha D. Beatriz, passou lá o nojo pela morte da rainha D. Maria, ocorrida em 7 de Março de 1517, depois de 17 anos de casados, e lá fez o seu testamento em 7 de Abril seguinte, exactamente um mês depois do falecimento de sua mulher, a qual havia já deixado, ao Mosteiro, 30.000 reais. A' estada de D. Manuel, nesta conjuntura, em Penha Longa, onde se recolhera «decidido a abandonar o



PORTÃO DE ENTRADA PARA O PÁTIO

mundo» pelo grande desgosto que sofrera, se refere também, no livro *A Rainha D. Leonor*, o conde de Sabugosa. Antes havia já mandado construir edificações, mais tarde reedificadas por D. Pedro II por se terem arruinado, apropriadas para as suas estadias e depois dele para outros monarcas e pessoas de elevada categoria: eram as *Hospedarias*, situadas do lado esquerdo do grande pátio quadrangular da entrada, cujas celas, dispostas numa só correnteza, tinham janelas de cantaria com grades de ferro, deitando para o

chamado *Jardim das Damas*, tendo apenas, para o pátio, três janelas de boa obra, para ar e para luz. (1)

Junto das *Hospedarias*, em cujos baixos havia duas cavalariças com manjedouras de pedra para 150 cavalos, corria uma levada de água com a qual se moviam duas azenhas.

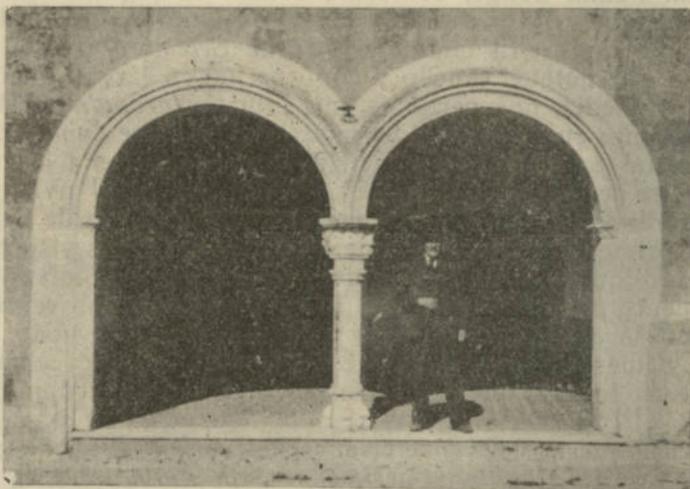
D. João III esteve no mosteiro em 1543, encontrando-se lá no dia 3 de Maio, domingo, por ter ido passar ali alguns dias depois da morte do príncipe D. Filipe, ocorrida em 29 de Abril antecedente. Igualmente ali passou o nojo da avó, desde 12 de Fevereiro até 5 de Março de 1578, o rei D. Sebastião. Mais tarde, também Filipe II se deteve em Penha Longa, conforme consta da seguinte interessante carta por ele escrita, de Sintra, em 2 de Outubro de 1581: «A las Infantas mis hijas — El miercoles (27 de Setembro) recibí vuestras cartas con que holguei mucho y con que fuesen largas. Y al jueves à las ocho y media, nos partimos, my sobrino (*arquiduque Alberto*) y yo... Entramos en la galera y fuymos à Cascaes, que son cinco leguas, en tres horas, que nos hizo buen tiempo, y fuymos a la vela. Otro día, que lo hera de Sant Miguel (29 de Setembro) uymos misa y comimos allí y fuimus a Peñalonga, qu'es monesterio de Sant Hieronymo, el primero que huvo acá de su orden, y uymos visperas suyas. Y el sabado, que hera su dia, estuvimos allí y uimus misa y sermon, y yo visperas, porque my sobrino fué à caça y mato un venado y oyó bramar no sé quantos ciervos ay por allí. Y el avia visto antes los jardines y huertas, y yo los vi después, y son buenos e muchos, y muy buenas fontes, que las tomaria yo por allá. El domingo (1 de

(1) Com os tempos, desapareceram completamente estas edificações, no local das quais e por substituições sucessivas, estão agora, mandadas fazer pelo actual proprietário, casas para moradia de pessoal da administração, garagens, arrumações, etc. O *Jardim das Damas* está desde remotos tempos transformado em horta e pomar. Deveriam ter sido, provavelmente, para aquela e outras obras as madeiras a que se refere a ordem que se seguiu, de D. Manuel, reproduzida no *Diccionario dos Architectos* por Sousa Viterbo, vol. 2.º, pág. 491: «Afomso Momteiro — Nos El Rey vos enviamos saudar: mādamosvos que toda a madeyra que ouverdes de daar pera as obras de Pera longa e asy pera as obras dos paços de Symtra lloguo com diligencia ha acabes de entregar aas pessoas que ha am de receber, a qual madeyra tomaras do paço da madeyra asy como vos temos mandado. Seprita em Euora a IX dias de Setembro. Alvaro Neto a fez - de 1519 - Rey». «Pera Afomso Momteiro que toda a madeyra que houuer de daar pera as obras de peralonga e asy pera as dos paços de symtra logo a cabe demtreagar as pessoas que ha ouverem de Receber e a tome do paço da madeyra como lhe V. A. tem mandado». (Torre do Tombo — Corpo Cronológico — Pasta 1 — Maço 25 — Documento 31). — O pátio de entrada para o recinto da igreja e do mosteiro era limitado por um muro de vedação no qual se via o interessante portão de ferro que ainda se conserva de pé no seu lugar. Antes de se chegar a este pátio havia e ainda lá está uma cruz de pedra com assentos em volta, até à qual os frades estendiam por vezes os seus passeios.

Outubro) uymos misa cantada y comimos, y después venimos à otro monesterio de la misma orden, y pequeño, que se llama Nuestra Señora de la Peña...». A Penha Longa foi D. João V, visitando na sua cela, onde estava doente, Fr. Paulo de Santa Tereza, falecido a 2 de Fevereiro de 1727, e lá foi também, em 1730, a Rainha, que fora a Sintra para mostrar à princesa sua nora, D. Mariana Vitória de Bourbon, as cousas interessantes da terra. (1)

Mas, voltando ao mosteiro:

Do corpo nobre do mosteiro, ou seja aquele onde estavam instaladas as dependências principais e era a residência prioral, com



PÓRTICO DE ENTRADA PARA O MOSTEIRO

quartos e salas destinadas a pessoas de categoria, entre as quais alguns monarcas lá pousaram, pouco resta já com a feição primitiva, desde que, há muitos anos, ele foi adaptado a moradia dos proprietários e sobre o qual, mesmo, foi levantado um pavimento para aumento de acomodações e conveniências domésticas.

No rés-do-chão, porém, encontra-se ainda alguma coisa apreciável, apesar das voltas por que tudo tem passado.

(1) Notas extraídas, quase todas, do livro *O Paço de Cintra*, por Conde de Sabugosa. A carta de Filipe II é reproduzida por Sabugosa, quasi integralmente, do livro de Gachar *Lettres de Philippe II à ses filles les infantes Isabelle et Catherine...*

A entrada principal fazia-se e ainda se faz por um pórtico manuelino, baixo, com coluna ao meio, para um pequeno átrio, em cujo teto se vê a coroa de D. Manuel e ao fundo do qual se abrem duas portas para, depois delas, se alcançar a entrada para o claustro de baixo e para um pequeno patamar, donde saem dois lanços de escadas, ambos com faixas de azulejos dos dois lados e a data de 1660 ao cimo: um para a casa de habitação, e outro para o claustro de cima, coro e torre.

Naquele átrio está embutido na parede do fundo, a 1,30^m do chão, uma lápide de mármore preto, em oval, de 0,60 × 0,50^m, indicativa da altura onde chegou a água numa grande inundação em 1627, que diz assim, em leitura corrente: «Na era de / 1627 em o primeiro de De / zembro ao meio dia ouve / uma cheia que alagou to / do este convento até al / tura des / ta pedra / ao pe».

Do mosteiro, em conjunto, fala Albrecht Haupt com apreciável interesse «por ser uma elegante construção da transitória renascença dos primeiros tempos do reinado de D. João III», dizendo mais adiante, quanto ao claustro, o seguinte: «Ao lado sul segue o claustro quadrangular com três alas de dois pavimentos, de uma arquitectura que corresponde à que se encontra em Coimbra pelos anos próximos de 1540, de grande delicadeza de formas e de uma graciosa distinção no sóbrio ornamento. Em volta do claustro agrupam-se as diversas dependências do convento, a sacristia, o refeitório e uma parte agora utilizada como habitação e que antigamente fora do abade. Esta parte com a sua pequena entrada alpendrada sobre colunas e toda coberta de rica abobada reticulada deve ser dos ultimos tempos do reinado de D. Manuel. Os jardins contíguos ao edificio encerram também ainda hoje toda a espécie de cousas primitivas, grutas com azulejos e semelhantes, e mostram um exemplar de regular conservação de ajardinagem de mosteiro opulento». (1)

Do claustro refere também o sr. Raul Lino que, sendo «de três lanços em dois andares de igual altura, o inferior em arcaria, o superior com arquitrave horizontal», o inferior «é ainda bastante curioso com as suas cimalthas simples e bojudas a contrastar com o delicado lavor dos capiteis jónicos do pavimento superior e de todos os

(1) *A Architectura da Renascença em Portugal*, por Albrecht Haupt — Tradução editada pela Livraria Rodrigues, de Lisboa. — Referindo-se a um convento de Faro, do qual pouco restava já, diz Haupt (pág. 310) que o claustro, manifestando a data do reinado do D. João III, tinha estreita afinidade com o da Penha Longa e que a igreja, «que mal se reconhece, deve ter sido muito semelhante à de Penha Longa». No mesmo vol., a pág. 145, vem uma gravura representando o *Claustro da Penha Longa* e na pág. 146, outra, de *Capitel de uma coluna de Penha Longa*. — A publicação da obra de Haupt, em alemão (2 vol.), é de 1890-1895.

começos e fechos das abobadas. Estes labores distribuidos parcimoniosamente, como joias, são do género do Renascimento, introduzido em Portugal pelos escultores franceses». (1) Mais recentemente disse o sr. Prof. Dr. João Barreira que «o claustro, apenas de três lanços por se encostar ao corpo da igreja, é de dois andares, o de baixo com colunas simples, do dórico toscano, as superiores com capiteis de alto calato corintio, mas decoradas com elementos da graciosa fantasia florentina de que há exemplos em monumentos portugueses que põem a data num estilo: caneluras, cabecitas de anjos, volutas invertidas, folhagem estilizada». E, por comparação, atribue-lhe a data de 1540-1545. (2)

Neste claustro de baixo, que era onde se faziam os enterramentos dos monges e tinha ao centro uma fonte deitando água por quatro bicas, hoje desaparecida, há, de um dos lados, uma pequena capela de abobada e forrada de azulejos, com uma porta baixa e estreita, cuja padieira tem, aberto no granito, este letreiro: «PAVE E:AD.SACTVA.RIV.MEV», cuja tradução literal é: «Treme e adora o meu Santuário», e cujo verdadeiro sentido é significar o temor e amor a Deus no Santuário ou nos lugares consagrados ao culto. E dentro, ao meio da parede, do lado esquerdo, em azulejos formando um quadro, o seguinte: «EPITAPIUM/HIC JACET ILLE PARENS MICHAEL VIRTUTIS IMAGO, DIVI QUI PATRIS TOT DOCUMENTA DEDIT/MUNDANAS CONTEMPSIT OPES CONTEMPSIT HONORES /CUI REGINA PARAT QUAM COMITATUS ERAT/HUNC PORTRES CELEBRANT REGES POPULI Q DINASTAE ARBITRIO Q SUO PANDERE CORDA NOLUNT/MORTUUS HENTANDEM MERITIS SUPER AETHERA VIVIT/UT PRECE SOLICITA SOSPITET IPSE DOMUM» (3)

(1) *Guia de Portugal*, edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, Vol. I, pág. 548.

(2) *Arte Portuguesa*, pág. 92.

(3) É a seguinte a tradução, que muito agradecemos ao distinto arqueólogo Sr. Padre Eugénio Jalhay: «Aqui jaz aquele ilustre pai Miguel, espelho de virtudes, que deu tantos e tão admiráveis exemplos de verdadeiro pai. Despresou as grandezas do mundo, despresou as honras que lhe preparava a rainha, a quem ele acompanhara. Veem visita-lo os poderosos reis e senhores do povo que não ousam confiar o coração à sua própria discrição. Eis que, finalmente, morto, vive pelos seus méritos sobre o firmamento, para de lá proteger com solícita prece a sua casa». Tal epitáfio deve ter sido feito quando Fr. Francisco de S. Jerónimo, que faleceu em Janeiro de 1698, sendo prior, ladrilhou e azulejou a capela, em substituição de outro que vem na *Cintra Pinturesca*, pelo qual consta que Fr. Miguel de Valença, filho e prior de Penha Longa, fôra provincial da Ordem e professor dos príncipes e que, estando a rainha D. Catarina e a Infanta D. Maria no mosteiro do Mato (Alenquer) por causa da peste, ali faleceu, vindo a enterrar a Penha Longa naquela capela, mandada fazer pela Infanta, no ano de 1569.

De outro lado, uma porta de passagem dava a entrada para o refeitório, ampla sala transformada — e de que maneira! — em sala de jantar dos proprietários.

Quando refeitório dos frades, as paredes eram forradas de azulejos, representando frutas e flores, e havia o costumado pulpito para leituras feitas por um, enquanto os outros comiam. Tais azulejos, porém, desapareceram, como desapareceram muitíssimos outros de várias dependências e de que ainda se encontram aqui e ali vestígios, sendo substituídos por estuques vulgares, sem merecimento. Felizmente que se salvou, e ainda bem, na parede ao fundo, quase a ocupando em toda a largura, um grande painel de azulejos representando a cena bíblica da multiplicação dos pães e dos peixes no deserto, com as dimensões de 4, m 5 (32 azulejos) por 2, m 5 (18 azulejos). (1)

Tem sua história este painel.

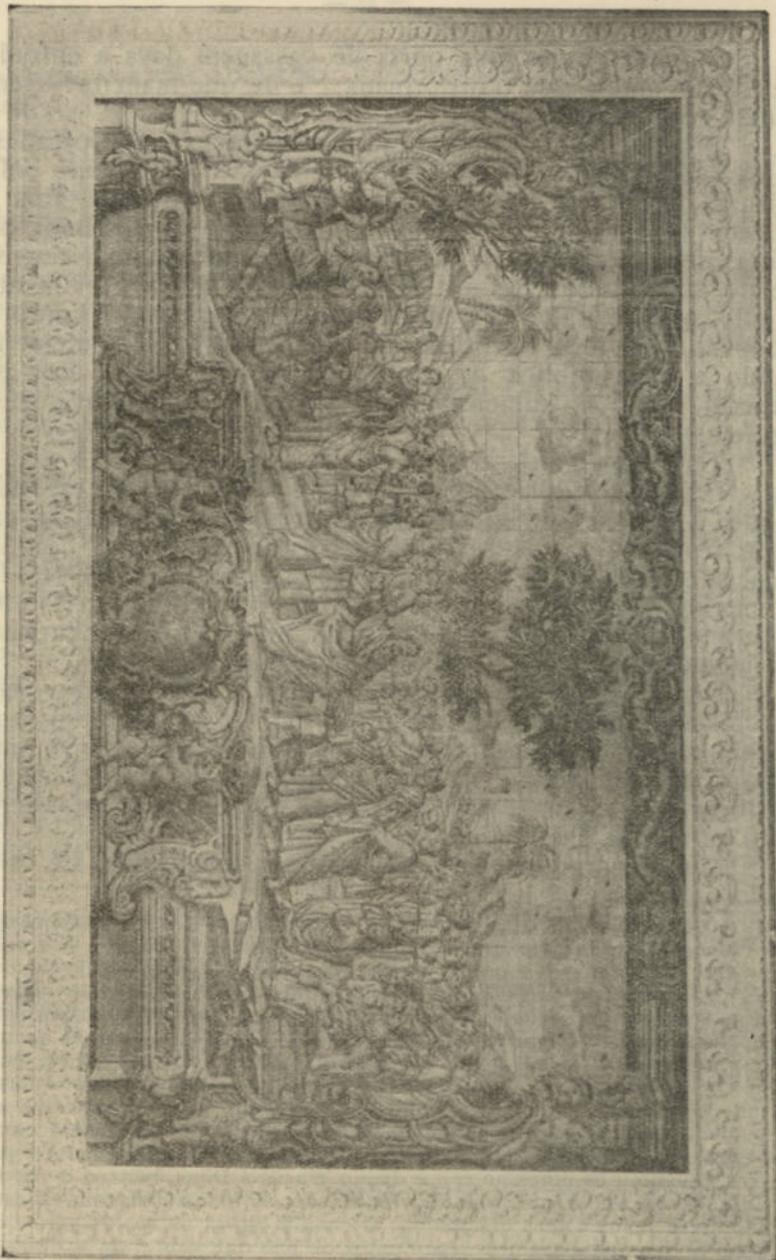
Feito o refeitório por mandado e a expensas do cardeal D. Henrique, é tradição ter sido colocada a toda a largura da parede do topo fronteiro ao da serventia para a cosinha, uma grande tela na qual se representava o milagre da multiplicação dos pães, figurando o menino que apresentava a Cristo o prato com os pães e os peixes a efigie de D. Sebastião, o qual, ainda criança, encontrando-se no mosteiro com seu tio, o cardeal, servira de modelo.

Deu-se, porém, o caso de, um dia, a tela se rasgar inesperadamente, atingindo o próprio retrato, sem ter havido uma causa explicável, o que, para os frades, foi motivo de mau agoiro, aumentado e enraizado ainda mais ao saber-se do desastre de Alcácer-Kibir e ao verificar-se a circunstância de ambos os acontecimentos terem ocorrido na mesma data.

Muito tempo esteve a tela sem ser substituída, até os frades se

(1) «Regressados os Apóstolos de uma missão, e por estar próxima a festa da Páscoa, disse-lhes Jesus: «Vinde e descansai um pouco». E embarcando-se com eles foram para a outra banda do mar da Galiléa, em um lugar retirado e deserto. Mas grande multidão de povo o acompanhou... Ao cair da tarde chegaram-se a ele os Apóstolos e disseram: «Este lugar é deserto e a hora já vai adiantada; será bom despedir esta gente, que vão às aldeias vizinhas comprar de comer». Respondeu Jesus: «Não é preciso; dai-lhes vós de comer. Quantos pães temos?». «Cinco pães e dois peixes», disseram, «mas o que é isto para tantos?». Jesus, porém, mandou aos Apóstolos que fizessem assentar na relva a gente em ranchos de cem ou cento e cinquenta, e eram quasi cinco mil, sem contar mulheres e crianças; e estando todos acomodados, pegou Jesus nos cinco pães e dois peixes, levantou os olhos ao céu e dando graças a Deus, benzeu e partiu os pães, dividiu os peixes e mandou distribuir tudo. E todos comeram e ficaram fartos. Então disse Jesus a seus discípulos: «Recolhei agora os restos para que nada se perca». E eles apanharam os fragmentos de pão que sobraram e deles encheram doze cestos...». (*História Bíblica*, por D. António de Macedo Costa, bispo do Pará).





«O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DOS PÃES»
(PAINEL DE AZULEJOS NO REPERTÓRIO)



resolverem a pôr em seu lugar o painel de azulejos que lá se encontra ainda. Mas quando? Em nenhum dos livros ou documentos examinados vimos indicada a data da sua colocação ali, parecendo, em todo o caso, dever atribuir-se-lhe o século XVIII. Pertencem à fábrica do Rato, segundo o parecer do professor e historiador de arte sr. Dr. João Barreira, que um dia obsequiosamente nos acompanhou numa visita a Penha Longa, dizendo-nos depois: «Quanto aos azulejos, além dos datados, creio que os do refeitório são do Rato, por um amarelo que lá vi e me parece ser dos últimos tempos da fábrica. Os denominados de *tapete*, ou de estilo geométrico e policromos são do século XVII, pois no século seguinte limitaram-se ao azul e branco em grandes painéis. No Rato é que em certos casos empregaram o amarelo, o verde e o roxo».

Comunica interiormente o refeitório, pelo topo oposto ao do painel, com a ampla cosinha, onde ainda se vê a grande chaminé de lareira.

No lanço que se segue no claustro, o terceiro, e passada uma interessante porta geminada pela qual se entra numa dependência sem aplicação actual, mas de teto apreciável, no mesmo estilo da porta, há uma entrada para a sacristia, através da qual se passa para a igreja, de que nos vamos ocupar em capítulo especial. Daquella dependência há também comunicação para a cosinha e tem na parede fronteira à porta uma janela, para luz. (1)

(1) Esta janela dava, há muito, para uma cavaleriça cuja manjedoura se fixava a uma parede da igreja. Felizmente, o actual proprietário mandou demolir este anexo, ficando agora, não só a janela desafoçada, como a própria igreja, que estava, por assim dizer e por aquele lado, entaipada. Não é, porém, de garantir que, quer esta janela, quer a porta de ligação com a cosinha sejam dos tempos primitivos da construção. — Porque o Padre Carvalho da Costa diz no *Corografia Portuguesa*, que no convento dos Jerónimos, de Belém, havia, numa sala azulejada, com duas janelas, os retratos, em corpo inteiro, dos religiosos notáveis da Ordem, entre os quais o de Fr. Vasco Martins, bem diligenciamos descobri-lo para figurar neste capítulo. Infelizmente, tais retratos desapareceram, removidos como os de tantos outros conventos, depois de 1834, nada conseguindo apurar. Pode ter acontecido que ele fosse metido naquelas 55 arrôbas de quadros «enrolados e péla maior parte padeciam ruína ou princípios dela», que foram queimados no Campo Pequeno em 4 de Outubro de 1853, como refere Barbosa Canaes nos *Estudos Biográficos ou notícia das pessoas retratadas nos quadros histórico-pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa*. — O *Agiolôgio Lusitano*. (Vol. 1.º pág. 27) diz que Fr. Vasco Martins, tendo fundado o convento do Mato (Alenquer) onde permaneceu algum tempo, foi fundar o convento de Valparaíso, em Córdova, na raiz da serra Morena, morrendo ali em 1420, segundo Fr. Manuel Bautista de Castro com 110 anos, ou 120, segundo outros! Parece-nos que esta data de 1420, da morte de Fr. Vasco em Córdova, pede ser esclarecida, dado que êle, conforme documento adiante publicado, ainda em Março de 1425 estava em Penha Longa e compareceu em Sintra como procurador do mosteiro. — Por bula de Sixto V, de 1478, foi o mosteiro do Mato unido ao da Penha Longa.



A IGREJA

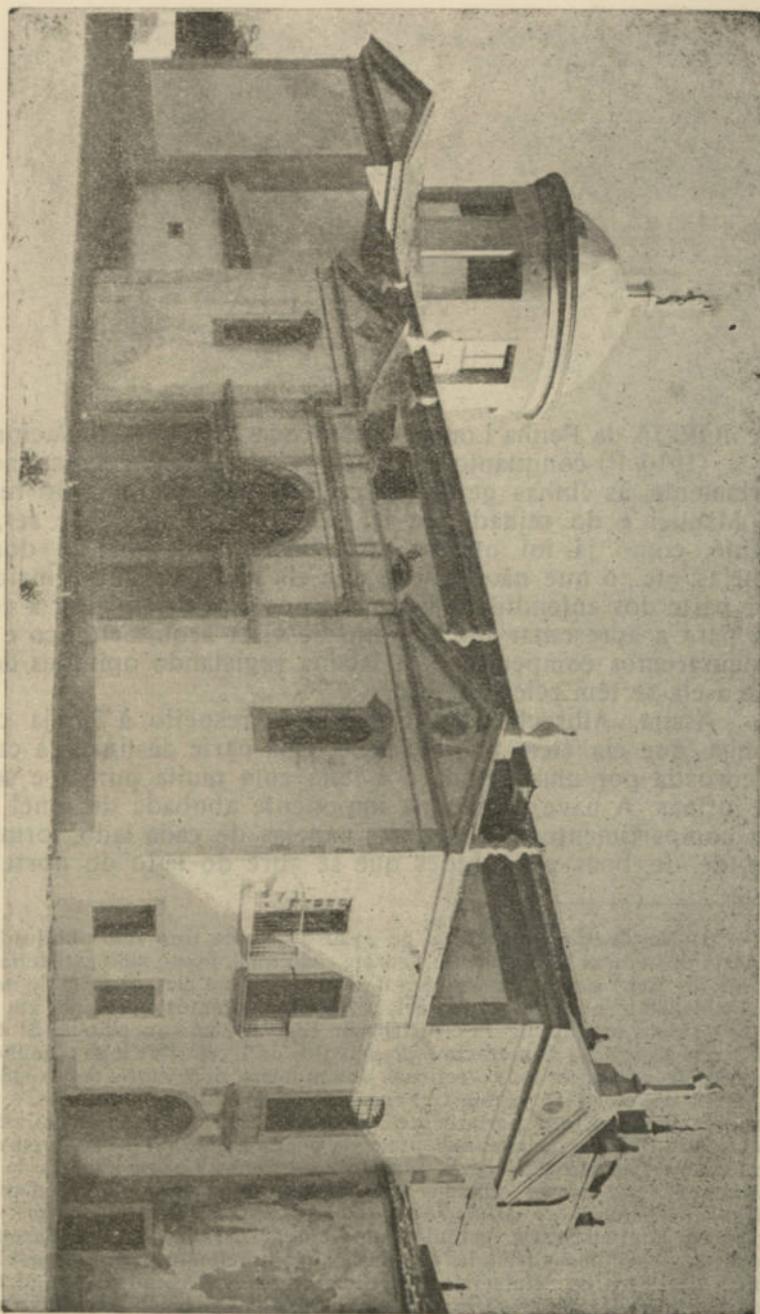
A IGREJA da Penha Longa, classificada Monumento Nacional desde 1910, ⁽¹⁾ conquanto a sua formação actual corresponda ainda, certamente, às linhas gerais da reedificação dos fins do reinado de D. Manuel e do reinado de D. João III, está longe de ser, internamente, como já foi quanto ao número e disposição dos altares, capelas, etc., o que não impede que ela mereça ainda o maior apreço por parte dos entendidos. Quanto a nós e por nos faltar a competência para a apresentar sob o ponto de vista architectónico e artístico, procuraremos compensar esta lacuna registando opiniões de mestres que a ela se têm referido.

Assim, Albrecht Haupt diz, com respeito à igreja de Penha Longa, que ela «tem uma só nave, cuja parte destinada à capela-mor é coroada por uma cúpula e é feita com muita pureza e severidade de formas. A nave, com uma imponente abobada de tonel repartida em compartimentos e com duas capelas de cada lado, forma um vão grande de boas proporções que se abre do lado do norte para um

(1) No *Diário do Governo* de 23 de Junho de 1910 vem publicado, pelo Ministério das Obras Públicas, um decreto pelo qual, tendo sido satisfeitas as disposições do Art.º 2.º e seu § único das bases para a classificação de monumentos nacionais, se torna pública uma relação de monumentos nacionais em vários distritos do país, na qual figura o distrito de Lisboa e no concelho de Sintra, a Igreja da Penha Longa. — O merecimento artístico da igreja fôra logo reconhecido desde os primeiros tempos após a retirada dos monges, porquanto, tendo sido ordenada a venda do mosteiro e dos terrenos e outras edificações anexas, o ministro da Fazenda mandou, em portaria de 29 de Março de 1836, que a comissão da Junta do Crédito Público fizesse «exceptuar da venda a que vai proceder-se dos prédios pertencentes ao Mosteiro de S. Jerónimo de Penha Longa, a igreja da mesma denominação, por conter objectos que a tornam um monumento d'arte notável». (*Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — Inventário n.º 306.* — Devemos agradecer aqui ao Sr. Dr. António Luiz Gomes, Director Geral da Fazenda Pública, todas as obsequiosas facilidades que nos proporcionou para as consultas do «Arquivo Histórico do Ministério das Finanças», bem como ao seu director, nosso confrade nos *Arqueólogos*, Sr. J. da Cunha Saraiva, pela maneira como nos atendeu.



A IGREJA



pórtico exterior. A sua architectura indica reconstrução posterior (século XVII?); a torre, muito simples, deve ser primitiva». (1)

Anteriormente à passagem de Haupt por Penha Longa, (2) é de supor que por lá tivesse estado o Visconde de Juromenha em época relativamente próxima da saída dos frades, para a colheita de notas destinadas à sua *Cintra Pinturesca*, cuja edição, aliás sem nome de autor, é de 1838. Por ela nos guiamos e tanto mais afirmando este, logo no começo, ter visitado minuciosamente todos os lugares que descreve.

Quanto à igreja, diz que ela, tal como ainda hoje se encontra, «é obra antiga, com o tecto de laçaria de pedra, sôbre abóbada que se sustenta em meias colunas que sobem do pavimento até ao tecto.

Tem cinco capelas e, em cima, uma tribuna onde as pessoas reais ouviam missa... A capela-mor é em forma de cruz com um zimbório rotundo; na parte onde se cruza tem oito janelas rasgadas de vidraças que a fazem muito alegre: remata da parte de fora com o arcanjo S. Miguel, de mármore, de perfeita estatura, com a espada e escudo em que tem gravadas as letras Q. U. D. — *Quis ut Deus*» — (*Quem como Deus*) (3).

Na capela-mor «de admirável architectura», cujo zimbório «descansa sôbre quatro arcos de pedraria de obra moderna» (4) e de cujo altar só o tampo é de mármore vermelho, há a notar o trono «de talha pintada e dourada, bela e magestosa peça do século XVII muito bem conservada e interessante de côr», (5) onde, no primeiro plano,

(1) Falando de Lagos, diz o mesmo autor (pág. 311) que «apresenta singular delicadeza o côro da igreja do Carmo, com uma cúpula esférica, apainelada, de mármore branco, e lanternim encimando uma cornija; o arco do côro também de mármore. As formas correspondem às da igreja da Penha Longa». Quanto à torre, diz o Sr. Raúl Lino que ela «revela ainda, através da restauração, a sua traça quinhentista».

(2) Haupt saíu de Portugal em 1886.

(3) Juromenha guiou-se muito pelo códice 729 da Torre do Tombo, repetindo-o em muitas das suas passagens, sem aliás, o dizer. — A origem daquela frase vem do hebraico — *Mi-ca-el* —, que quer dizer «quem como Deus?». De forma que a própria palavra *Miguel* encerra em si o significado ou tradução da frase latina. Agora, a sua origem: Quando Lucifer, o primeiro, em categoria, dos anjos, quiz, no céu, fazer-se igual a Deus e esquivar-se ao seu domínio, levantou o brado de revolta — *non serviam!* — (*não servirei!*). Travado combate entre os anjos, tomou S. Miguel o comando dos fieis, sob a divisa *Quis ut Deus?*, ficando vencedor, o que ocasionou a expulsão imediata dos outros. (Agradecemos estas notas ao Sr. Padre Manuel Vicente Caetano, antigo capelão da Colónia Penal Agrícola de Sintra).

(4) Códice 729, escrito em 1746. O autor professara em 1697.

(5) Raúl Lino — *Guia de Portugal*.

Fr. Cristovão Correia, sendo prior, (era prior em 1685) mandou colocar em nichos especiais as imagens, uma de cada lado, de S. Jerónimo, vestido de cardeal, e Santa Paula, sua contemporânea em Belem, da



S. JERÓNIMO VESTIDO DE CARDEAL
(ESCULTURA EM MADEIRA)

Palestina. As imagens, de boa estatura (1^m,50) e estofadas, embora não representem duas obras de arte superior, estão, em todo o caso, pela pintura e pelas proporções, em perfeita harmonia com os locais a que pertencem e para os quais foram propositadamente feitas.

Ainda no altar-mor e assente sobre a banquetta, vê-se, já vazio, um nicho de bordo dourado que ali mandou pôr o marquês de Cascais, D. Alvaro Pires de Castro (6.º conde de Monsanto), patrono do convento, para nele recolher uma imagem de Nossa Senhora da Soledade em cujo peito foi colocada uma relíquia do Santo Lenho, que a rainha D. Ana de Austria ou seu filho o rei Luiz XIV lhe oferecera quando embaixador em França. E tanto era o apreço por tal relíquia que os ricos cortinados de resguardo só eram corridos, para ser mostrada, depois de se lhe acenderem previamente luzes (4).

Recentemente, tendo o professor e nosso amigo Sr. Dr. João Barreira visitado conosco Penha Longa, teve ele depois a amabilidade, que mais uma vez agradecemos,

(4) *Santuário Mariano*, por Fr. Agostinho de Santa Maria (Lisboa—1711).

de nos dar as valiosas notas seguintes: «A igreja do convento da Penha Longa é uma construção dos meados do século XVI, de uma só nave, e capelas laterais como foi posto em moda pelos jesuítas, para que o maior âmbito da nave, não embaraçado por colunatas, desse preponderância à prégação pela supremacia do pulpito. Tem transepto e zimbório sobre tambor, lembrando na sua estrutura linear as igrejas florentinas do estilo de Brunellesco. E' evidente o predomínio das linhas sobre os volumes, característica da Renascença. E para mais evocação florentina, tem lateralmente um pórtico de três vãos, o do meio com arco e os dois com arquivave, cópia exacta da fachada da Igreja Pazzi, em Florença, da autoria de Brunellesco: é florentino, estilo século XV, embora a igreja seja do século XVI (1). Não tem documentação sobre o período da construção. Em todo o caso, é do tipo medieval e quinhentista das igrejas de uma só nave e capelas laterais, forma que foi adoptada por Vignola no Gesu de Roma e propagada pelos jesuítas no século de seiscentos. Disseminadas pelo edificio, há abobadas pseudo-polinervadas, pois as nervuras são de alvenaria, corte rectangular e por isso meramente decorativas. Assentam aos lados sobre misulas de estilo Renascença, algumas trabalhadas com delicadeza ornamental, sendo as mais finamente esculpidas as que se veem num pavilhão da cêrca», (2) a respeito das quais, dissera também o Sr. Raúl Lino que «onde esta arte de ornamentar atinge a

(1) Num dos tímpanos que ornam esta fachada está um escudo eclesiástico que o nosso confrade nos *Arqueólogos*, Sr. António Machado de Faria, a quem agradecemos a sua identificação, diz parecer-lhe pertencer a D. Fernando de Sousa e Silva, nascido em 27 de Novembro de 1712 e eleito patriarca de Lisboa em Dezembro de 1776, sendo sagrado em 30 de Maio de 1779. Foi cardeal e capelão-mor da Casa Real, tendo morrido a 7 de Abril de 1786 e sido sepultado no Mosteiro dos Jerónimos, em Belém. Era descendente dos condes de Santiago, ou, melhor, filho do 2.º conde de Santiago de Beduido, D. Aleixo de Sousa da Silva e Menezes e sua mulher, D. Leonor de Meneses, dos quais foi um dos 28 filhos, conforme indica D. António Caetano de Sousa. No outro tímpano veem-se as armas reais, provavelmente de D. Maria I, pois tudo indica que seriam ali colocados ao mesmo tempo que as do patriarca D. Fernando de Sousa e Silva, que governou de 1779 a 1786. Da circunstância de no teto do átrio da entrada para o Mosteiro se encontrar a corôa do rei D. Manuel, bem como das referências a outras armas reais que existiram nas antigas hospedarias e ainda as que Fr. Agostinho de Santa Maria viu no tecto de uma das capelas da igreja, parece inferir-se, como, aliás, já o notara Fr. Agostinho, que o mosteiro era do Padroado dos reis, gosando da sua protecção. Isso se confirma ainda pelo título de Real que se encontra desde certa data nos documentos do mosteiro: talvez desde que aos Piores foi atribuído o título de D. Abade.

(2) Estas são as notas que pedimos e nos enviou, na ocasião, o Sr. Dr. João Barreira. Ele deu, porém, maior desenvolvimento ao assunto na sua excelente obra *Arte Portuguesa*, em publicação, pág. 92, para onde aconselhamos a dirigirem-se os leitores desejosos de apreciarem estes e outros problemas de arte.

sua maior delicadeza é na capelinha isolada do jardim, em que os começos e fechos da abobada, do mais fino desenho, são executados em mármore com minúcias de ourivesaria» (1).

O número e disposição das capelas que, segundo o códice 729, era de cinco — Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora da Saúde; Santo António, pertença de D. Diogo da Silveira; S. José, dos alcaides-mores de Sintra, e outra debaixo do côro, de Nossa Senhora das Necessidades, onde estivera a Senhora da Saúde, antes de ser mudada, e todas da parte do Evangelho, sendo a outra parte de azulejo antigo — é actualmente apenas de duas — Nossa Senhora da Saúde e, fronteira a ela, outra, interessante, com altar, trono e balaustrada de mármore vermelho, mas não correspondendo já, quer uma, quer outra, às descrições antigas (2).

Quando sofreu, porém, a igreja as alterações à sua traça? Tendo passado em ocasiões várias por diversas obras, como Haupt o suspeitou e como o indicam certas datas dispersas e certas referências no livro de registo dos óbitos dos monges, bem como a referência constante da inscrição do arco, do lado da epístola, adeante referida, o mais provável é que, pelo menos a maior parte, date de época posterior ao abalo sísmico de 1755, porquanto o mosteiro e a igreja sofreram muito com ele, como se vê no livro do registo dos falecimentos dos frades, do qual consta haver o cônego Gaspar Leitão de Figueiredo, falecido no Linhó, onde residia, em Maio de 1758, pedido para ser lá sepultado, mas resultar inútil esta petição, pois não puderam os frades satisfazer-lhe tal desejo «por estar a igreja entulhada por causa do terramoto de 1.º de Novembro de 1755», enterrando-o no cemitério privativo da comunidade, no claustro. E' de notar aqui a circunstância de em Maio de 1758, mais de dois anos depois do tremor de terra, a igreja se encontrar ainda cheia de entulho, a pontos de não poder ser lá feito e enterramento do Cônego Figueiredo, sinal de o desmoronamento ter sido grande ou de ter havido negligência no seu restauro. A considerável importância dos estragos do grande flagelo deduz-se ainda de alguns requerimentos dos Abades do mosteiro a pedir certidões de vários documentos, justificando esses pedidos

(1) Esta capelinha, ainda existente, embora danificada e descaracterizada, era talvez, a ermida de Nossa Senhora da Anunciação, das chamadas Obras do Cardeal Rei. Junto dela há também e nas mesmas condições, merecendo a atenção de Raúl Lino, «um curioso pavilhão, de planta trilobada e pequena cúpula, forrado interiormente de azulejos de mozaico, a branco, verde e azul». (*Guia de Portugal*, vol. I, pág. 148).

(2) Haupt diz quatro capelas, duas de cada lado. Talvez deixasse sem menção especial a da Senhora da Piedade, que ficava no cruzeiro, ou tivesse já sido suprimida alguma das restantes.



ALTAR - MOR

com a circunstância de os originais se terem inutilizado ou perdido com o sismo (1). Mas, seja como fôr, nenhuma notícia encontramos referente a obras de vulto realizadas anteriormente a 1755.

Entre as datas visíveis na igreja há a de 1642 na peanha, de mármore, de uma alta cruz assente sobre um altar também de mármore, na sacristia, por detraz do qual, num vão cavado na parede, se vê um painel de azulejos com duas altas imagens, representando, segundo parece, a Senhora da Soledade e S. João Evangelista e a de 1683, na porta principal, formada por duas meias portas grossas, almofadadas, com puxadores (argolas - já só uma) e pregos grandes de cabeça saliente, tudo de metal. Os algarismos da data estão, dois em cada meia porta, ao alto (2).

* * *

Independentemente dos altos favores régios, teve igualmente o mosteiro da Penha Longa os favores e simpatias de elevadas personagens que lá foram sepultadas na igreja, ou nela teem perpetuados os seus nomes em cenotáfios abertos em placas ou lápides murais de mármore, colocadas na capela-mor, a qual fôra dada por D. João III a D. Inês de Ayala para lá sepultar seu marido, D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto, e ser jazigo de todos os seus descendentes (3).

(1) Francisco Luiz Pereira de Sousa, referindo-se no Vol. 3.º, a pág. 512 do livro *O Terramoto da 1.º de Novembro de 1755* à freguesia de S. Pedro de Penaferrim a que Penha Longa pertence, diz apenas, guiando-se pelas Memórias Paroquiais do Dicionário do Padre Luiz Cardoso, da Torre do Tombo, e depois de curta referência à igreja paroquial, que no lugar do Linhó ficara arruinada a ermida de S. Sebastião, nada dizendo de Penha Longa, das cercanias.

(2) A respeito desta porta diz o Códice 729 da Torre do Tombo, que «a porta da igreja é de Angelim, almofadada e bronzeada com um portal de pedra lavrada, de obra gótica» e que ela «fica debaixo dum alpendre, que se sustenta em um arco de pedraria de obra romana, sôbre o qual fica o côro com uma janela de vidraças». *Angelim*, diz o velho *Dicionário da Língua Portuguesa* por António de Moraes Silva, ser árvore do Brasil e da Asia, de madeira muito rija e quasi incorruptível; chega a 6 e 8 braças de altura; a sua copa é grande e o tronco pode ter uns 5 palmos de diâmetro. No Brasil há o angelim amargoso, mais rijo que o doce, mas não é incorruptível nem tão rijo como a sicopira, ou sipipira de que fazem carros e outras obras fortes. — O livro *Reflorestamento*, pelo engenheiro silvicultor Mansueto E. Coscinski (Edições *Melhoramentos* — S. Paulo — Brasil) indica, no capítulo relativo às utilidades das principais essências florestais brasileiras, o angelim como próprio para carvão, construções civis, construções internas, vigamentos, forros, soalhos, etc.

(3) Há apenas 6 lápides com inscrições na capela mor, além das duas do presbitério, como adiante se verá, havendo 16 placas, em branco, que, de certo, não chegaram a ser utilizadas.



ALTA - MOR

São os seguintes:

Uma urna de mármore, fechada, mas com sinais de ter sido violada, que se encontra arrumada na igreja, tem a seguinte inscrição:

CINZAS DE DIOGO DA SILV.^{RA} F.^o DE FERNÃO DA SILV.^{RA}
RE(GEDOR?) DA JUST.^A DESTE REINO E CODEL MOR E DE DONA
M.^A DE TAVORA F.^A DE P.^o LOURENÇO DE TAVORA S.^{OR} DA
CASA DO MOGADOIRO E SUA MOLHER CUJA HE ESTA CAPELA(1).

No arco do presbitério, do lado do Evangelho, junto ao corpo da igreja, a lápide mural:

EXCM. D. D. AGNETI AYALAE, É SYLVIO DIDACO PRIMV
DE PORTALEGRE COMITE, ET EMMANVELIS PORTVGAL-
LIAE, REGIS, COMILIARIO SEV PAEDAGOGO GENI

(1) Diogo da Silveira era 3.^o filho do coudel-mor Fernão da Silveira. Foi poeta, mas dele há apenas duas coplas no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende. Nas justas de Evora, em 1490, foi ele que alcançou de D. João II o anel de primeiro justador. Diz o *Dicionário Portugal* que Diogo da Silveira e sua mulher jazem no convento da Penha Longa, mas, se porventura lá estiveram sepultados, como é de crêr, na sua capela, que era a de Santo António, das suas campas nada existe já, havendo apenas a urna referida. Fernão da Silveira foi, igualmente, poeta apreciado, cujos versos figuram no *Cancioneiro* de Rezende. Esteve na batalha de Toro, foi estimado de D. João II e era pelos seus contemporâneos cognominado O BOM.

Os Távoras, segunde o Nobiliário do Conde D. Pedro (Titulo LXVI — pág. 303) vinham de Lourenço Pires de Távora, casado com D. Guiomar Rodrigues, filha de Rui Pais de Gares e D. Mor Esteves. Destes nasceu Lourenço Pires de Távora, que viveu no tempo do rei D. Fernando, que lhe fez largas mercês em 1367. Casou em 1382 com D. Alda Gonsalves, tendo havido deste matrimónio Pedro Lourenço de Távora, que foi reposteiro-mor de D. João I, a quem acompanhou na batalha do Aljubarrota. Tendo casado com D. Beatriz Anes, filha de João Esteves Privado e Violante Lopes de Albergaria, deles descendem, por varonia, os senhores da Casa de Távora. A uma sua descendente, D. Luiza de Távora, que foi comendadeira do mosteiro de Santos-o-Novo, de Lisboa, e professara em 26 de Junho de 1675, fundando mais tarde o Convento das Carmelitas Descalças, de Lisboa, nos referimos já no livro *Comendadeiras de Santiago*, separata do Vol. IV do Arquivo Histórico de Portugal, 1940.—O códice 729, já referido, diz, erradamente, de certo por má leitura, D. Diogo e D. Fernão da Silva, em lugar de Silveira. — Em 1558 concedeu D. Sebastião a requerimento da condessa da Castanheira, a D. António de Távora, testamenteiro de D. Maria de Távora, que de 100\$000 reis que tinham para empregar em heranças e bens de raiz, destinados ao prior e padres do Mosteiro de Pera Longua, da Ordem de S. Jerónimo, para dizerem, para sempre, duas missas cotidianas pela alma da dita D. Maria, lhes fôsse atribuída uma tença de 8\$000 reis de juro, com a condição de retro, pelos ditos 100\$000 reis, a qual era à razão de 12\$000 reis o milheiro. (Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 3 — N.º 62).

TAE, SVI NIMIS DILECTI MARITI PETRI DE CASTRO.
III. MONSANCTI COMITIS, TVM FERDINÂDI QVA (QUAPRO-
PTER ?).

PETRI LUSITANIAE, ITAQVE CASTELLAE HENRI
CI NEPOTIS, VIDVAE HAEC CAPELLA DOTATA EST.

Tradução — Esta capela foi doada à Ex.^{ma} Sr.^a Dona Inês Ayala, filha de Diogo da Silva primeiro conde de Portalegre e comiliário ou pedagogo (*equivalente a Camarista*) do Rei Manuel de Portugal, por seu muito amado marido Pedro de Castro, 3.^o conde de Monsanto, neto de Fernando e Pedro de Portugal, e portanto de Henrique (1.^o) de Castela (1).

No mesmo arco, do lado da epístola, em frente do anterior:

EXCM. D. D. (EXCELENTISSIMA DOMINA DONA) MISSIA
DE NORONHA, ANTONII DE NORO.

NHA ET D. FRANCISCAE DE NR (NORONHA) FILIA:
QVORVM, ET RE

GES FERDINANDVS PORTVGALLIAE, TVMQUE CASTEL
LAE HENRICVS ATAVI NOMINABANTVR, VIRTVTIBUS
PRAEDITA, DIGNISSIMEQUE LVDOVICO DE CASTRO. V. DE
MONSANCTO COMITI CVIVSVITAE DISCESSV VIDVA IN
HOC OPUS CONIUX REAEDIFICÂNDUM DE CAEMENTIS
INCVBVIT.

Tradução — A Ex.^{ma} Sr.^a Dona Mécia de Noronha, filha de António de Noronha e D. Francisca de Noronha, dos quais os Reis Fernando de Portugal e Henrique de Castela foram chamados antepassados (*tetravôs*), dotada de virtudes e dignissimamente viúva de Luiz

(1) D. Pedro de Castro, era o filho primogénito de D. João de Noronha e sua mulher D. Joana de Castro. Sobrinho do 2.^o conde de Monsanto D. João de Castro e, por parte de seu pai, sobrinho de D. Pedro de Noronha, conde de Vila Real. Foi Senhor de Cascais e de toda a casa de seus pais, sendo chamado para o Paço depois da morte destes, por D. João II. D. Manuel continuou a dispensar-lhe, bem como a seus irmãos, a mesma estima, concedendo-lhe várias distinções e elevados cargos. Foi também vedor da fazenda de D. João III. Morreu em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1529. Casou duas vezes, a primeira, de quem não houve descendência com D. Joana de Menezes, filha de D. Fernando de Menezes, e a segunda com D. Inês de Ayala, filha de D. Diogo da Silva, primeiro conde de Portalegre, e de D. Maria Silva. Diogo da Silva foi, além do mais, mordomo-mor delRei D. Manuel, seu escrivão da puridade, conselheiro e vedor da fazenda real. Já antes e ainda quando D. Manuel era duque de Beja, fôra seu aio, acompanhando-o sempre e vindo a receber d'ele o título de Conde de Portalegre, em 6 de Fevereiro de 1498. Casou com D. Maria de Ayala, filha e herdeira de D. Garcia de Herrera, senhor das ilhas de Lançarote, Forte Ventura e Gomera, nas Canárias, e de D. Maria Pedraça, sua mulher.

de Castro, 5.º conde de Monsanto, ao falecimento do qual sepultou o marido neste jazigo que teve de ser reedificado dos alicerces (1).

Neste mesmo arco e acima das inscrições estão colocados sobre peanhas de mármore, estátuas, também de mármore, com as respectivas legendas e certamente de tempos não antigos, dos quatro Evangelistas: do lado direito, S. Lucas e S. Mateus, e do lado esquerdo, S. Marcos e S. João.

Na parede do fundo ao lado direito do altar-mor:

HIC SERVANTUR PULVERE MEMORIAE MODICO D. JOANIS DE CASTRO II DE MONSANCTO COMITIS VIRTUTIS GENEROSITATUM QVE SIMILIS SPLENDORE PARENTI NEC NON D. MARIAE DE MENESES EJUS DILECTAE CONSORTIS. (2)

Tradução — Aqui se conservam, neste pouco de pó, os restos de D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, semelhante ao pai no es-

(1) D. Luiz de Castro, era filho do 4.º conde de Monsanto, D. António de Castro, e de sua mulher D. Inês Pimentel. Sucedeu no ano de 1604 na importante casa de Monsanto. Foi senhor de Cascais, Lourinhã, etc, e alcaide-mor de Lisboa; fronteiro-mor, coudel-mor, conselheiro de Estado e desembargador do Paço, etc. Faleceu em Janeiro de 1612. D. António de Noronha, pai de D. Mécia, foi vice-rei da Índia. D. Luiz de Castro teve de sua mulher bastantes filhos, sendo o primogénito D. Alvaro Pires de Castro, que foi o 6.º conde de Monsanto e 1.º marquês de Cascais, conservando-se, porém, nos seus sucessores o título de conde de Monsanto nos filhos primogénitos desde que nascessem. D. Alvaro Pires de Castro, foi conselheiro de Estado e de Guerra de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II. Nasceu na Lourinhã e, tendo seguido o partido de D. Afonso VI nas desavenças com D. Pedro II, foi por este desterrado para Ançã, donde nunca mais quiz sair. — Em Junho de 1608 comprou D. Mécia de Noronha, do tesouro público, 278000 reis de tença, cada ano, de juro e herdade para sempre, à razão de 160000 reis o milhar, «assentados na Casa das Carnes desta cidade (Lisboa), para os haver o Prior e Padres do Mosteiro de Nossa Senhora de Pena Longa, para quem os comprou pera huma missa quotidiana em que estão concertados». (Torre do Tombo — Pena Longa — Maço 3 — N.º 27).

— Com muito reconhecimento, consignamos aqui os nossos agradecimentos ao Reverendo Fr. José Montalverne pela obsequiosa cópia e tradução e interpretação destas duas grandes inscrições, nas quais certos sinais e abreviaturas a tipografia não pode reproduzir.

(2) D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, era filho do 1.º conde, D. Alvaro de Castro, e de sua esposa D. Isabel da Cunha, tendo casado com D. Maria de Menezes, filha de D. Duarte de Menezes, 3.º conde de Viana. Não havendo sucessão, ficou herdeira da casa sua irmã D. Joana de Castro, casada com D. Luiz de Noronha, 2.º conde de Vila Real, falecido antes de seu cunhado D. João de Castro.

plendor da virtude e da nobreza; e de D. Maria de Meneses, sua querida esposa.

HAEC TABULA TRANSCITA FACTA
RECONDIT D. LUDOVICI D CASTRO
OMNIUM SUI GENERIS SUPREMI
NITORE UT EI STEMATIS OSTEN-
TOSA INSIGNIA MOSTRANT TOTI
ET DOMUS POSSESSORIS QUATERNI
ATQUE CONJUGIS VIOLANTIS (1)

Tradução — Conservam-se exarados nesta lápide os feitos de D. Luiz de Castro em esplendor o maior de toda a sua linhagem, como a ela toda mostram as ostentosas insignias de nobreza, quarto possuidor da casa; e de sua esposa Violante.

HIC ET NOVA LACHRYMARUM CINERUM
DOLOREM JUSTA COMPONUNT IN FUNE-
BRI HUIUS LOCI CONDITIONE II LUDO-
VICI D CASTRO V DE MONSANTO COMI-
TIS EJUSQVE CONJUGIS AMANTISSIMIS
SIAE UTRE AEDIFICATIONIS IN TABULA
AD MEMORIAM ACCURATIUS SCRIPTU

Tradução — Também aqui, na fúnebre condição deste lugar, as lágrimas e a dor prestam extraordinárias honras fúnebres aos restos mortais de Luiz de Castro II 5.º conde de Monsanto e de sua aman-

(1) Este D. Luiz de Castro era filho de D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto, do 2.º matrimónio. Tendo casado com D. Violante de Atahide, filha de D. António de Atahide, 1.º conde da Castanheira, e de sua mulher D. Ana de Távora, faleceu ainda em vida de seu pai, deixando vários filhos, entre os quais D. Pedro de Castro, que foi o 4.º conde de Monsanto.

— Em Julho de 1571, sabido pelo monarca (D. Sebastião) que D. Alvaro de Castro, «do meu Conselho»; Manuel Coresma Barreto, «do meu Conselho», e Simão Botelho, Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, testamenteiros de D. Luiz de Castro, «tinham certo dinheiro da terça do dito D. Luiz para empregarem em heranças e bens de raiz, para o Mosteiro de Pera Longua, da Ordem de S. Jerónimo, por uma missa quotidiana e outras obrigações, lhes mandei cometer que quisessem antes comprar de mim a tença de juro que no tal dinheiro montasse, ao preço de 16\$ o reis o milheiro», sendo, por isso, atribuída ao mosteiro uma tença de 20\$000 reis de juro. Assina o contracto entre os testamenteiros e o mosteiro e como representante deste o prior Padre Fr. Manuel de Castel da Vide, conforme procuração que apresentou, subscrita por Gaspar Borrhalho, tabelião do judicial e notas na vila de Sintra. (Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 1 e 3),

tíssima esposa. Cuidadosamente gravado para lembrança, na lápide de ambos os sepulcros.

Do lado esquerdo :

D. ANTONII DE CASTRO ATQUE PEGMENTEL-
LAE AGNETIS EXIMIA VIRTUTE AMABILIU
CONIUGUM QUATERNORUM COMITUM DE
MONSANTO GENEROSA PRAESTANTIA AC
PIETAS SINGULARIS HIC A PERPETUO
OBLIVIONIS INTERITU RESERVANTUR
ET EORUM CINERES SUNT SUPPOSITI. (1)

Tradução — Aqui se preservam da perpétua morte do esquecimento as nobres qualidades e piedade singela de D. António de Castro e de Inês Pimentel, esposos amáveis pela sua exímia virtude, quartos condes de Monsanto, cujos restos mortais aqui estão depositados.

HIC SUB VIRGINIS PATROCINIO
SUNT CINERES COLLOCATI D. PE-
TRI DE CASTRO JOANNIS NOR. QUI
MATERNO JURE III APUD MON-
SANTUM LOCUM MERUIT OBTI-
NERE EJUSQUE UXORIS QUASI DOTA-
TIONIS E TIT. LARGE VENDICATUR.

Tradução — Aqui estão colocadas, sob o patrocínio da Virgem, as cinzas de D. Pedro de Castro João de Noronha (?), o qual por direito materno mereceu obter o terceiro lugar em Monsanto que lhe é mui justamente revindicado por título de doação de sua esposa.

(1) D. António de Castro Pimentel, 4.º conde de Monsanto, era filho de D. Luiz de Castro, filho do 3.º conde de Monsanto, D. Pedro de Castro e de sua mulher D. Violante de Atahide, sucedendo, por isso, na casa de seus paes e seus avós. Depois da morte de D. Sebastião, foi decidido partidário de Castela, pelo que o rei Filipe o galardoou ao apossar-se de Portugal — Casou com D. Inês Pimentel, filha de Martim Afonso de Sousa, senhor do Prado e de Alcoentre, governador da Índia, etc. e de sua mulher D. Antónia Pimentel, senhora espanhola. Com sua mulher fundou o convento de Nossa Senhora da Piedade, de Cascais em 1594. O seu filho primogénito foi D. Luiz de Castro, 5.º conde de Monsanto. — Martim Afonso de Sousa construiu em Alcoentre um sumptuoso palácio, que se dizia ser imitação do do Governador da Índia. Esse palácio, que há poucos anos ainda existia quasi totalmente arruinado e muitas vezes vimos, foi demolido e no seu lugar construídas edificações para a actual Colónia Penitenciária de Alcoentre.

SUB SIC BREVI TABULA DEIPARAE
DICATA CINERES MEMORANDAE CON-
DUNTUR D'ALVARI DE CASTRO I DE
MONSANCTO CONTIS ET UXORIS
EI ELISABETH DE QUORUM REGALI
PROGENIE ANIMIQUE CANDORE
MULTA MULTIS SCRIPTA SUNT. (1)



SANTA PAULA

(ESCULTURA EM MADEIRA)

Tradução — Debaixo desta breve lápide, dedicada à Mãe de Deus, estão sepultados os gloriosos restos mortais de D. Alvaro de Castro, 1.º conde de Monsan-

(1) D. Alvaro de Castro era filho de D. Fernando de Castro, senhor de Ançã e S. Lourenço do Barro, Alcaide-mor de Covilhã e Governador da Casa do Infante D. Henrique, a quem acompanhou à África, e de D. Isabel de Atahide. Descendia de D. Alvaro Pires de Castro, irmão de D. Inês de Castro e primeiro condestável de Portugal e conde de Arraiolos. Camareiro-mor de D. Afonso V, foi por este monarca agraciado com o título de Conde de Monsanto em 1460, recebendo como doação a mesma vila. Casou com D. Isabel da Cunha, filha de D. Afonso, senhor de Cascaes e filho do infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. Sua mãe era D. Branca da Cunha, neta de João das Regras. Acompanhou D. Afonso 5.º em 1471 na expedição à África para a conquista de Arzila, onde sucumbiu. Sucedeu-lhe no título seu filho primogenito D. João de Castro.

Muito agradecemos ao Senhor Padre Eugénio Jalhay, nosso ilustre confrade na Associação dos Arqueólogos e Mestre de pré-História, a tradução destas inscrições, feita a pedido do antigo capelão da Colónia Penal de Sintra e nosso amigo, Rev.º Manuel Vicente Caetano, cuja interferência igualmente agradecemos.

to e de sua esposa Isabel, de cuja real stirpe e bondade muitas cousas por muitos foram escritas.

Por cima das placas dos cenotáfios estão, assentes em peanhas de mármore, estátuas, igualmente de mármore e certamente do mesmo tempo das dos Evangelistas, de alguns dos doze Apóstolos: do lado direito, com as seguintes legendas: S. Tomás, S. Judas (aqui, a peanha com legenda, mas sem estátua, de certo porque, tendo Judas traído o Mestre, nem foi Santo, nem teria cabimento ali a sua representação), Santo André, S. Simão e S. Bartolomeu; do lado esquerdo, S. Matias, S. Pedro, S. Filipe e S. Jacob.

No pavimento, entre o presbitério e a balaustrada que o separa do corpo da igreja, há uma lápide com a seguinte inscrição:

S.^a DE IACOME
DE BARDY. E DE
SVA. MOLHER.
ANTONIA. DA
ZEVEDO E DE
SEVS FILHOS
1600 (1)

(1) Sabendo nós que o Senhor Jorge de Moser coligia, desde há muito, quantas notas de interesse se lhe proporcionassem relativamente a estrangeiros domiciliados em Portugal, não só comerciantes, mas de qualquer categoria, recorreremos, em boa hora, ao seu saber, a pedir-lhe o favor de indicações pelas quais pudessemos apurar quanto fosse possível sobre Jacome de Bardi. Em resposta foi S. Ex.^a mais do que generosamente amável ao mandar-nos os completos informes que se seguem e mais uma vez agradecemos, pedindo ao mesmo tempo licença para os reproduzir, pois cremos bem que nesta altura nos não será já possível fazer toda a consulta que S. Ex.^a nos indica e pena seria não serem tornados publicos.

«*Genealogia da familia Bardis*: — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, códices:

21. E. 23, folio 92 verso.

F. 25, folio 1036.

Biblioteca Nacional de Lisboa — Secção dos Reservados — Colecção do Fundo Geral, Códice 1001, folio 83 «Nobiliário Genealógico das Famílias Ilustres de Portugal — Lisboa, 1702».

1 — Jacome de Bardi foi hum Florentim honrado, que veyo a este Reyno em tempo de El-Rei D. João 3.^o e cazou nelle com Antonia de Azevedo, filha de Nicolau Dinis de Araujo de quem teve

2 — Felipe de Bardi.

2 — Luis de Bardi Comendador da Ordem de Cristo, sem geração.

2 — Nicolau de Bardi Clerigo e Prior de Santa Maria de Obidos e depois Prior Mor de Aviz.

2 — Fr. Alexandre de Bardi Religioso Trino.

2 — D. Margarida de Azevedo.

2 — D. Catarina de Bardi, que viveram sem casar.

É provável que, quer no corpo da igreja, quer, mesmo, numa dependência que se encontra por detrás do altar-mor e cuja aplicação não é fácil de determinar agora, tivesse havido mais algumas sepulturas do próprio pessoal do mosteiro ou de estranhos a êle afeiçoados; mas, tantas foram pelos tempos fora as obras efectuadas, que, se algumas sepulturas houve, nenhuns vestígios delas se encontram já.

2 — Filipe de Bardi filho 1.º deste Jacome de Bardi morreo com El Rei D. Sebastião na Batalha de Alcazes sem filhos».

«Com respeito às armas dos Bardis, podem consultar-se as seguintes obras: *Armaria Portuguesa*, de Anselmo Braamcamp Freire, separata do *Arquivo Histórico Português*; *Armorial Português*, de G. L. dos Santos Ferreira; *Armoriais Manuscritos* da Biblioteca Nacional de Lisboa, das Colecções do Fundo Geral e Pombalino e, pretendendo-se estudo mais desenvolvido, será de aconselhar a Consulta dos Índices de *próprios* das Chancelarias Reais de D. João 3.º até Felipe 3.º de Portugal, bem como a chancelaria da Ordem de Cristo e índice das habilitações da mesma Ordem».

E' possível que consultados todos os elementos acima referidos se possa vir a apurar quais os motivos pelos quais Jacome de Bardi instituiu na igreja do Mosteiro da Penha Longa a sepultura para si e para sua mulher e filhos, bem como se todos lá teriam sido efectivamente enterrados. Mas fal não pudemos fazer, deixando-o para outros investigadores.

AS PADROEIRAS

PORQUE a existência, no local, de uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade fôra, como já dissemos, uma das determinantes para Fr. Vasco Martins se fixar em Penha Longa, fazendo dela, mesmo, a sua primeira moradia, não se esqueceram depois os monges de lhe consagrar uma capela especial, quando da sua edificação, na igreja do mosteiro, na qual foi mandada colocar mais tarde uma lápide com $1,^m35 \times 1,^m00$, datada de 1452, a mais antiga data em todo o conjunto das edificações e dependências existentes, já do reinado de D. Afonso V, embora a construção inicial viesse dos tempos de D. João I (1400): 1452 é, mesmo, a data em que Mestre Gil de Sousa, que dirigira as obras da Penha Longa, fôra dirigir a construção do Mosteiro de S. Marcos, perto de Coimbra. E' escrita em gótico minúsculo, tendo sido encontrada, há tempos, uma parte, cuja leitura é da forma que se segue: ⁽¹⁾

(1) Esta lápide, aparecida em Maio de 1945 numa loja de arrumação de cousas inúteis ou de pouco uso, está incompleta, com falta de dois grandes bocados, um dos quais, o mais importante, por corresponder ao princípio da inscrição indicando a data, está no chão da igreja, do lado esquerdo e ao canto de um vão, talvez de alguma antiga capela, assente em cal, a fazer pavimento! Mas tal não é de admirar, pois outras pedras com letras, de inscrições que não se podem identificar, se encontram por lá também, nas mesmas condições. Barbarismo e ignorância? Para se não perder aquela velha e única sobrevivência dos primeiros tempos do mosteiro, pensa o actual proprietário em a mandar incrustar numa das paredes da igreja, ligando-se-lhe a parte que está no chão, embora com falta da restante. Afigura-se-nos que a capela da Senhora da Piedade teria sido num vão que se encontra ao fim do corpo da Igreja, à esquerda, por os frades cuidarem sempre em a conservar no seu lugar primitivo.

Desta parte incompleta, são a cópia, interpretação e leitura que adiante se reproduzem e nos foram obsequiosamente feitas pelo ilustre epigrafista e arqueólogo amigo, Sr. José Maria Cordeiro de Sousa, cujo favor novamente agradecemos. As letras que estão entre parenteses encontram-se na pedra representadas por sinais impossíveis de reproduzir pela tipografia.

ERA: DO: NACIMĒTO: DE: NOSO: S^{tr}:
CCCC: E: L: E: DOJ^a: AN(O)S: DIA: DE: SĀ: JOHĀ
MEÇOU: CĀTAR: EM: ESTA: CAPEELA:
DA: Ē: ESTE: MOESTEIRO: DE SĀ: JERO
HŪA: MISA: Ē: P(ER) PETUU: E: P(ER)A: SĒP^r: P
ITO: ÚTUOSOS: SENHORES: E
J: E DA RAJNHA: DONA: FILI
DŠ:
DECĒDERĒ: P(ER)A SĒPRE: POR: Q̃: A: AÑS: C'ADO: DOS:
DJT(O)S: SENHORES: E CAPELĀ MOOR: Q̃:
FOE: DO: DJTO: REY: DŌ: J: E PŌL: DE: SĀ: M̃TINHO: DE LIX
BOA: FEZ: MUJTAS: ESMOLAS: A E
STE: DJTO: MOESTEIRO: PELAS: QUAES: O PŌL: FREY: ĆMĒ
TE: Q̃: AGORA: H(E): DO: DITO:
M: E O: UIGAIRO: F'Y: M̃TINHO: E O P(ER)CURADOR: F'Y
F'NĀDO: CŌTODO O (CGN)VĒTO: P(ER) CĀPAA: TĀ
JUDA: CABJDOO: FAZĒDO: SEGŪDO: SEU: COSTUME: SE:
OBRIGARŌ: P(ER)SY: E: P(ER) SE(U)S: SOCESORES
A TEER: E MĀTEER: O Q̃: DITO: H(E): S: A DIZER: CADA DIA:
HŪA: MJSA: REZADA: EM: A DITA: CAPEELA
POLAS: ALMAS: DOS: DIT(O)S: S^{ots}: E POLA: ALMA: DO: DI
TO: Ā: AÑS: E POLA: DE SEU: PADRE: E MADRE: E POR
TOD(O)S: A Q̃: OBRJGADO: E: ESTO: POR: RECONHECER: A NO
B': ĆACŌ: E M̃CEES: Q̃ DELES: RECEBEO: O Q̃L
E: MĀDA: SEPULTAR: Ē: ESTA: CAPEELA: ESĆTA': Ē PA:
LŌGA: PŌ MEMŌIAL: A: X: DE JULHO: Ē: SOB': DITA

A sua interpretação em leitura actualisada é a seguinte:

Era do nascimento de Nosso Senhor...| quatrocentos e cinquenta e dois anos. (1) Dia de São João... [se] co'meçou a cantar em esta capela...| da em êste mosteiro de São Jeró[nimo]... uma missa em perpetuum e para sempre p... [mu]ito virtuosos senhores e...| João e da Rainha Dona Felipa...| Deus...| descenderem para sempre por que Afonso Anes, criado dos ditos senhores e capelão-mor que| foi do dito Rei Dom João e prior de São Martinho de Lisboa, fez muitas esmolaz a êste dito mosteiro, pelas quais o prior frei Clemente, que agora é do dito|mosteiro. e o vigário frei Martinho, e o procurador frei Fernando, com todo o convento por campa tan'gida cabido fazendo segundo seu costume, se obrigaram por si e por seus sucessores| a ter e manter o que dito é. A saber: a dizer cada dia uma missa resada em a dita capela| pelas almas dos ditos senhores, e pela alma do dito Afonso Anes, e pela de seu pai e mãe, e por|todos a que obrigado é. Isto por reconhecer a nobre criação e mercês que dêles recebeu. O qual|se manda sepultar em esta capela. Escritura em Pera Longa por memorial a dez de Julho, era sobredita.

Esta é a leitura que corresponde exclusivamente à parte da lápide que ainda existe. Pode ela, porém, reconstituir-se integralmente pelo desenvolvimento que lhe deu o Visconde de Juromenha, aliás, com certas falhas, deficiências e êrros de leitura, que procuraremos corrigir, com as abreviaturas desdobradas e sem a partição das linhas, pela forma que se segue:

Era do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1452, dia de S. João Baptista, se começou a cantar nesta capela de Santa Maria edificada neste nosso mosteiro de Peralonga uma missa in perpetuum pelas almas dos mui virtuosos Senhores o sempre virtuoso Rei D. João I e da Rainha D. Filipa sua mulher, cujas almas Deus tem, e por todos os seus filhos, filhas, netos e netas que deles descenderem para sempre por que Afonso Anes (2) creado dos ditos Senhores, e capelão mór que foi do dito Rei D. João, e prior de S. Martinho de Lisboa, fez muitas esmolaz a este dito mosteiro, pelas quais o prior Fr. Clemente que agora

(1) O *Santuário Mariano*, que a esta lápide se refere, sem, todavia, a transcrever, diz 1441. É êrro manifesto. A *Cintra Pinturesca*, diz, e bem, 1452. O mesmo diz o Códice n.º 729, da Torre do Tombo.

(2) Na *Cintra Pinturesca* (1838) diz-se *António* em lugar de Afonso Anes, que é conforme vem no *Santuário Mariano* e conforme a leitura do Sr. Cordeiro de Sousa. — Na *Cintra Pinturesca*, nova edição, de 1905, diz-se, pior ainda, *António Asis*!!

é do dito mosteiro e o vigário frei Martinho e o procurador frei Fernando, com todo o convento por campã tangida cabido fazendo segundo seu costume, se obrigaram por si e por seus sucessores a ter e manter o que dito é, scilicet: a dizer cada dia uma missa resada em a dita capela pelas almas dos ditos Senhores, e pela alma do dito Afonso Anes e pela de seu pae e mãe, e por todos a que obrigado é. Isto por reconhecer a nobre criação e mercês que dêles recebeu. O qual se manda sepultar em esta Capela. Escritura em Pera Longa por memorial a 10 de Julho era sobredita. (1)

Parece, pois, ser legítimo o poder-se dizer que desde o principio e ainda por muito tempo, teria sido atribuída ao mosteiro da Penha Longa como sua padroeira a Virgem Nossa Senhora da Piedade, cuja imagem, desaparecida, era, no dizer do *Santuário Mariano* (1707). «da proporção natural e move muito à compaixão a todos os que a veem».

Só mais tarde o templo foi consagrado a Nossa Senhora da Vitória, dizendo a tal respeito Vilhena Barbosa num folheto, certamente mandado imprimir pelo proprietário da Penha Longa anterior ao actual, o Visconde dos Olivais, (2) o seguinte: «Eram passados tão poucos anos depois que o Mestre d'Avis firmara a independência de Portugal nos campos de Aljubarrota, tão vivos estavam ainda no seu ânimo os favores da Virgem a quem se socorreu na hora do perigo, que determinou que o templo da Penha Longa tivesse a mesma invocação que o que andava erigindo junto ao lugar da memorável batalha, consagrado a Nossa Senhora da Vitória».

O *Dicionário Portugal* diz o mesmo; no entanto, não foi esta a tradição que Fr. Agostinho de Santa Maria encontrou no mosteiro quando o visitou, anteriormente à publicação do seu *Santuário Mariano* e pode resumir se no seguinte:

Rui de Araújo, esforçado cavaleiro que nos tempos do rei D. Manuel se passara à Índia e obtivera ali grandes vitórias sobre os mouros e gentios, tinha particular devoção pela Virgem Nossa Senhora; e, como atribuía em muito à sua protecção o bom resultado

(1) *Cintra Pinturesca*, pág. 118. (1838).

(2) «*Noticia Histórica sôbre a celebrada Imagem de Nossa Senhora da Saúde da Penha Longa*». — «*O Vale da Penha Longa e o Mosteiro da Ordem de S. Jerónimo*». — Em nota na 1.^a página explica-se: «Inácio de Vilhena Barbosa, o autor da tão elegante como erudita notícia sobre o Vale da Penha Longa, a qual existia autógrafa nos arquivos da Casa Olivais, foi um grande investigador, uma das celebridades literárias da sua época ..». Neste folheto repete, mais desenvolvidamente, Vilhena Barbosa, o mesmo que diz num artigo, acompanhado de uma gravura do convento, publicado em «*O Panorama*», vol. X, página 161.

das acções que cometera e das batalhas que vencera, quer nos tempos da conquista quer como governador de Malaca, dedicou-lhe, conforme no mosteiro se dizia, uma capela especial, na qual mandara colocar, no ano de 1516, uma imagem da mesma Senhora, da estatura de seis palmos, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória.

Verdade seja, porém, que Fr. Agostinho, embora registando a tradição contada pelos monges, punha o caso um tanto de remissa, declarando ao mesmo tempo só constar do arquivo do mosteiro que Rui de Araújo deixara escrito em testamento «que se lhe fizesse uma capela de missas no Convento da Penha Longa», coisa evidentemente, só realizável depois da sua morte, ocorrida, segundo parece, em 1546.

Ainda a tal respeito, é de registar, transcrita do códice 729 já citado, mais uma das versões ligadas a Nossa Senhora da Saúde da Penha Longa: «Teve antigamente (a Senhora da Saúde) o nome de Vitória, porque esta capela foi edificada por Afonso de Albuquerque a Nossa Senhora pelas grandes vitórias que conseguiu na Índia e supõe-se que foi edificada pelo ano de 1505, que é quando veio da Índia a este reino, trazendo ao Senhor Rei D. Manuel 4 arrateis de pérolas e 400 de aljofar e 1 diamante de excessiva grandeza; 2 cavalos, um da Pérsia e outro da Arábia, conforme escreve Faria e Sousa na *A'sia Portuguesa*, Tomo I, pág. 59». (1)

Isto sem falar noutro parecer que dá a imagem da Senhora da Saúde como tendo acompanhado Vasco da Gama na viagem da descoberta do caminho da Índia e sido depois oferecida por Rui de Araújo aos monges da Penha Longa.

Grande foi sempre a devoção que à Senhora da Vitória tributaram os povos das redondezas, os quais a ela se acolhiam nos transe mais difíceis, implorando para todos os infortúnios os milagres da

(1) Nesta altura e à margem está, escrita posteriormente, mas em caligrafia ainda antiquada, a seguinte nota: «É falso, porque a imagem foi deixada em testamento no ano de 1546 pelo famoso capitão Rui de Araújo, sendo seu testamenteiro seu irmão Fr. Diogo de Araújo, professo de Penha Longa e prior então de Belém. E sendo isto certíssimo, como do testamento consta e se guarda em Penha Longa, tudo isto se deve riscar». — E' bem possível que entre tantas referências à imagem de Nossa Senhora da Saúde haja alguma pontinha de verdade. Mas, quantas fantasias! Uma cousa, porém, se apura como certa: é o elevado conceito e estima que os monges da Penha Longa mereciam. — Rui de Araújo apparece pela primeira vez na Índia na companhia de Afonso de Albuquerque, quando da sua primeira viagem ao Oriente. Ainda se encontrava na Índia em 1509. Foi encarregado de várias e importantes missões por Afonso de Albuquerque, que nele depositava inteira confiança. Morreu heróicamente em combate com os malaios. — Diz-se também que D. Manuel dera à Senhora uma corôa feita com o primeiro ouro que veio da Índia, ornada com uma grande esmeralda (*Guia de Portugal*, por Francisco José d'Almeida, vol. 5.º).

sua divina graça. E a Senhora, sempre pronta em atender os seus rogos, fez-lhes, no ano de 1569, o maior de todos os milagres até ali solicitados: o de livrá-los dos flagelos da grande peste então assolando todo o reino.

E porque só de milagre da Senhora da Vitória se tratava, os povos, reconhecidos, mudaram-lhe o título de Nossa Senhora da Vitória para Nossa Senhora da Saúde e colocaram a sua imagem num novo retábulo, de talha dourada, tendo no fecho do arco a indicativa legenda de *Mater Salutis*. Depois, o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, veio a determinar que dentro de um circuito de cinco léguas em volta do mosteiro não pudesse haver nenhuma outra imagem com a invocação de Senhora da Saúde.

Mas, mais do que isto fizeram ainda os fieis de todas as freguesias situadas dentro do perímetro das cinco léguas: instituíram uma confraria e vinham todos os anos no dia da Senhora dos Prazeres em romaria festiva a Penha Longa, à qual os condes de Linhares, juizes perpétuos das festas, se associavam e «corriam touros e faziam outras festas de Cavallo». (1)

Igual reconhecimento tiveram os frades para com a sua Santa, por também êles haverem escapado à pestilência, fazendo, por isso, voto, em comunidade, de cantarem todos os dias diante da Senhora a antifona *Sub tuum praesidium*, como depois cumpriram sempre. (2)

Mais tarde e porque o tempo pela Senhora dos Prazeres costuma ser pouco propício a romarias, foi a festa mudada para a primeira

(1) A festa da Senhora dos Prazeres é uma festa móvel e coincide sempre com a segunda-feira depois da Pascoela. — Também em Castelo de Vide, no Alentejo, se faz todos os anos, de 6 a 9 de Setembro, uma romaria em honra de Nossa Senhora dos Prazeres, que se venera numa velha ermida da herdade que tem o seu nome, no termo de Ponte de Sôr. Para as festas, já seculares e que andam tradicionalmente nas mãos dos lavradores da terra, seguíam, até há poucos anos, na madrugada de 6, carros de bois com ambulância e mantimentos, e, pela tarde, a bandeira, acompanhada pelo juiz e alferes da mesma, bem como vários lavradores e suas famílias e outros romeiros, todos a cavalo. Modernamente adoptou-se o costume, certamente mais cómodo mas menos significativo e pitoresco, de seguirem na manhã de 7, pelo combóio, o juiz, o capelão e alguns romeiros acompanhando a bandeira, regressando depois pela mesma forma. É de tradição que se os de Castelo de Vide deixarem em algum ano de fazer a romaria e a festa, perderão o direito de voltar a fazê-las novamente. — Em 1554 era prior do mosteiro da Penha Longa Fr. Manuel de Castelo-da-Vide.

(2) A antifona é: *Sub tuum praesidium confugimus, Sancta Dei Genitris; nostras deprecationes ne dispicias in necessitatibus nostris, sed a periculis cunctis libera nos semper, Virgo gloriosa et benedicta*, cuja tradução é a seguinte: «A vossa protecção recorremos, Santa Mãe de Deus; não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos ó Virgem gloriosa e bemdita».

oitava do Espírito Santo, vindo também, depois, a própria comunidade a fazer, por si, na segunda oitava, uma festa particular. (1)

Dada a devoção, cada vez mais acentuada, por esta Senhora e parecendo que a sua imagem não estava bem na capela onde se encontrava, debaixo do côro, do lado do evangelho, transferiram-na os monges em 1685, sendo prior do mosteiro Fr. Cristóvão Correia, para a terceira capela do mesmo lado, fazendo-lhe na ocasião o mosteiro e os irmãos da confraria, uma nova e vistosa tribuna, dourada.

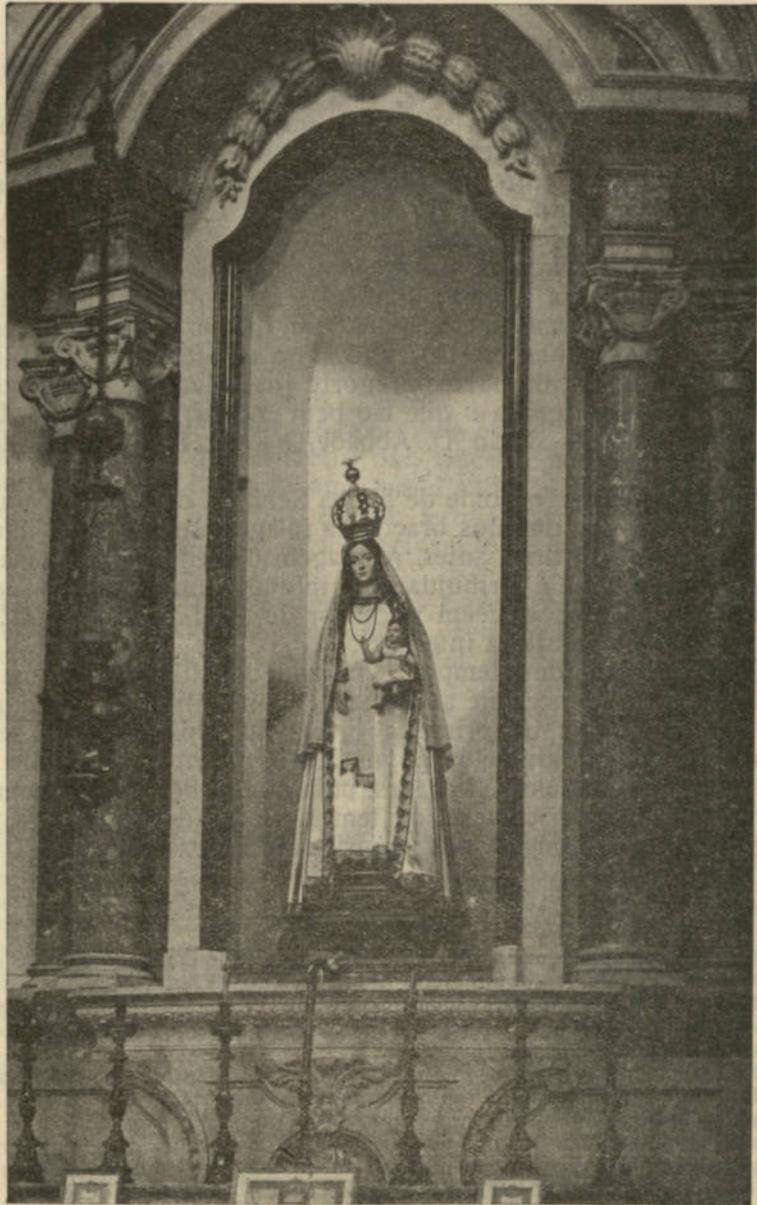
Não é já esta a capela: a actual será, provavelmente, aquela a que se refere uma placa de cobre de 220 m/m por 175 m/m fixada na cantaria com o seguinte letreiro: «No anno de 1812, sendo Juiz da Festividade de N. S.^{ra} da Saude/Gregorio Jose Marrocos ede/ficou-lhe este Altar e Retabo/lo para o que tão bem concor/rerão alguns Devotos, e este/Mosteiro, sendo D. Abbade/O P. M. Fr. Joaquim do Patrocinio».

Foi ao mudar-se o nome de Nossa Senhora da Vitória para Nossa Senhora da Saúde que nos braços da imagem se colocou o menino Jesus, o qual ela não tinha antes. A imagem da Senhora, porém, apesar da formosura que lhe é atribuída e de infundir um grande respeito e reverência a quantos a vêem no dizer do *Santuário Mariano*, é de vestidos e não de escultura inteira (2).

Com o andar dos tempos a irmandade extinguiu-se, mas não deixou nunca de se fazer até ao presente, como ainda se faz, a romaria da Penha Longa, na primeira oitava do Espírito Santo, sempre imensamente concorrida pelos povos dos arredores, aos quais serve de pretexto para passeios e folgares, pois nunca lhos impediu nenhum dos proprietários por cujas mãos tem passado, desde 1834, a posse da Igreja da Penha Longa e das propriedades anexas.

(1) A primeira e segunda oitavas do Espírito Santo correspondem às segunda e terça-feira a seguir ao domingo do Espírito Santo (Pentecostes), o qual corresponde ao 50.º dia depois da Páscoa e ao décimo dia depois do da Ascensão do Senhor. O dia da Ascensão é a primeira quinta-feira a seguir ao quinto domingo depois do domingo de Páscoa.

(2) Mesmo que uma imagem da Senhora da Saúde tivesse acompanhado Vasco da Gama na viagem do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, tal imagem não poderia nunca ser a actual, que é de roca e naquele tempo não se tinha ainda inventado esta pia maneira de prender os olhares devotos dos crentes: as imagens eram sempre de escultura talhada em pedra ou em madeira e não apenas constituídas por um busto ou simples cabeça colocada sobre uma armação coberta com vestes mais ou menos ricas. A imagem de seis palmos atrás referida já não existia no tempo de Fr. Agostinho de Santa Maria, mas sim aquela a que ele se referia no *Santuário Mariano* — a imagem de vestidos que ainda está na igreja, ou outra igual.



NOSSA SENHORA DA SAUDE

OS MONGES

NÃO pode, infelizmente, saber-se hoje quais tivessem sido os monges que constituíram, desde a sua origem, a comunidade monástica da Penha Longa porquanto, com as contingências e riscos sofridos por todos os conventos depois da extinção das ordens religiosas em 1834 e pelas voltas que levaram todos os seus arquivos e livrarias, muito de tudo isso se perdeu, desaparecendo notas de maior ou menor interesse, mas tôdas úteis como elementos de estudo.

Apenas, no caso especial da Penha Longa, e por não existir o livro das profissões, se pode saber o que consta de um livro manuscrito existente na Biblioteca Municipal de Sintra, que lhe pertenceu, do qual constam os nomes de todos os monges falecidos desde 24 de Janeiro de 1672 até 8 de Janeiro de 1802, data do último registo legível. (1) E não só por êste facto o códice tem merecimento, pois, não se limitando apenas a anotar datas e nomes, fornece também, para muitos dêles, informes de particular valia,

Pertenceu à iniciativa de Fr. Agostinho Correia, homem ilustrado «de profissão architecto», o qual, conforme explica num curto termo de abertura ou prefácio, «Obrigado do grande descuido que nos Religiosos antepassados tem havido neste Real e Religioso Mosteiro de Penhalonga em fazerem memória dos seus Irmãos defuntos com quem viverão, avendo em muitos deles muito que os presentes podem emitir, e os vindouros poderão seguir: me rezolvi a fazer este livro, escrevendo nelle só as virtudes morais que alcancei em meus dias aver em cada um desde a era de 1672 athe ao presente de 1702 em que lhe dou princípio; e dando-me Deus vida continuarei a ordem

(1) O códice tem o seguinte título: «Livro em q vão lançados os /Religiosos defú/tos dêste Most.º de Pêhalôga, dias de seus falecimê/tos, Pátrias, Virtudes morais de cada hum e n.º/ das sepulturas/ em q forão sepul/tados — 1702». Os enterramentos eram feitos no claustro, sendo as sepulturas numeradas de 1 a 10, número mais alto que se encontra nos registos respectivos.



que siguo, e depois de minha morte rogo aos vindouros se não esqueçam de fazerem o mesmo; porque alem deste trabalho ser concerto, pode servir de exemplo e edificação. E portesto que nesta narração me conformo em tudo com o decreto do Papa Urbano. — Fr. Agostinho Correa». (1).

Vamos, por isso, dar notícia, ainda que breve, dos frades cujas notas de falecimento constam do livro referido.

P.º FR. FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO: Natural da vila de Basto, freguesia de Santa Senhorinha, no arcebispado de Braga, morreu em 24 de Janeiro de 1672 (domingo), sendo prior do mosteiro o Padre Fr. Manuel Soares, professo do convento de Belem, com 94 anos de idade e 71 de hábito. Ordenado sacerdote, reluziu no confessionário com grande fervor e affecto e foi rigoroso pregador e mestre de noviços. Gastou muito do seu em levantar os muros que estavam ainda por acabar e interessava-se muito pela quinta, onde passava dias seguidos. Pelas suas virtudes e capacidade foi eleito prior para o mosteiro da Pena e depois para o da Penha Longa. Cheio de achaques durante muito tempo, veio por fim a morrer entrevado.

P.º FR. JOÃO BAPTISTA SISNEL: Natural de Lisboa, faleceu em 19 de Setembro de 1672, com 72 anos de idade e 58 de hábito, sendo prior o mesmo Fr. Manuel Soares. Era filho de pais nobres e ricos «de nação alamoá». Muito recolhido na sua cela, occupava-se, além da oração, «em coser muitas roupas de seu uso, de que lhe procedia ser mui aseado assim na pureza da sua alma, como na limpeza do seu corpo». Foi procurador do temporal, vigário e mestre dos novos e occupou o lugar de celeireiro, pelo qual obrigava os novos nas horas vagas a escolher trigo e em outras ocasiões os fazia concertar os alegretes «das obras que chamam do Cardeal e do claustro do tanque».

FR. ZACARIAS LEITÃO: Morreu em 6 de Maio de 1674 com 60 anos de hábito, sendo prior o padre Fr. António de Santa Maria, filho da Penha Longa. Era natural de Colares e filho de pais nobres e ricos.

P.º FR. BRÁS DE S. JERÓNIMO: Natural de Lisboa, morreu em 25 de Agosto de 1676 com 28 anos de hábito, sendo prior o Padre Fr. Pedro do Rosário, professo de Belém. Foi mestre dos novos mui-

(1) O último registo feito por Fr. Agostinho Correia foi o do Padre Fr. Manuel de Assunção, falecido em 5 de Agosto de 1718. Depois, começaram a ser feitos por Fr. Vicente de Lima, tendo sido o primeiro o do próprio Fr. Agostinho, falecido em 2 de Julho de 1720, como adeante se verá.

tos anos, vigário e insigne tangedor de órgão. Morreu com todos os sacramentos, excepto o da eucaristia «por causa de um fluxo de sangue que lançou pela bôca, que apressadamente lhe tirou a vida».

P.^o FR. PEDRO GALVÃO: Natural de Lisboa, morreu em 27 de Maio de 1678, sendo prior Fr. Francisco de S. Jerónimo, professo da Penha Longa. Era filho de Simão Galvão, familiar de Santo Ofício, o qual, depois de ver quatro filhos sacerdotes, se recolheu como donato na Penha Longa. Foi três vezes vigário e exercitou sempre com notável préstimo o canto de órgão e o cantochão.

Antes de morrer dispôs tudo para o amortalharem, indicou a cova onde havia de ser sepultado e escolheu as lições que se haviam de cantar no seu officio de corpo presente.

P.^o FR. AMADOR DE S. JOSÉ: Morreu em 10 de Dezembro de 1680, em casa de seus pais, em Lisboa, donde era natural, tendo 26 anos de idade e 10 de hábito e sendo prior o mesmo antecedente. Sepultado em Penha Longa.

FR. VALENTIM DO SACRAMENTO: Morreu em Lisboa, donde era natural, com 34 anos de idade e 16 de hábito, sendo prior Fr. Manuel do Calvário, professo de Belém, no dia 4 de Outubro de 1682. «Antes de professar frequentou a escola do Padre Bartolomeu do Quental, fundador da Congregação de S. Filipe de Nery nestes reinos». Teve grande talento para o púlpito e para as ciências em que foi insigne, assim nas humanidades e filosofias, como também nas teologias, «que leu no nosso colégio de Coimbra, com aplauso geral». E, conhecendo a Ordem das suas prendas, o mandou formar doutor na Universidade de Coimbra, cujo grau tomou um ano antes de morrer. (1)

P.^o FR. FRANCISCO DE PAVIA: Morreu a 9 de Outubro de

(1) Afigura-se, por aqui, que os frades cultivariam pelos tempos adiante as ciências e as letras. Por outro lado e conquanto isso pouco signifique, não deixaremos de referir o título de um pequeno livro, embora de data muito posterior, que encontramos num desvão da igreja, juntamente com algumas folhas desconjuntadas e meio apodrecidas de um velho missal. E' o seguinte: «Prosodie Latine, ou Méthode pour apprendre les principes de la quantité, et de la poésie latine, à l'usage de la jeunesse. Par M. l'Abbé de Chevalier, ci-devant Censeur dans la Partie litteraire, et Associé de l'Académie des Sciences, Inscriptions et Belles-Lettres de Châlons — sur — Marne — Nouvelle Edition — Paris — Auguste Delalain, Successeur des M. M. Barbou et Lallemand, Rue des Mathurins, n.º 5—1810». Também, num gavetão da sacristia, encontramos um *Missale Romanum — Olisipone — Typographia Regia, et Privilegio — Ano M.DCC.LXXXII — Cum facultate Regiæ Curia Censorix* e um *Breviarium Romanum — Antuerpiæ — Ex Architypographia Plantiniana — M.DCC.LII*.

1682 com 80 anos de idade e mais de 60 de hábito, sendo prior o mesmo antecedente. Foi quatro triénios prior: a primeira vez em Nossa Senhora da Pena, onde achou a casa tão pobre que até a corôa preciosa de Nossa Senhora estava empenhada e a desempenhou. Fez na casa obras de lusimento, azulejou a igreja e o côro e fez as grades e estantes. A segunda e terceira vez em Penha Longa, onde fez as obras de azulejo do tanque grande e azulejou o dormitório e a igreja, a qual também levantou da altura do côro à que «por ora» tem; desempenhou a sacristia; fez as grades do cruzeiro; a sacra do altar mor e os quatro pivitários de prata e outras muitas obras; e a quarta vez no Mato, onde fez as obras de azulejo e obras na igreja. Foi muitas vezes confirmador e definidor geral do capítulo privado e uma vez visitador geral.

P.º FR. MANUEL DE S. MARTINHO: Sendo prior Fr. Manuel do Calvário, morreu em 2 de Julho de 1684, com 35 anos de idade e 17 de hábito. Natural de Lisboa.

P.º FR. JOÃO ABARCAS: Natural de Lisboa, morreu em Colares a 14 de Janeiro de 1685, sendo prior Fr. Cristóvão Correia, professo da Penha Longa. Prior durante sete meses, renunciou depois. Por êle herdou o mosteiro 4.000 cruzeiros que lhe pertenceram de legítima por morte de sua mãe D. Maria de Alcalã.

P.º FR. ANTÓNIO DE SANTA MARIA: Morreu em Lisboa, donde era natural, em 5 de Outubro de 1688, com 61 anos de idade e 41 de hábito, sendo prior Fr. Duarte da Encarnação, professo da Penha Longa. Recusou os lugares de prior no Mato e em Penha Longa. Foi visitador geral e insigne prégador e, sendo eleito Reitor do Colégio, não aceitou.

P.º FR. JORGE REBELO: Natural de Lisboa, morreu em 3 de Fevereiro de 1691, sendo prior Fr. António Matoso, professo de Belém. Serviu durante muitos anos no confessionário e era muito compadecido da pobreza.

P.º FR. CRISTOVÃO CORREIA: Faleceu e foi sepultado no Espinheiro, onde estava como prior, sendo prior em Penha Longa o mesmo antecedente. Natural de Lisboa, serviu muitos anos os officios económicos do mosteiro e, tendo sido eleito prior, fez, no seu triénio, grandes obras, como a tribuna de Nossa Senhora da Saúde, que também dourou, e as grades da sua capela, para a qual a trasladou da capela debaixo do côro para a capela do meio «em que hoje se vê», cuja trasladação foi feita no ano de 1685, na véspera do Espírito Santo. Fez também na igreja a tribuna de Nossa Senhora das Necessidades,

que fica debaixo do côro, donde tirou a imagem da Senhora da Saúde, e a tribuna da capela da Piedade e na capela-mor pôs as imagens de S. Jerónimo e Santa Paula e os seis castiçais grandes de prata que trocou por outros velhos e as tocheiras de estanho dourado para os ciriais e o círio pascal e as estantes grandes de pau santo. Para a sacristia fez os frontais de damasco rôxo e o pano do púlpito do mesmo. Lageou o claustro interior dos defuntos e azulejou de azulejos de montarias e outras mais obras em que gastou muito dinheiro. Tinha 51 anos de idade e 34 de hábito, tendo Penha Longa herdado pela sua legítima e de seu irmão Fr. Agostinho Correia perto de 4.000 cruzados.

P.º FR. FERNANDO DE S. JOSÉ: Morreu a 28 de Janeiro de 1694, sendo prior Fr. Agostinho Correia, professo da Penha Longa, com 70 anos de idade e 49 de hábito. Natural de Lisboa, era dotado de grande engenho, subido entendimento e viva memória, tendo sido bom rubricante, grave humanista, nas histórias latinas como nas de Espanha. Foi vigário, serviu officios económicos e foi 10 anos sacristão-mor.

P.º FR. TOMÁS CORREIA: Sendo prior o mesmo antecedente, morreu a 12 de Janeiro de 1695, com 63 anos de idade e 42 de hábito. Natural de Lisboa, foi vigário, mestre dos novos 11 anos e 18 mestre da música de canto de órgão e possuía boa voz de contralto. (1)

P.º FR. MATIAS DO ROSÁRIO: Morreu em 12 de Junho de 1697, sendo prior Fr. António do Rosário, professo do Espinheiro, com 51 anos de idade e 31 de hábito. «Até à morte conservou a jóia da pureza, pois se entende morrera virgem; teve esta excelência para que adequadamente se verificasse nêlo o nome de Anjo, que lhe davam pela sua boa índole e natural». Serviu todo o tempo com a sua excelente voz de tenor e foi mestre dos novos e mestre do canto de órgão.

P.º FR. ANDRÉ DE S. JERÓNIMO: Com o mesmo prior, morreu em 28 de Agosto de 1697, com 75 anos de idade e 55 de hábito. Natural de Lisboa, serviu a comunidade com o seu instrumento de arpa.

P.º FR. VALENTIM DE SANTO ANTÓNIO: Governando o mesmo prior, morreu em Évora, onde fôra tomar ordens sacras, contando

(1) No Museu do Conservatório Nacional de Música, encontra-se guardada num caixilho com moldura e vidro parte de uma página de música sacra, já muito danificada, tendo ao lado, a lápis, a anotação: «Do Convento da Penha Longa». E' considerada uma preciosidade. Como se vê pelo decorrer d'este Capítulo, os frades da Penha Longa cultivavam com cuidado a boa música e o bom canto.

23 anos de idade e 6 de hábito. Era de Lisboa, foi irmão corista e foi sepultado no Espinheiro.

P.º FR. FRANCISCO DE S. JERÓNIMO: Com o mesmo prior, morreu em Lisboa, donde era natural, em 21 de Janeiro de 1698, contando 62 anos de idade e 44 de hábito. Bom prégador, foi prior do convento e nele acabou os caixões da sacristia, fez o órgão e fez, da sua esmola, o retábulo da capelinha do Cristo do claustro e o dourou; ladrilhou e azulejou a dita capelinha e encarnou a imagem do Cristo, bem como o armarinho fechado junto à fonte da Porca. Foi visitador geral e da sua legítima herdou a comunidade 3.500 cruzados e uma capela pelas almas de seus pais, que se reparte pelos religiosos e rende 40.000 reis.

P.º FR. SIMEÃO DAS CHAGAS: Ainda sob o govêrno do mesmo prior, morreu repentinamente num acidente em Odivelas, em 16 de Junho de 1699, com 54 anos de idade e 30 de hábito. Era de Lisboa e serviu «com o seu instrumento de corneta, parte por que foi aceite».

P.º FR. JOÃO DOS ANJOS: Morreu, sendo prior Fr. José de S. Tomaz, do convento da Costa, em 5 de Dezembro de 1700, com 63 anos de idade e 47 de hábito. Era de Lisboa.

P.º FR. ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO: Morreu em 2 de Março de 1701, sendo prior Fr. António da Assunção, da Penha Longa, em Roma, onde foi sepultado num hospital de Santo António, quasi tísico e ao desamparo, por falta de cabedais, com 54 anos de idade e 35 de hábito. Fôra a Roma «com intento de pôr em melhor forma as eleições de Geral que se fazem em Belém...

«Incitado, não só das sem razões dos Religiosos de Belém, que eram muitas, mas obrigado sim do seu grande zêlo, desejava ver a Religião em melhor forma; e assim costumava dizer havia de ir a Roma, mas que fôsse com um pau na mão. Pôs por obra este seu intento para o que levou procurações de quasi todas as casas, as quais, se lhe deram pés para o caminho, lhe faltaram asas para o efeito, sem o qual acabou a vida, havendo estado em Roma quatro anos». Serviu no côro com a sua voz de contralto.

P.º FR. LEONARDO DE JESUS: Morreu em 28 de Dezembro de 1701, sendo prior o mesmo antecedente. Tinha 53 anos de idade e 34 de hábito, tendo servido «com o seu instrumento de harpa».

P.^o FR. JOÃO DE LIMA: Morreu em Lisboa, donde era natural com 36 anos de idade e 19 de hábito, sendo prior Fr. Duarte da Encarnação, a 2 de Dezembro de 1704. Era de agudo entendimento e tinha boa voz para o côro.

P.^o FR. PEDRO DA SILVA: Governando o mesmo prior, faleceu em 26 de Janeiro de 1706, em Lisboa, donde era natural, com 44 anos de idade e 29 de hábito. Foi prégador, vigário e sacristão.

P.^o FR. MATIAS DE S. JERÓNIMO: Sendo prior Fr. João Baptista, professo de Belém, morreu em 4 de Junho de 1712, com 30 anos de idade e 14 de hábito. Era natural de Lisboa e «faleceu só com o sacramento da penitência, por lhe não dar lugar a mais um acidente sincopal que repentinamente lhe tirou a vida, havendo estado na cama só 3 dias».

P.^o FR. DIONISIO DE S. JERÓNIMO: Morreu em 14 de Julho de 1713, sendo o mesmo o prior do convento, com 65 anos de idade e 42 de hábito. Natural do lugar da Parede, termo da vila de Cascais, «veio para esta casa com 12 anos; assistiu na sacristia; aprendeu a lêr, escrever e contar; passados alguns anos lhe deram a murça de donato e depois conseguiu o hábito de leigo sem corôa, e, correndo os tempos, veio a ser sacerdote. Exerceu o officio de procurador do temporal quasi 40 anos e de celeireiro 7 anos. Este religioso se chamou António, nome que se lhe pôs na pia e conservou até que tomou o hábito de religioso, onde o mudou de António em Dionísio».

IRMÃO FR. DINIZ DE MELO: Governando o mesmo prior, faleceu em 10 de Outubro de 1713. Era natural de Borba e filho natural do Conde das Galveias.⁽¹⁾ Tomou o hábito no mosteiro do Espinheiro, onde, sendo corista, se armou casualmente de razões com outro irmão corista a pontos tais que lhe tirou a vida com uma faca. Metido em cárcere, onde esteve um ano, resolveram os Padres Definidores, em Capitulo celebrado no convento de Belém no ano de 1712, que lhe fôsse tirado o hábito. Acudiram, porém, os parentes a pedir que lhe fizesse a Religião o que entendesse, mas não lhe retirassem o hábito, no que foram atendidos, sendo então sentenciado que fôsse degredado por tôda a vida para o mosteiro da Ordem, de

(1) D. Diniz de Melo e Castro, 1.^o conde das Galveias por mercê de D. Pedro II, combateu nas batalhas das linhas de Elvas, do Ameixial e de Montes Claros e outras. Pelejou III vezes contra os castelhanos e foi ferido 22 vezes em combates.

Vale Bemfeito, ⁽¹⁾ com clausura perpétua; três anos de penitência de culpa mais grave; que lhe não dessem ordens algumas enquanto vivesse e que ficasse sempre em obediência ao Padre-Mestre dos Novos, executando os serviços mais humildes da casa. No Vale Bemfeito esteve um ano, dentro do qual se lhe pegou um achaque de tísica tão veemente que, atendendo os Prelados ao perigo da vida, o mandaram continuar o degrêdo em Penha Longa, por imaginarem que isso seria conveniente para a sua saúde. Porém, sucedeu o contrário, porque dentro de três meses chegou a tal estado sendo vivo, que verdadeiramente era espectáculo de morte e assim acabou a vida com grandes arrependimentos e sinais de predestinado, com todos os sacramentos, que pediu com devoção.

P.º FR. JERÓNIMO DA MÃE DE DEUS: Natural de Vila Franca de Xira, morreu em 17 de Janeiro de 1715, sendo prior Fr. Salvador do Nascimento, professo de Belém, com 77 anos de idade e 56 de hábito. Serviu o mosteiro perto de 50 anos com o seu instrumento de baixão, apesar de ser aleijado da mão direita, por causa de uma desgraça que lhe aconteceu. Tinha o seu instrumento com umas certas presilhas em que metia os dedos para alcançar os buracos e desta sorte tangia, satisfazendo zelosamente as suas obrigações.

P.º FR. JERÓNIMO CORREIA: Morreu em 7 de Fevereiro de 1716, sendo prior o P. M. Fr. José do Nascimento, lente jubilado, «Visitador actual da nossa Santa Religião e filho desta Casa». Natural de Lisboa, tinha 63 anos de idade e 44 de hábito. Prégou por tôdas as vilas e lugares vizinhos e às vezes na Côrte. Duma das vezes, caindo ao atravessar um ribeiro, ensopou-se em água, mas não deixou de ir, mesmo assim, prégar. Daqui lhe procedeu um acidente de estupor de que ficou lesado de um braço e de uma perna, o qual, repentinamente segunda e terceira vez foi Deus Nosso Senhor servido levá-lo para si, estando um ano antes da sua morte, como uma criança e quasi como no estado de inocência.

P.º FR. MANUEL DA ASSUNÇÃO: Natural de Lisboa, morreu ali, em casa de seus pais, em 5 de Agosto de 1718, com 35 anos de idade e 21 de hábito, governando o mesmo prior. ⁽²⁾

(1) O Vale Bemfeito, situado no sopé da Serra del Rei, a oriente e a cerca de légua e meia da freguesia dita da Serra del Rei ou de S. Sebastião, pertence ao concelho de Peniche. No Vale Bemfeito há ainda restos de paredes e outros vestígios do antigo mosteiro.

(2) Este registo foi o último feito pelo Padre Fr. Agostinho Correia. A seguir a elle está a declaração de Fr. Vicente de Lima de que continuará, no livro respectivo, com o mesmo cuidado e com os mesmos escrupulos os registos dos monges que forem falecendo.

P.^o FR. AGOSTINHO CORREIA, que foi o iniciador do livro dos registos donde vimos extraíndo estas notas, faleceu a 2 de Junho de 1720, sendo prior Fr. Euzébio da Natividade, professo da Penha Longa. Era natural de Lisboa e filho de pais abastados, por morte dos quais teve o mosteiro 5.000 cruzados da legítima que lhe pertenceu, bem como a seu irmão Fr. Cristóvão Correia. Contava 65 anos de idade e 49 de hábito. Era homem de notável engenho para tudo e, como «arquitecto de profissão», que era, riscava e dava traços e novos inventos para qualquer obra, como se viu em muitas que mandou fazer pelo seu arbítrio e se não referem por se acharem já mencionadas no livro das obras dos Prioros dêste Mosteiro. (1) Era tal o seu zêlo que, apesar de estar já de propecta idade e com um achaque que os médicos capitulam por affecto asmático e de que lhe seguiu a morte, tresladou o tombo das terras, azenhas e casais *verbum ad verbum* do antigo, que era de letra gótica e fez as medições dos matos, coutos e casal da casa que se achavam num caderno antiquíssimo. Sendo cerqueiro e estando nos seus últimos tempos ainda fez em menos de quatro meses várias obras e plantou muitas árvores de espinho e de rendimento. Reparou o mosteiro de algumas cousas que necessitava, concertando os telhados dos dormitórios e fez melhor via e caminho para a entrada da portaria, bem como desempenhou 500\$000 reis de que se pagava juro ao padre Manuel Dias. Na noite antecedente à do seu falecimento estando o Prelado a visitá-lo, agradeceu-lhe muito a «nimia e grandiosa assistência assim de médico, cirurgião, botica, como de frangos e galinhas». Tinha excelente voz de tenor e era excelente prégador. (2)

P.^o FR. JOSÉ DE S. TOMAZ: Morreu em 17 de Fevereiro de 1724, sendo prior Fr. João da Conceição, da Penha Longa, de um «estupor», com 76 anos de idade e 45 de hábito. Era de Lisboa e servia a comunidade com a sua bela voz de contralto.

P.^o FR. DOMINGOS DE SANTO AGOSTINHO: Morreu em 17 de Março de 1726, governando o mesmo prior. Tinha 73 anos de idade sendo 40 de hábito. Serviu tôda a vida no côro como organista e sabia também tocar baixão. Mesmo se alguma vez recolhesse tarde de

(1) Servimo-nos das mesmas palavras de Fr. Vicente de Lima. E' pena que tivesse desaparecido o livro dos registos das obras feitas em Penha Longa, pelo qual, certamente muito haveria que apurar e esclarecer. Informa-nos um velho serventuário das propriedades da Penha Longa, onde está há mais de quarenta anos, passando de uns proprietários para outros, lembrar-se de nos seus primeiros tempos ter visto queimar *muita papelada* que por lá havia ainda!

(2) A seguir a êste registo há declaração do Dr. Fr. Manuel de S. Jerónimo de que passaria dali por diante a ser êle o encarregado do livro.

jornada e cansado, não deixava de ir ao côro ainda que fôsse à meia noite, a hora de matinas. Suportou com muita paciência por mais de vinte anos «um cancro que lhe corrompeu todo o rosto». Foi vigário 9 anos e exerceu ainda vários outros cargos.

P.º FR. CÂETANO MANUEL DE SANTA CATARINA: Morreu em Lisboa, em Novembro de 1725, em casa de seu irmão Jacinto de Almeida, onde estava a tratar-se, tendo sido sepultado em Belém.

P.º FR. PAULO DE SANTA TEREZA: Governando o prior Fr. José da Conceição, professo de Belém, morreu a 2 de Fevereiro de 1727, com 70 anos de idade e 2 de hábito. Era natural de Lisboa e pontual em tudo, apesar da idade e das moléstias, uma das quais era a de quebrado. «Guardou absoluta clausura sem sair dela, mesmo nos dias em que a Religião o permitia, usando habitualmente tronquete de estamemha. Dava da sua tença ao prelado, ao qual só pedia alguma quarta de tabaco que com tanta economia gastava que até nas vezes que o tomava punha tacha, de sorte que sabia quantas vezes lhe havia de durar. A sua cela era a mais pequenina do dormitório; nela tinha com estremado aceio uma só banca de pau e uma candeia de gravato que raras vezes a acendia, e a sua pobre cama. A ela veio vê-lo El Rei D. João V, que Deus guarde, que o achou de joelhos, abrindo-lhe os padres a porta e, como estava falando com o Rei dos céus, não o faria ao da terra se os padres lho não advertissem. Agradeceu a El-rei a honra e êste Sr. lhe pediu muito que o encomendasse a Deus, ao que êste Servo de Deus repugnava, opondo a sua indignidade às repetidas instâncias do piedoso e católico Rei. Depois de resada no côro a Prima, foi dizer missa e como era dia de rasoira, esperou o barbeiro, que depois de missa fôsse, como costumava, fazer a barba, mas foi direito para a cela, onde o foi procurar João Antunes, que era o barbeiro, ao qual disse que não podia fazer a barba e sentado na cama expirou» Foi sepultado na campa n.º 4, da qual os padres tiraram todos os ossos ali achados, a fim de ter também esta separação e singularidade na morte o que fôra tão singular na vida.

P.º FR. DUARTE DA ENCARNAÇÃO: Sendo o mesmo o prior, faleceu a 26 de Julho de 1728, dia de Santa Ana, com 86 anos de idade e 67 de hábito, em Lisboa, donde era natural, e onde passou, devido aos achaques, os últimos anos da sua vida. Foi prior na Pena e duas vezes em Penha Longa onde fez diversas obras, entre as quais a de azulejar o claustro do lago «que com esta obra ficou muito vistoso». Foi visitador geral e especial de alguns mosteiros e muitas vezes confirmador. E, «sendo Prior da Pena o feriu um raio que lhe não

fez mais prejuízo que deixar-lhe no ombro esquerdo uma perfeita cruz, de que sempre conservou vivo sinal. Todos os anos, no dia em que lhe aconteceu êste prodígio, ia agradecer à Senhora da Pena a mercê de o preservar de tão grande perigo, dizendo missa no seu altar, o que observou emquanto assistiu neste mosteiro». A seu respeito diz o respectivo registo de óbito: «Eu, o Dr. Fr. Manuel de S. Jerónimo, o confessei para morrer; e se naquela hora se fala verdade, confesso que quizera a sua vida, para ter a consequência de uma feliz morte». Foi sepultado no mosteiro de Belem.

P.º FR. BERNARDINO DE JESUS, que usou o sobrenome de Santo António, morreu em 28 de Abril de 1729, sendo prior Fr. Eugénio de Santa Tereza, professo da Penha Longa. Tendo ido à Charneca vêr o avô, que tinha morrido, e a família e indo já doente, ali morreu «de um tuberculo». Foi celeireiro e cuidava do jardim. Enterrado no mosteiro no dia seguinte. (1)

P.º FR. MANUEL EVANGELISTA: Morreu na sua quinta de Telheiras, termo de Lisboa, em 8 de Janeiro de 1731, tendo sido cônego da insigne colegiada da Capela Real, antes desta ser elevada ao título de Sacrosanta Basílica Patriarcal. Era prior Fr. Vicente de Lima e foi sepultado em Penha Longa.

P.º FR. MANUEL DE SANTA MARIA: Morreu em Lisboa em 12 de Fevereiro de 1732, sendo o mesmo o prior, com 46 anos de hábito. Manso e pacífico, não foi nunca importuno para ninguém.

P.º FR. ANTÓNIO DE SANTA MARIA: Morreu em 9 de Maio de 1732, em Lisboa, onde fora tratar-se, tendo 8 anos de hábito. Foi procurador do temporal e celeireiro e foi enterrado em Penha Longa.

P.º FR. DOMINGOS DE S. TOMAZ: Falecido em 10 de Julho de 1732. Tinha 39 anos de hábito, foi vigário e bom prégador. Prior, o mesmo.

P.º FR. LOURENÇO DE S. VICENTE: Sendo prior Fr. Lourenço de Santa Doroteia, professo de Belém, morreu em 11 de Abril de 1734, perseguido de um grande affecto «epicondriaco», com 38 anos de hábito. Tinha bela voz para o canto de órgão.

(1) Depois dêste registo voltou novamente o livro aos cuidados de Fr. Vicente de Lima, conforme declaração sua, de 25 de Abril de 1735.

P.º FR. JOSÉ DA MÃE DE DEUS: Natural de Lisboa, foi estudante em Coimbra, onde aprendeu teologia, continuando os estudos em Belém. Morreu em 20 de Agosto de 1734, sendo o mesmo o prior, com 42 anos de idade e 21 de hábito.

P.º FR. FRANCISCO DAS CHAGAS: Morreu em 31 de Maio de 1735, governando o mesmo prior, contando 31 anos de hábito. Foi prégador de nomeada e muito procurado.

P.º FR. EUSÉBIO DA NATIVIDADE: Falecido em 20 de Setembro de 1735 com 33 anos de hábito. Natural de Lisboa, era sobrinho do prior Fr. João de Santa Doroteia e foi aceite para a comunidade para cantar no ministério de contralto.

P.º FR. MIGUEL DE S. FRANCISCO: Bom filósofo e grande moralista, foi visitador geral. Sendo prior Fr. Domingos do Espírito Santo, professo da Pena, morreu em 26 de Novembro de 1735, com 62 anos de hábito.

P.º FR. ANTÓNIO DA ASSUNÇÃO: Natural de Lisboa, morreu, governando o mesmo prior, no dia 13 de Dezembro de 1735, com 62 anos de hábito. Sabia muito bem gramática e era bom moralista. Foi prior da Penha Longa e visitador de Belém. (1)

P.º FR. SIMÃO DA PURIFICAÇÃO: Morreu no tempo do mesmo prior, a 20 de Janeiro de 1736, tendo professado a 2 de Fevereiro de 1687. Sendo cerqueiro, adquiriu nos serviços respectivos um irremediável achaque de frialdade que padecia no estômago e sofreu durante muitos anos as mortais dôres de uma quebraçura. «Era de cabeça comua, alvo, cabeça xata, cabelo negro e áspero, o rosto medianamente alegre e de disposição tal qual era a sua aspereza de vida».

(1) A seguir a este registo, há a seguinte declaração: «Aos 5 dias do mez de Fevereiro de 1746, sendo Prior deste Mosteiro o Padre Fr. Caetano Xavier, professo do nosso mosteiro de Belém, por morte do Padre Fr. Vicente de Lima, pedi este livro para nele escrever os falecimentos dos monges filhos deste mosteiro, e as virtudes que neles resplandeceram, o que prometo executar enquanto fôr vivo e faço a mesma portestação que fez neste livro a fls. 18 o Padre Fr. Vicente de Lima. Penhalonga 24 de Junho de 1746 — Fr. André da Conceição». — Fr. André morreu em Outubro de 1770 no mosteiro da Costa, em Guimarães. Desde uns tempos antes da sua morte, provavelmente correspondendo à sua ida para o mosteiro da Costa, e dahi até final do livro, os registos são irregulares e de diferentes letras.

P.º FR. ANTÓNIO DA PURIFICAÇÃO: Sendo ao tempo prior e com 46 anos de hábito, morreu a 7 de Julho de 1740. Já fôra prior no Espinheiro. Sabia gramática com fundamento nas outras ciências e era mais difuso na teologia moral. «Era de mediana estatura, alvo, feições proporcionadas ao corpo, de gentil presença, o que conservou com o cabelo negro até à morte, que foi de predestinado».

P.º FR. JOSÉ DA CONCEIÇÃO: Morreu em 4 de Abril de 1741, com 44 anos de hábito, sendo prior Fr. Eugénio de Santa Tereza, professo de Penha Longa. A sua cela estava sempre cheia de «papeis de solfa», por ser músico e bom contralto. Foi mestre de capela toda a vida.

P.º FR. JOSÉ DA ENCARNAÇÃO: Sendo o mesmo o prior, morreu a 30 de Junho de 1741, com 47 anos de hábito. Foi prégador muito aceite dos auditórios «pela boa doutrina, agigantado da pessoa, naturais acções, voz inteligível e agradável presença».

P.º FR. BAPTISTA DE S. BERNARDO PORTUGAL: No tempo do mesmo prior, morreu em 23 de Dezembro de 1741, com 38 anos de idade e perto de 18 de hábito. Não houve sineiro mais vigilante, nem refeitoreiro mais asseado. «Não tinha ciência de letras, mas em artes liberais era curiosíssimo, principalmente em consertar relógios, fazendo de novo para êles algumas peças, emendando a outros alguns defeitos para melhor regularidade das horas e tudo obrado com qualquer ferro». Morreu em Lisboa, mas antes entregou a seus irmãos o govêrno da casa de seus pais, que administrava. Sepultado em Penha Longa.

P.º FR. LOURENÇO DE JESUS: Sendo o mesmo prior, morreu em 15 de Novembro de 1743, com 25 anos de hábito. Foi uma vez vigário e outra celeireiro.

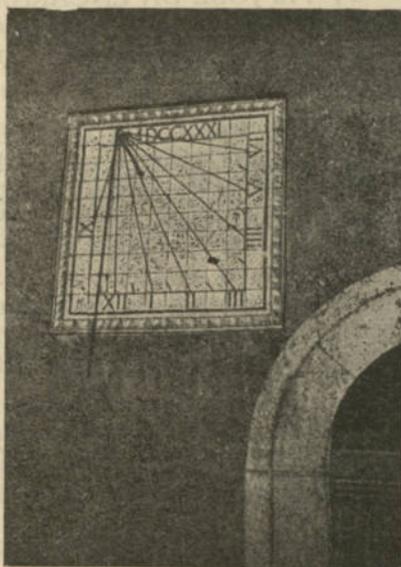
P.º FR. VICENTE DE S. JERÓNIMO E LIMA, ou simplesmente FR. VICENTE DE LIMA: Governando o prior Fr. Caetano Xavier, de Belém, morreu em 29 de Janeiro de 1746, com 72 anos de idade e 44 de hábito. Foi repetidas vezes definidor do capítulo privado e geral e visitador especial do mosteiro de Belém. Foi prior, vigário e procurador da sua comunidade. «Tinha estupendíssima ideia para pintar e não menos de arquitectura. Ao seu desembaraço e vivesa se deve a obra da tribuna excelente da nossa capela-mor, feita tôda de esmolas que êle adquiriu pelos religiosos da casa e seus parentes e amigos seculares. Morreu de um ataque de pexplexia que lhe tomou logo a fala, durando três dias com vida».

P.º FR. JOSÉ CIPRIANO: Morreu em Lisboa, de onde era natural, no dia 22 de Janeiro de 1749, com 32 anos de idade e 15 de hábito. Enterrado em Penha Longa. Prior, Fr. Luiz da Gama.

P.º FR. LUIZ DE S. JOSÉ: Sendo o mesmo o prior, morreu em 22 de Janeiro de 1749, com 68 anos, sendo 51 de hábito.

P.º FR. ALEXANDRE DE SANT'ANA: Morreu em 27 de Janeiro de 1753, sendo prior Fr. Joaquim Barbosa, de Belém, com 53 anos, sendo 33 de hábito.

P.º FR. MIGUEL DE S. JERÓNIMO: Sendo D. Abade do Mosteiro⁽¹⁾ o P.º Fr. Bernardo de Santa Tereza, da Penha Longa, faleceu com 85 anos, 2 meses e 10 dias, sendo 64 e 2 meses e 10 dias de hábito, no dia 9 de Fevereiro de 1757. «Desempenhou com as obras os três votos que fez na sua profissão; e pelo que respeita ao da castidade tem-se por sem dúvida foi casto desde a sua infância até à morte. Foi sábio em gramática, filosofia, teologia e muito da história. Nunca saía da cela para passeio. Todo o tempo era pouco para os seus estudos. Era continuo na oração e consequentemente na vigilia. Muitos anos antes da sua morte não se deitou em cama e o seu reclinatório era no mesmo lugar em que lia, fazendo cabeceira dos livros de que estava sempre cercado. Era tão solícito que foi pedido pelo Rev.º P.º Geral, Fr. Pedro de Noronha, para mestre de novos e o foi em Belém os três anos do generalato do dito Rev.º. Foi celeireiro uma vez, quarenta anos compôs a folhinha do reso e foi o primeiro que a pôz na boa ordem que agora tem para por ela resarem todos os mosteiros que



RELÓGIO DE SOL

(1) E' a primeira vez que neste livro aparece a designação de D. Abade atribuída à dignidade superior do mosteiro. Noutros mosteiros e provavelmente pelas mesmas razões no da Penha Longa, era dado o título de Abade aos prelados dos mosteiros mais opulentos.

temos pelos arcebispos e bispados dêste reino sem a menor confusão. Pela sua curiosidade compôs os dois relógios de sol que estão nas paredes que olham para o claustro do lago, o de manhã na parede do dormitório e o da tarde na parede do refeitório, (1) fazendo primeiro moldes de papelão e repartindo nêles as horas com fita de nastro da largura da sombra que faziam os ponteiros o que tudo mandou executar de azulejos e fazer fixos na parede, à sua custa. Para o consêrto da livraria do côro deu dez moedas em dinheiro, fora outras despesas; deu mais para o côro dois breviários grandes; para a igreja os cadernos da missa de *requiem* como também algumas roupas de linho para a sacristia, e para o refeitório colheres, garfos e facas e jarros de vidro e copos, tudo de cristal».

Era de grande piedade e oração e martirisava-se com cilícios.

P.º FR. FRANCISCO DA PURIFICAÇÃO VILAR: Morreu «de uma febre tífica» em 12 de Fevereiro de 1756, governando o mesmo D. Abade, com 69 anos de idade e 47 de hábito.

P.º FR. ANTÓNIO DA RESSURREIÇÃO E MELO: Morreu a 18 de Maio de 1756, sendo o mesmo o D. Abade, depois de alguns dias de moléstia, com 70 anos de idade e 51 de hábito.

P.º FR. EUGÉNIO DE SANTA TEREZA: Sendo o mesmo o D. Abade, morreu em 6 de Janeiro de 1757, com 74 anos e 58 de hábito. Foi duas vezes prior em Penha Longa.

P.º FR. FÉLIX DOS SANTOS: Sendo D. Abade Fr. André da Conceição, morreu de repente em 17 de Janeiro de 1758, com 87 anos e 57 de hábito. «Foi aceite para o canto de órgão e na música tocava baixo».

P.º FR. FRANCISCO DO SACRAMENTO: Morreu em 31 de Janeiro de 1758, sendo o mesmo o D. Abade. Foi insigne latino, ótimo moralista e muito abundante nas histórias sagradas e humanas. Prégava de repente e bem. Guardou sempre castidade. Foi vigário e mestre de novos. Foi celeireiro e procurador geral do mosteiro. Tinha 71 anos de idade e 56 de hábito. Foi sepultado em Belém.

O CÓNEGO GASPAR LEITÃO DE FIGUEIREDO: Morreu em 20 de Maio de 1758 e foi enterrado no claustro, na campa n.º 3. Não

(1) Ainda existe e desempenha bem o seu papel o relógio de sol colocado sobre a parede do refeitório. E' formado por 10 fiadas de azulejos azuis, de 10 azulejos cada uma, tendo a primeira fiada ao alto a data MDCCXXXI.

partencia ao mosteiro, vivendo no vizinho lugar do Linhó. Era presbitero do hábito de S. Pedro e cônego da Sé de Leiria. «O motivo de lhe darmos sepultura nas nossas campas, não só foi por êle pedir sepultura neste mosteiro e não haver outra parte onde lha dessemos, por estar a igreja entulhada por causa do terramoto do 1.º de Novembro de 1755, mas também por ser irmão da ordem, com as circunstâncias de vir sempre a êste mosteiro assistir aos officios dos monges dêle quando faleciam e dizer-lhes missas pelas suas almas, efeitos da boa amisade que desde menino teve em comum e em particular com todos os monges dêste mosteiro, a quem reconhecia por irmãos, porque também intitulara por seu pai ao nosso Patriarca S. Jerónimo e como a seu filho lhe fizemos os officios costumados da sepultura e os sufrágios de corpo presente por todos os monges dêste mosteiro, seu nocturno e missa cantada». D. Abade, o mesmo.

P.º FR. JOSÉ DE JESUS MARIA: Morreu de umas sesões, em 20 de Julho de 1758 no mosteiro de monjas de S. Bernardo de Almoester, em cuja igreja foi sepultado, contando 38 anos de idade e 27 de hábito. O mesmo Abade.

P.º FR. ANTÓNIO DE JESUS MARIA: Sendo D. Abade Fr. Manuel da Expectação, da Penha Longa, morreu em 12 de Maio de 1760 no mosteiro de Santa Marinha da Costa, com 40 anos e 19 de hábito.

P.º FR. PEDRO DE S. JACINTO E PINA: Morreu de uma «febre inflamatória» em 20 de Agôsto de 1760, com 47 anos de idade e 22 de hábito, sendo o mesmo o D. Abade.

P.º FR. ANTÓNIO DE S. JOSÉ: Sendo o mesmo o D. Abade, morreu em 28 de Novembro de 1760, no lugar de Fonte Grata, no termo de Tôrres Vedras, de uma maligna epidemia que havia três meses havia naquele sítio. Foi assistido por dois religiosos do Varatojo e, vendo a dificuldade de o seu cadáver poder ser transportado para a Penha Longa, pediu para ser sepultado numa ermida de Nossa Senhora que havia no referido lugar, o que foi feito. Foi celeireiro e procurador do temporal e tinha 62 anos de idade e 47 de hábito. A notícia do seu falecimento chegou a Penha Longa a 19 de Dezembro seguinte.

P.º FR. SIMÃO DA CONCEIÇÃO: D. Abade, o mesmo, Morreu em 26 de Agôsto de 1761, com 76 anos e 57 de hábito. Foi organista muitos anos e vigário. Sofreu de hidropesia durante 13 meses.

P.º FR. PEDRO DA ASSUNÇÃO: D. Abade, Fr. Sebastião de

Santa Maria, de Belém. Morreu a 26 de Janeiro de 1765, com 72 anos e 57 de hábito.

P.º FR. JOSÉ JOAQUIM DE SANT'ANA: Morreu de «perlasia», que dois anos antes lhe tinha dado, em 24 de Abril de 1769, com 46 anos de idade.

P.º FR. ANDRÉ DA CONCEIÇÃO: Natural de Lisboa, professou em 18 de Fevereiro de 1725 e morreu no mosteiro da Costa em Outubro de 1770. Foi prelado.

P.º FR. FRANCISCO DA MADRE-DE-DEUS: Natural de Lisboa, morreu em 28 de Fevereiro de 1785, com 86 anos, sendo D. Abade Fr. Manuel de Santa Catarina, da Penha Longa.

P.º FR. DOMINGOS DO ESPIRITO SANTO: D. Abade dêste Real Mosteiro, faleceu em 23 de Junho de 1789, com 71 anos de idade e ano e meio de govêrno. Natural de Lisboa e monge da Penha Longa, faleceu no trecénio do P.º Mestre Dr. Fr. Bernardo Salvador, filho do mosteiro de S. Marcos.

P.º FR. FRANCISCO DE PAULA SOUTO: Batisado na freguesia de S. Paulo, de Lisboa, morreu a 5 de Outubro de 1791, com 56 anos de idade e 9 de hábito de Penha Longa e 28 de religioso de S. Francisco da Província dos Algarves. Bom prégador e muito amante do confessionário. D. Abade, Fr. José de Santa Doroteia, da Penha Longa.

P.º FR. JOAQUIM DE S. BERNARDO: Natural de S. João da Foz, do bispado da cidade do Porto, morreu a 30 de Março de 1793, com 25 anos e 1 de hábito, na mesma freguesia, onde foi enterrado. Era D. Abade Fr. José da Purificação Froes, filho do Real Mosteiro de Vale Bemfeito.

P.º FR. MANUEL DE S. JOSÉ: Natural de Lisboa, morreu, sendo o mesmo o D. Abade, em 7 de Março de 1795, com 85 anos e 53 de hábito. Foi procurador e prior.

P.º FR. ANTÓNIO DE S. JOSÉ PORTUGAL: Morreu em 20 de Fevereiro de 1796, sendo D. Abade Fr. José de S. Jerónimo, do Espinheiro, com 70 anos de idade e 15 de hábito. Era natural de Borba, tendo estado, antes de vir para Penha Longa, no mosteiro de Santo Isidro del Campo, de Sevilha, em Castela. Foi prior em Penha Longa.

P.º FR. BENTO DE SANT'ANA: Filho do mosteiro do Espinheiro, morreu em 30 de Julho de 1800, sendo D. Abade Fr. José da Encarnação e Silva, do mosteiro de S. Marcos. Viera ao capítulo privado, sendo dêle definidor. Ignora-se a idade e o tempo do hábito, por não pertencer a Penha Longa. (1)

P.º FR. JOAQUIM DE SANTA TEREZA SOARES: Sendo D. Abade o mesmo, morreu em 18 de Agôsto de 1800. Era natural do Pôrto e tinha 23 anos de idade e 6 de hábito.

P.º FR. JOSÉ DE S. BERNARDINO: Natural de Vizeu e governando o mesmo D. Abade, faleceu em 8 de Janeiro de 1802, ficando na sepultura n.º 8.

P.º FR. JOSÉ... ..

Este é o último registo do livro mas está já ilegível por efeito da humidade e do tempo. É provável, porém, que o livro tivesse ido até à data do encerramento do mosteiro, embora não contenha mais nenhuma fôlha.

(1) Dir-se-há aqui que o primeiro prior do convento do Espinheiro, que dele tomou posse em 2 de Setembro de 1458, foi Fr Fernando de E'vora, monge da Penha Longa: «o prjmeyro prjor desta casa se chamaua fernando deuora professo de pena longa». (*Breve Memória Histórica do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro*, por António Francisco Barata — E'vora, 1900).

GUERREIRO - HERÓI DA RESTAURAÇÃO

E

MONGE DA PENHA LONGA

POR nos parecerem merecedoras de relêvo particular, destacámos para este capítulo especial, do livro dos falecimentos dos monges, as notas que se seguem, referentes a Fr. Francisco de Matos Machado, o qual, depois de uma vida acidentada de guerreiro em vários continentes e de compartilhante nos actos heróicos da Restauração de Portugal contra a opressão castelhana, veio acolher-se à paz do mosteiro da Penha Longa quando já contava sessenta e oito anos de idade.

São assim, essas notas, na ortografia actual:

***FR. FRANCISCO DE MATOS MACHADO:** Em 5 de Agosto de 1692, sendo Prior o P.* Fr. António Matoso, professo de Belém, faleceu Fr. Francisco de Matos Machado, irmão leigo de corôa, natural da vila de Almeirim, filho de pais nobres, com todos os sacramentos e sinais de predestinado. Antes que viesse à Religião estudou as humanidades e solfas e tocava muito bem alguns instrumentos, os quais acompanhava com bela voz. De 15 anos se alistou por soldado e serviu este Reino nas Indias Ocidentais, nas guerras de Flandes e nas da Cataluña passando muitas vezes à América e se achou na Restauração das Praças da Baía e Pernambuco com o posto de capitão e Vedor Geral. Em A'frica serviu três anos na praça de Tanger com o conde da Torre D. Fernando Mascarenhas e com êle em a batalha naval com os holandezes, como também em outras muitas. Serviu também em o Alentejo e se achou em as batalhas campais e navais pelo tempo de 53 anos e em todas se mostrou valentíssimo soldado e singular capitão, por cuja causa foi estimado de todos os príncipes do seu tempo e se lhe encarregou na ocasião da armada do Parlamento a praça de Sesimbra, onde serviu de Governador e Capitão-mor e em outros mais honrados postos que alcançou na guerra. E teve tão grande su-

posição de seu valor a nobreza dêste reino, que no dia em que aclamaram por Rei em a cidade de Lisboa o Sr. Rei D. João o 4.º, para defender a porta mais perigosa do palácio o elegeram, enquanto os fidalgos foram despejar a gente de guarda que nêle havia e tirar a vida a Miguel de Vasconcelos, o que se conseguiu, felizmente. (1)

Sendo de idade de sessenta e oito anos, trocou a milícia da terra pela do céu e se recolheu a este convento e nele viveu vinte e cinco anos como bom e exemplar Religioso.

Tinha o dom de lágrimas, muito compadecido, grande esmoler e com a pobreza gastava a maior parte da sua tença que comia pelo hábito de Cristo, de que era Cavaleiro professo. Era muito amigo do clero, assistindo a todas as horas dele, ajudando continuamente às missas e nas maiores fazendo o officio de acólito com tal vontade que muitas vezes, atendendo os Prelados à sua idade, lhe mandavam que não viesse ao côro da meia noite e que não exercitasse o officio de acólito, o que êle sentia e assim com o acólito que mandavam em seu lugar tinha tantas competências sôbre o mesmo fim, querendo sempre servir nestes ministérios. Foi devotíssimo de Nossa Senhora e lhe jejuava todos os sábados e na sua cela ordinariamente acendia duas velas diante de uma imagem da mesma Senhora, e depois de se lhe encomendar e pedir fôsse sua intercessora com entranhavel fervor de affecto, bailava diante da imagem, cantando em vozes altas «Vós Mãe me haveis de salvar» e assim na doença de que faleceu, que foi a primeira e última que teve em sua vida, devia e havia de morrer em dia de Nossa Senhora das Neves, sendo actualmente mordomo da festa que lhe fazem os Religiosos na ermida de Nossa Senhora do Monte, (2) o que se lhe originou de uma queda, e foi sem nunca ser sangrado, à sepultura, sendo de idade noventa e três anos e vinte e cinco de hábito. Está sepultado em a campa n.º 2. e se lhe fizeram por sua alma os sufrágios costumados».

(1) O códice n.º 729 da Torre do Tombo, referindo-se a este passo da vida de Fr. Francisco Machado, diz: «Fez tanta confiança dele a nobreza de Portugal no tempo da aclamação do Sor Rei D. João 4.º, que lhe entregaram uma porta do Palácio para a defender, emquanto D. António Telo; D. João de Sá de Menezes, camareiro-mor delRei; António Teles; o conde de Atouguia e outros muitos fidalgos foram dar a morte a Miguel de Vasconcelos, e a defendeu com o valor que costumam os portuguezes leais e amantes da sua Pátria».

(2) No local ainda agora conhecido por «Senhora do Monte», onde foi a ermida que lhe era consagrada, existe apenas, debaixo de um alpendre, para o qual se sobe por dois lanços de escadas com um patamar intermédio, um pequeno nicho, noutros tempos occupado, certamente, pela imagem da Senhora.

Sobre o alpendre há um, terraço com acesso por escadas de um lado e outro, tudo de arranjo moderno.

AVENTUREIRO (1)

A D. João de Castro, filho bastardo de D. Alvaro de Castro e neto do famoso D. João de Castro, 14.º governador e capitão-general e 4.º vice-rei da Índia, (2) que aos oito anos, fôra internado no mosteiro da Penha Longa, fervia-lhe nas veias o sangue e as energias do avô e do pai, não lhe agradando nada, por isso, apesar da pouca idade, a vida de isolamento monástico para onde fôra mandado: por tal motivo, resolveu, um belo dia, fugir, lançando-se à aventura em busca do caminho que o levasse a Salamanca, onde pretendia seguir estudos.

Isto foi o começo de uma vida cheia de incidentes, cuja narra

(1) E', talvez, demasiado extenso este capítulo, mas não resistimos à tentação de lhe darmos o desenvolvimento que tem, em virtude, não só da vida aventureira que ele representa, como também pelas interessantes indicações que fornece a respeito da época em que decorreram os factos a que ele se refere.

(2) D. João de Castro, que nasceu em Lisboa a 27 de Fevereiro de 1500, casou com sua prima D. Leonor Coutinho, filha de Leonel Coutinho e D. Mécia de Azevedo, da qual teve dois filhos, D. Alvaro e D. Fernando. A D. João de Castro pertenceu, por doação do rei D. Manuel, a celebrada quinta da Penha Verde, de Sintra. Foi D. João de Castro que, quando governador da Índia e precisando de dinheiro para reedificar a fortaleza de Diu «derribada até o cimento, sem se poder aproveitar um só palmo de parede», dirigiu aos vereadores, juizes e povo da muito nobre e sempre leal cidade de Gôa a conhecida e nobilíssima carta de 23 de Novembro de 1546 em que lhes pedia «me queirais emprestar vinte mil pardaos, os quais vos prometo como cavaleiro e vos faço juramento dos santos evangelhos de vo-los mandar pagar antes de um ano». Para garantir este empréstimo dizia que «não ficou outro penhor salvo as minhas próprias barbas, que vos aqui mando por Diogo Rodrigues de Azevedo; porque, como já deveis ter sabido, eu não possuo ouro, nem prata, nem móveis, nem cousa alguma de raiz por onde vos possa segurar vossas fazendas, sómente uma verdade sêca e breve que me nosso Senhor deus».

Como resposta, foi enviado o dinheiro do empréstimo, acompanhado de outra não menos nobilíssima carta e das barbas do governador mandadas como penhor.

tiva, escrita por êle mesmo, é, em parte, como se segue, tendo apenas a ortografia actualisada e uma ou outra ligeira correcção. (1)

«...Saibam, portanto os que isto lerem que a mim me chamam D. João de Castro: sou filho bastardo de D. Alvaro de Castro, que foi do Conselho de Estado de El-Rei D. Sebastião e Veador da sua fazenda, assás conhecido no reino. (2)

«De minha mãe não faço menção porque nunca soube nem quiz saber quem foi, não por me desprezar dela, contra a ordenação de Deus, mas por entender que me não convinha dar-me por achado dessa parte, senão da de meu pai, para fazer o que devia. E assim, até ao dia de hoje, não sei nenhum parente dela.

«Sendo de 8 anos, pouco mais ou menos, por não saber ao certo o ano em que nasci, ainda que me pareça que foi no ano de 50, ou ao redor dêle, fui tirado do poder de minha ama e levado para casa da Sr.^a D. Leonor Coutinho, minha avó, mulher que foi do Sr. D. João de Castro, governador e vice-rei da Índia, o primeiro do nome. Nela me criei até aos 13 ou 14 anos, na cidade de Lisboa. Daí me puzeram no mosteiro de Nossa Senhora de Pera-Longa, da Ordem de S. Jerónimo, que está ao pé da serra de Sintra, cinco léguas de Lisboa, onde estaria uns quatro aprendendo e ajudando às missas, vestido numa roupeta comprida, da côr dos mantos dos religiosos, mas sem capelo, em lugar do qual trazia uma gualteira de pano. Indo-me eu ali fazendo homem, desejava muito que me puzessem nalguma universidade, para o que, não achando eu nenhum meio, aconselhei-me

(1) Graude parte desta narrativa, que faz parte de um estudo de J. Lúcio de Azevedo sobre «A Evolução do Sebastianismo», é copiada do Vol. X do *Arquivo Histórico Português*, de Anselmo Braamcamp, a pág. 453 e seguintes, onde vem com o título que tem no original: «*Dos nove portugueses que procuraram em Veneza polla liberdade d'El Rei D. Sebastião, nosso Senhor*», e a seguinte nota explicativa: «*Obras de D. João de Castro*, tomo 18. — M.^s da Biblioteca Pública de Lisboa, Códice 4388 do fundo geral. A esta obra original antepuzeram posteriormente em folha de rosto este título: *Tratado dos Portuguezes de Veneza, ou Ternário, Senário e Noventaário dos Portuguezes que em Veneza solicitarão a liberdade del'Rey D. Sebastião*».

(2) A respeito deste D. João de Castro diz o Dicionário «Portugal» que ele nasceu, segundo se julga, em 1551, parecendo ter falecido em França em 1623. Efectivamente, ele mesmo diz parecer-lhe ter nascido no ano de 50 ou ao redor dele, datando de Maio de 1623 as suas obras, depois das quais não há mais notícias a seu respeito. No que, porém, existe inexactidão certa, é na passagem em que o «Dicionário» diz ter D. João de Castro acompanhado D. Sebastião à A'frica, ficando cativo em Alcacer-Kibir, porquanto, como adeante se verá, nessa altura se encontrava êle em Lisboa. — A este respeito, diz Lúcio de Azevedo que D. João de Castro «estudou em E'vora, saindo da Universidade quando D. Sebastião partiu para a jornada de A'frica, mas não acompanhava a expedição nem esteve prisioneiro dos mouros, como, mal informado, diz Barbosa, na *Biblioteca Lusitana*».

com um moço honrado de Sintra, quasi da minha idade, que continuava no mosteiro, por ser filho do mestre das obras do Infante Cardeal D. Henrique, chamado Manuel Carreira, pelo muito que desejava ser Capucho, ainda que aprendia o officio de ourives. Tam virtuoso e devoto que o não sei encarecer. Como o qual prouvera Deus que fôra eu então, depois e agora e bastava-me. Concertados ambos, fiz eu, por via das minhas roupetas, um pelote e calções, e feitas duas trouxinhas de duas cobertas brancas em que eu dormia, com algumas coisas de linho e nossos livrinhos, fugimos uma noite do dito mosteiro em o princípio do verão do ano de 67, se bem me lembro, com determinação de irmos a Salamanca. No dia seguinte, não podendo nós com as trouxas, deixamos uma no caminho e torcemos muito do nosso, por não sermos achados se nos buscassem, indo nos embarcar a Sacavém por Aldeia Galega. (1) Não se espantem quão mal guiados fomos quanto a nós, que havendo de ir para Salamanca, tomámos para Além-Tejo. Porque como não fiamos nosso segrêdo de ninguém, e eramos dois moços sem sabermos nada do mundo, fomos como dois passarinhos, safdos das gaiolas, voando por aí. Mas o Espírito Santo que nos guiava para a sua universidade, da sua invocação, fez-nos tomar direito para ella, desviando-nos da outra para onde cuidavamos que fomos.

«De Aldeia Galega fomos a Montemor-o-Novo e dele partimos para Évora em o qual dia houve um sol criz, (2) se me não engano. Indo já muito cansados, por irmos a pé, achámos um arreeiro castelhano que se tornava com a sua recova de vasio por ter já vendido o seu trigo; o qual nos deu dois burrinhos baratos, em que nos puzemos. Mas êles, segundo o seu costume, iam-se meter pelo meio dos outros, com não pequena vergonha minha, inda que ninguém me conhecia, nem ía em feição para alguém mo estranhar.

Passando nós por E'vora, bem Norte Sul do nosso intento, pou-sámos em casa de um estudante conhecido do meu companheiro, chamado João Pinto, homem preto, natural do Congo, ou de Angola, mas bem branco nas partes por sua virtude e prudência, o qual, depois de ordenado sacerdote, se foi para os seus naturais. Ele nos

(1) Gabriel Pereira refere-se também, no fascículo dos seus *Estudos Ebo-renses* (E'vora, 1893), consagrado a *Os Estudantes* na Universidade de E'vora, à vida aventureira de D. João de Castro, que frequentou aquella Universidade. Gabriel Pereira, que consultou, provavelmente, o próprio original das *Obras de D. João de Castro*, da Biblioteca Nacional de Lisboa, diz que, quando os dois fugitivos chegaram a Sacavém «ouviram um bateleiro a bradar: Vai largar! Vai largar! Meteram-se no batel, com outros passageiros e desembarcaram quasi noite em Aldeia Galega».

(2) Eclipse do sol?

aconselhou que não passassemos avante, porque naquelas escolas aprendiamos. Parecendo-nos bem o conselho, começámos ambos a ir ao estudo, pousando por alguns dias de graça na casa do dito estudante, onde dormiamos numa esteira cobrindo nos com a nossa coberta e sustentando-nos com o dinheiro que o meu companheiro levava, depois dêle usar connosco, enquanto hospedes, da cortezia com que podia.

«Passados alguns dias, foi alugar-nos uma câmara onde não havia mais que duas arcas mui grandes, vasia, sôbre que dormiamos com a nossa coberta. Achámos no meio da casa uma cruz em pé, muito grande, tão alta como ela e tão atochada por baixo e por cima nos sobrados, que não a podíamos mover. Disseram-nos que um disciplinante, ou penitente, a levou na procissão de quinta-feira de Endoenças e que a deixara ali. Por certo que me quiz Nosso Senhor mostrar a que eu havia de ter e passar e como a sua me havia de valer. Passados alguns meses depois de estarmos em E'vora estando nós ainda na dita câmara da cruz, determinou o meu companheiro de se tornar para casa de seu pai, como fez, metendo se ao diante Capucho, ou Descalço, como desejava, de que não sei mais. Deixou-me o dinheiro que tinha (que não era muito), tirando o que lhe era necessário para o caminho e um pelote de sarja preta, forrado de boxim. Parece que se serviu Deus dele como de boi de jugo para me levar ali. E se eu quizesse contar todas as minhas particularidades, não houvera quem mo não acordara. Cá os juizos de Deus foram mui grandes em mim, desde a minha meninice até esta hora presente.

«Fiquei eu só e sem nenhum amparo nem remédio de vida, sustentando-me com o que me deixou o companheiro até se me ir acabando. Vendo-me naquele estado que ou havia de servir a algum estudante ou pedir pelo amor de Deus, não podendo acabar comigo que fôsse criado de alguém, resolvi-me de ser estudante pobre, dos que pediam pelas portas. Todavia, repugnando-me também muito isto a natureza, fui-me sustentando (por não poder acabar comigo chegar a isso) com um pão de rala de 5 reis uma semana, que eram os derradeiros que tinha. No fim da qual, não tendo já com que viver, fui constrangido a começar a pedir, sem me poder ainda dobrar de todo, porque não pedia senão pelas portas dos mosteiros e não pelas outras, nem de noite, como faziam outros estudantes pobres. Fazendo esta vida alguns meses, e tão pobre como o diz o nome, ia me à praça de Évora, no tempo das férias, lançar de noite ou muito de madrugada, entre os ratinhos e trabalhadores com meu cesto e faca nele, para me alugar para as vindimas, donde fui levado a primeira vez para vindimar com os Reverendos Padres da Companhia. Ora, eu, por se me não gastar e romper de todo o pelote que me deixou meu companheiro

e também porque vendo-me vestido de preto me deixassem de alugar, virava-o com o bocaxim para fora por ser já muito esbranquiçado. E ainda com tudo isto depois de me levarem e esclarecer de todo o dia, em que me notavam o rosto, feições e vestido, entendia em alguns que se arrepiavam de me haverem tomado. Andei nisto enquanto duraram as vindimas, até que se abriram os estudos no princípio do ano seguinte das Escolas, onde, esfarrapado e remendado por mim, continuava como dantes, andando pelos monturos buscando pedaços de solas velhas com que remediava as das botas, com alguns pontos que lhes dava ao meu modo. Porque, como não pedia a ninguém, nem havia quem me desse dinheiro, e nos mosteiros se não desse senão pão e caldo com alguns sobejos de carne e de peixe, não tinha com que comprar cousas novas. Todavia, os padres da Companhia repartiam às vezes por nós, os estudantes pobres, algum dinheiro das multas dos de partido. O que me ajudou muito a sustentar com pão e conduto, cousa boa e limpa, 'oi um estudante, criado do Inquisidor Fr. Manuel da Veiga, cujo nome me não lembra.

«Andando eu nesta vida e sendo cada vez mais pobre, de maneira que não podia já por mim alugar onde pousasse, me tornou a agasalhar em sua casa o dito João Pinto, a quem eu fazia alguns mandados. Um dia, dentro da Universidade, deu comigo um Religioso de Pera Longa, chamado Fr. Luiz de Lisboa, que me conheceu e foi logo avisar do que se passava a Joanne Mendez de Mendonça, morgado da Oliveira, que morreu na batalha de África, e a sua mulher D. Brites de Vilhena, se a memória me não mente nos apelidos. (1) Os quais deram logo ordem para que um estudante seu criado me levasse enganadamente a sua casa como fez. Era êle condiscípulo de João Pinto, em cuja casa eu então morava por amor de Deus, o qual estava doente. Da qual ocasião aproveitando-se o condiscípulo, disse-me que fôsse com êle, porque queria mandar por mim alguns mimos ao doente. Fi-lo eu assim, indo com êle sem saber onde ía. Como estive na sala, saíram os ditos fidalgos da sua câmara e perguntaram me quem era e com que me chamava, dos quais encobrindo-me eu, e não lhes dizendo mais que o meu nome da Pia, com o sobrenome com que então me nomeava, lançaram mão de mim, não consentindo que saísse mais de sua casa, tratando-me conforme a sua fidalguia e virtudes. E logo após isso me meteram no Colégio dos Colegiaes, à sua conta, tão bem aviado e provido de vestido de estudante, cama e roupa de linho, como o melhor do colégio, pôsto na primeira mesa, que era de 15.000 reis por ano, de que se pagava logo no princípio a metade.

(1) O morgado de Oliveira chamava-se Joane Mendes de Oliveira (nota de Lúcio de Azevedo).

Enfim, que por êste fidalgo e fidalga me tirara Deus da vida mísera e pedint'. Êle lho pague e a todas as suas cousas.

«Sendo o Infante Cardeal D. Henrique, que depois foi rei, advertido pelos Reverendos Padres da Companhia de Jesus do que se passava acêrca de mim, tomou me, por contemplação deles, por seu colegial, no número dos que êle sustentava com opas em o dito colégio. Daí por diante fiquei colegial do Cardeal da primeira mesa, sustentado como cada um do comum dos seus, cujo ordenado era mui jizado e dependia de outras achegas e extraordinários, para se poder de alguma maneira passar a vida de estudante sem se estar uma pessoa revolvendo sempre com comichões de necessidades. Porque o Cardeal não dava mais cada ano, que uma opa de niorte e uns calções e jaqueta do mesmo pano sem nenhum feitio, como eu trouxe muito tempo. Alguns afeiçoavam isto conforme podiam. Dava mais, de 6 em 6 meses, um barrete ou um tanto para êle, que me agora não lembra, e umas meias de estamenha, ou dois tostões para elas, três camisas cada ano e quatro vinténs cada mês para sapatos. Quando se abriam as escolas dava dois tostões para papel, tinta e penas e alguns livrinhos de humanidade de pouco preço e poucos. Dava também botica aos doentes, mas não pagava a despesa das doenças, que excedia a quantia da porção de cada dia de cada um.

«Por aquí podem todos julgar o que padeceria quem não tivesse mais abrigo que êste, como fui eu alguns anos.

«Ora, eu nalguns 6 ou 7 anos, nenhuma ajuda tive de nenhuma parte, nem ainda quem, por alguma festa, se lembrasse de mim, no qual estado não padeci pouco de vergonha e incomodidades, sendo todavia, sempre entretido e ajudado por Deus por meio de alguns fidalgos e nobres do Colégio, com os mimos e refrescos que tinham, convidando-me sempre para qualquer cousa que tivessem. Foi o principal de todos D. Fernam Martins Mascarenhas, que segundo ouvi dizer é hoje Inquisidor-Mor do Reino de Portugal e bispo do Algarve.

«Finalmente, vivi eu tão necessitado e tão desabrigado que estive muitas vezes para deixar o estudo e ir provar fortuna pelo mundo. E quando me houve de fazer Bacharel em Artes, o dito fidalgo me fez o gasto para o Grau, sem o qual o não podia tomar por minha grande pobreza.

«Enquanto me durou a provisão com que me meteram no Colégio o fidalgo e fidalga nomeados acima, não cheguei às necessidades de depois. Mas gastada pelo tempo, vim a não ter um lenço em que me açoasse nem lençóis em que dormisse. Durante uns 4 meses que estive em cama, no comêço do segundo curso de Artes, um fâmullo do Colégio me emprestava os seus, por estarem os meus todos rôtos e espedaçados, sem ter outra cousa de linho que as três camisas do

Cardeal. Roupão não tinha outro que o que eu fazia da minha opa velha, nem mais vestido que a opa...

«Milhares de vezes deixava de me desfadar e francear por se me não romperem as solas.

«...No Colégio estaria uns 11 anos, até o terceiro de Teologia, tendo-me graduado em Mestre em Artes à custa de meu pai. Depois de andar nela me mudou o Cardeal a opa em mantéu e roupeta, sendo já meu pai morto, e me deu um benefício simples em S. Giam da Silva, térmo de Valença do Minho, a que lá chamam Abadia sem Cura, e juntamente uma Conesia na Igreja Colegiada da dita Vila, que por ser cousa muito pouca não tomei posse dela.

«O benefício me rendia 100 cruzados, dispensando êle Cardeal comigo, com os maiores favores dos seus indultos, para eu poder ter bens da Igreja por causa da minha bastardia. Também D. João de Castro, Capelão-mor de El-Rei D. Sebastião, me houve uma pensão de 50 cruzados em uma igreja de sua apresentação, negociados por D. Fernando de Castro seu sobrinho e meu condiscípulo nas Artes. De forma que quasi tôda a minha vida em Portugal me sustentei à custa de Deus e com o património da sua Igreja, começando em Pera-Longa e indo participar em E'vora das rendas do seu Arcebispado, juntamente com êsse pouco que tinha dos bens da Igreja».

A seguir e depois de dizer que durante os primeiros sete ou oito anos do colégio nunca fôra a férias, tendo dormido fora apenas umas quatro vezes interpoladas devido à sua pobreza, declara-se cada vez mais enfastiado, com o propósito secreto de ir meter-se a Capucho, em Castela.

Conhecidas entretanto as suas ideias e apesar dos pedidos para lá continuar, não mudou de resolução, deixando o colégio em Agosto daquele mesmo ano de 78, em direcção a Lisboa.

Quando chegou e seguindo nós na narrativa as suas próprias palavras, chegaram também as novas do desbarato de A'frica, pousando êle em casa de seus irmãos que tinham ido com El-Rei D. Sebastião, dois dos quais morreram na batalha, escapando o mais moço, que depois se resgatou e sucedeu na casa de seu pai. Dos quais e de D. Fernando de Castro, seu irmão mais moço, e da condessa de Mira, sua irmã, recebeu sempre muitas honras. Ali se conservou até ao fim do verão de 79, em que partiu para a sua abadia sem cura, na qual resolveu de novo ir meter-se a Capucho, no ano de 80, em Castela. Mas, prestes para ir à vida religiosa, começaram a correr novas de como El-Rei de Castela vinha com grande exército para se fazer senhor de Portugal, o que o fez mudar de ideias, resolvendo ficar para a defesa do reino, pois que, conforme ele mesmo confessa, depois que andou nos estudos acenderam-se-lhe tanto os desejos da guerra,

com as histórias dos romanos e das outras nações, e em especial com os feitos em armas dos nossos portugueses, que deixava muitas vezes de estudar por se pôr a cuidar nela, fingindo mil venturas vãs de imaginações.

Seguindo o Prior do Crato, foi para o campo de Alcantara «e de tal modo se me pegou o partido da Pátria, que determinei de morrer e acabar nele. E assim fui duas vezes ao reino da França buscar o senhor D. António, com mui grande zêlo da sua liberdade e sem nenhuma cobiça, mas com ardentíssimo desejo de fama».

Mais tarde porém, na Inglaterra, pediu a D. António, licença para se retirar do seu serviço, ao que êle acedeu, pela qual razão, um dia partiu súbitamente para França sem lho fazer saber.

Uma vez em Paris com D. António de Menezes, Santos Pais e Manuel Vaz de Vargas, no verão de 87, «tracei comigo só de fazer El-Rei D. Sebastião vivo», entregando-se desde então à ideia de que D. Sebastião não morrera e voltaria algum dia a Portugal. Publicou, mesmo, em 1602, em Paris, o *Discurso da Vida do sempre bemvindo e aparecido rei D. Sebastião Nosso Senhor, o Encoberto, desde o seu nascimento até ao presente*».

Em França passou inclemências e por fim e para fecho das suas memórias, pôs-lhes, no final, as palavras seguintes, nas quais, além do desalento, se traduz uma grande verdade, que, apesar de ser já de tantos anos, não envelheceu ainda, nem, provávelmente, virá a envelhecer pelos séculos adiante:

«Por morte de D. António de Menezes, separados os que ficámos, entrei então no mar largo dos trabalhos, misérias e desabrigo. Passei grandes misérias, grandes fomes, grandes frios, que os há cá mortais, e finalmente falta de tudo. Conforme a êste estado de fortuna respondiam os desprêsos, a pouca conta, a estima e a valia da pessoa, que é o que mais sente quem tem alguma honra, saber e opinião. E hão-de saber que cá por estas partes tanto vale cada um quanto tem e tão vil e de nenhuma valia é quanto menos tem. Por isso, por mais rico que um seja, se vem a quebrar ou a empobrecer, não é mais visto nem ouvido na terra».

E, a seguir, a data com que encerra os seus escritos: «Hoje, 13 de Maio de 1623, acabei em casa de Diogo Manuel, nesta cidade de Paris — Dom J.º de Castro». (1)

(1) D. João de Castro «tinha 73 anos quando em 1623 escrevia estas memórias em casa do mesmo Diogo Manuel, que já em 1600, quando em Veneza contemplava extasiado a fase do Encoberto, lhe supria a penúria. Pouco tempo mais teria decorrido até vir a morte buscá-lo envolvido na sua ilusão». (*Arquivo Histórico Português*, vol. X, pág. 406»).

VÁRIA

SENDO certo que os três monarcas anteriores a D. João I — D. Fernando, D. Pedro I e D. Afonso IV — (1) deram a Fr. Vasco Martins provas de particular apreço, só D. João I lhe concedeu, bem como aos seus companheiros, a alta protecção indispensável para o desenvolvimento da vida conventual.

Foi pois neste sentido e em continuação doutras benesses que ele lhes passou, a 16 de Fevereiro de 1423, em Santarém, a carta de privilégio seguinte: «Sabham quantos este estromento virem que no ãno da era do nacymento de noso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e vinte e cynqo ãnos trinta dias do mês de Março em Sintra sô alpende da praça perante Johã afonso de quadros Juiz da dita Villa e presente my Johane ãnes tabelyam do Ifante em a dita Villa, e testemunhas diante escriptas pareceo frey Vaasqo monje e procurador do moesteiro de Sam Jeronymo de peralonga, e apresentou ao dito Juiz hũa carta de nosso Senhor El-Rey escripta em purgaminho aberta e sellada do Seello pendente do dito Senhor posto em fita cardea, e asynaada per o dito Senhor Rey segundo o que per ela parecia, da qual carta o teor tal he — Dom Joham pella graça de deos Rey de portugal e do algarve e Senhor de cepta. a quantos esta carta virem fazemos Saber que nós querendo fazer graça e mercê por esmolla ao priol e frades do mosteiro de peralonga que he a cerca de Syntra teemos por bem e tomãmollos em nossa guarda e encomenda e sobre nosso defendimento e mandamos e defendemos que nenhũ nom seia tam honrado, de qualquer estado e condyçam que seia so pena de nosa mercêe, que lhes nom faça mal, nem dãno nem outra nenhũa sem Razom, nem desaguisado, nem lhes tomem nenhũa cousa de seu

(1) D. Pedro I e D. Fernando fizeram a Fr. Vasco mercês que ele não aceitou, por dizer ser m contra a pobresa que professava. D. Fernando oferecia-lhe os seus paços de Frielas para edificar o mosteiro que pretendia, mas não aceitou também, por não concordar com as condições impostas pelo monarca.

contra seus tallantes. E outro sy mandamos que elles todos seiam escusados de pagar em nenhūas peitas, fintas, e talhas, nem em outros nenhūus encarregos que por nós nem pellos concelhos honde elles tiverem algūus bēes. E por honde quer que elles per nosos Reinos andarem, sejam lançados, nem pagem sisas, nem portagēes, nem costumagēes de pam, nem de vinho, e carnes, e pescado e doutras quaeesquer cousas que comprarem pera seus mantimentos, nem de pãos pardos, e burees quanto fôr necessario pera seus vestidos, nem das cousas que venderem que fezerem no dito mosteiro asy como cydras, laranjas, limões e outras frutas que hy tiverem, nem de cestos e canistrees e colheres e outras cousas semelhantes que obrarem per suas mãas. . . » (1)

Mas não ficaram por aqui os grandes favores concedidos, porque outros monarcas lhe seguiram o exemplo. Assim, D. Afonso V deu-lhes, por carta de 1450, de E'vora, o privilégio de prenderem os monges fugitivos, requerendo o a quaisquer justiças; em Fevereiro de 1465, o de não pagarem ciza nem dizimo do que comprassem ou vendessem; (2) em Julho de 1478, de Montemor-o-Novo, licença para comprarem herdades de pão, vinho e azeite e outros bens de raiz até à quantia de 60\$000 reis, de 35 libras que lhes haviam sido deixadas pelo conde de Monsanto, e, finalmente, por carta de 12 de Abril de 1479, de Avis, confirmada por D. João II, de Santarém, em 10 de Janeiro de 1483, concedeu-lhes que o Juiz dos Orfãos de Sintra fosse o juiz privativo do mosteiro em todas as suas causas e que podessem trazer perante êle citadas quaisquer pessoas de qualquer estado e condição, da comarca da Estremadura. (3)

D. Manuel estabeleceu para os monges da Penha Longa, por carta de 16 de Abril de 1518, confirmada também por D. João III em Abril de 1527, o privilégio de ser fornecida carne e peixe em qual-

(1) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 3 — N.º 35. — Vê-se aqui quanto era já feita, naquele tempo, em Penha Longa, a cultura das citráceas, certamente continuada pelos tempos fora, com extensão às vizinhanças. Pelo menos, no tempo do rei D. Manuel foram compradas, por 5650 reais, na Ribeira da Penha Longa, embora fora do mosteiro, 28 tarangeiras para o Pomar da Rainha, nos terrenos adjacentes ao Paço de Sintra, conforme consta de lançamentos no livro do ano de quinhentos e oito das despesas do Paço de Sintra, reproduzidas pelo Conde de Sabugosa no seu livro, a pág. 232 e 239. — Nestes últimos anos e seguindo a tradição teem sido plantadas na Penha Longa alguns centos de lorangeiras e limoeiros.

(2) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 2 — N.º 37.

(3) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 2 — N.º 40.

quer parte onde chegasse o comprador do mosteiro, primeiro que a qualquer outra pessoa. (1)

Além de tudo isto, são numerosos os registos de padrões de juro e herdade, para sempre, concedidos em favor dos monges, não só pela munificência régia, como adquiridos por diversos para missas e sufrágios, pelos quais se garantiam os meios pecuniários para as despesas do mosteiro. Assim — e entre muitos outros — D. Sebastião fez-lhes mercê, por carta de 24 de Setembro de 1567, de um padrão de juro de 80\$000 reis, com a obrigação de no mosteiro se criarem os noviços não só da Penha Longa, como de todas as outras casas da Ordem e o prior e os padres do mosteiro dizerem uma missa resada cotidiana pelo mesmo D. Sebastião e pelos seus sucessores; (2) D. Henrique atribuiu-lhes desde Janeiro de 1579, uma esmola de 5\$000 reis «emquanto minha mercê fôr», atendendo a que já vinham recebendo igual donativo de sua irmã, a rainha. Fr. D. Braz de Barros, que foi o primeiro bispo de Leiria e reformador dos cónegos regrantes de Santo Agostinho e dos Religiosos da Santíssima Trindade, comprou para Penha Longa uma tença de 20\$000 reis de juro ao preço de 12\$500, para lhes dizerem uma missa cotidiana, etc., etc.

E não só dos padrões de juro e herdade e dos rendimentos eventuais da cêrca e outros de sua agência os monges se sustentavam, porquanto outros recursos de ordem permanente lhes eram também atribuídos, como, por exemplo, a esmola de dois moios de trigo e dois de milho em cada ano, para serem pagos pelo almoxarifado de Benavente; outra, de quatro moios de sal, pelo almoxarifado de Sacavém, anualmente; outra, também anual, de uma pipa de azeite e muitas mais.

Não devemos, porém, deixar sem referência especial a circunstância de o mosteiro da Penha Longa ter fornecido em tempos idos madeira para as naus da Índia, não para as naus das descobertas e conquistas, havia muito feitas, mas para a da expansão comercial da nação, como o mostra o documento que se segue:

(1) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 3 — N.º 35. — Esta disposição faz lembrar o privilégio concedido também por D. João III, em Dezembro de 1547, ao «principal do Collegio das Artes e Humanidades, que mando fazer na cidade de Coimbra», por alvará dirigido aos juizes, vereadores, procurador e officiaes das vilas de Aveiro, Buarcos e da Pederneira, no qual estabelece que a pessoa que o Doutor Mestre André de Gouvêa, principal do Collegio das Artes e Humanidades, mandar a essas Vilas, ou a cada uma delas comprar o pescado que lhe para ele fôr necessario, o faça nas barcas e bateis em que os pescadores o trouxerem, antes de ser posto em terra. (Alvará publicado no jornal «O Comércio do Porto», de 26 de Abril de 1946, em crónica com o titulo *Coimbra vista de dentro*.)

(2) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 3 — N.º 37.

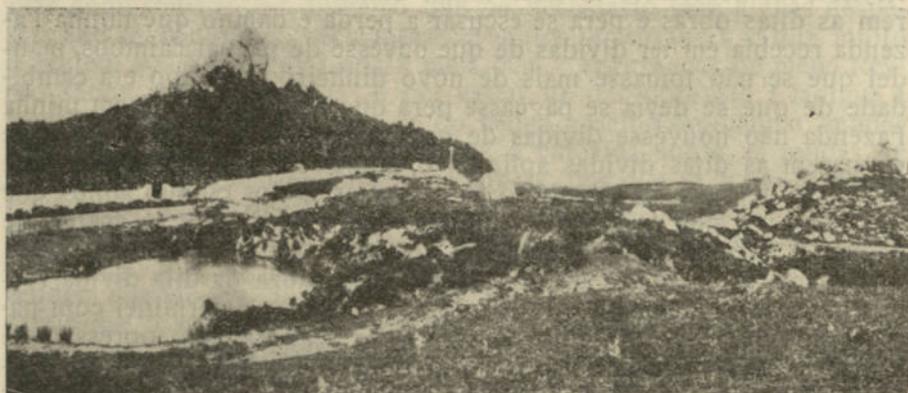
•Eu ElRei faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que se me representou per consultas que se me fizerão acerca da duvida que o Chancellor mor pôs a haver de passar pela chancellaria o Padrão de setenta mil rs. de juro que a Companhia do Comercio deu ao Prior e Relligiosos do Mosteiro de Penna Longa da ordem de São Hieronymo em pagamento das madeiras que lhe venderam para as naos da Índia, e tendo consideração ao que constou por informações que mandei tomar pello Chancellor mor e pello lecençado Gregorio de Valaquer de Morais sendo Corregedor do Crime nesta cidade de Lisboa da lemitação da Renda do dito Mosteiro, Em respeito dos Relligiosos e serventes que nelle rezidem — Hey por bem e me praz de lhes dar licença que possão possuir os ditos setenta mil rs. de juro assentados no almoxarifado da villa de Sintra sem embargo da ordenação lib. 2 n.º 18 § 2 e lib. 1 n.º 2 § 19 que prohibem aos Relligiosos Conventuais possuirem bens de raiz, e por tais serem reputados os juros e que o Padrão que lhe for passado da dita quantia passe pela Chancellaria sem embargo outrosy do Regimento do dito Chancellor mor que dispõem o contrario E por quanto desta licença pagaram os dittos Relligiosos doze mil duzentos e cincuenta rs. da mea Annata alem dos mil setecentos e cincuenta rs. que já tinham pago com que se faz a quantia de catorze mil rs. que devem dos ditos setenta mil rs. de juro de vinte o milhar a rezão de hum por cento como se vio por certidão do Escrivão da Receita do Thesoureiro Geral dellas Mando às Justiças officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumprão e guardem este Alvará como se nelle contem, o qual me praz que valha e tenha força e vigor posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do L.º 2.º n.º 40 em contrario. Francisco Nunez o fez em Lisboa a doze de Maio de seiscentos e trinta e três. E da substância deste lhes foy passado outro Alvará que os ditos Relligiosos me enviaram dizer se lhes perdeo, aparecendo, hum sô haverá effeito». (1)

* * *

Por vezes os monarcas, quando o erário régio se encontrava desfalcado ou quando precisavam de dinheiro para acudir a despesas

(1) Tõrre do Tombo—Penha Longa—Maço 1—N.º 13. Nem a todos os mosteiros e conventos era permitido possuirem bens de raiz e mesmo áqueles a quem isso era permitido, não podiam ir além de certos limites. Dahi, provávelmente, as dúvidas que deram lugar à consulta a que o documento se refere e ao seu despacho favorável.

de interesse nacional, procuravam havê-lo por meio da venda de tenças de juro, pelas quais os adquirentes ficavam com o direito de receberem anualmente uma determinada quantia correspondente ao juro do capital, emitindo assim verdadeiros empréstimos, cujos mutuantes não podiam exigir o reembolso, mas em que o rei ou o govêrno reservavam para si a faculdade de o fazer, cessando desta maneira o pagamento da pensão. E, realizado o empréstimo, se passados anos, ao monarca, não querendo fazer o resgate completo, lhe convinha ficar ainda com algum do capital. propunha a alternativa do resgate ou a diminuição do juro, (1) o que tudo, afinal, virá a corresponder, pare-



«A ILHA»

RECANTO PITORESCO, VENDO-SE A CRUZ DE PEDRA, À QUAL OS FRADES ESTENDIAM OS SEUS PASSEIOS E, ELEVANDO-SE ACIMA DOS PINHEIROS, A «PENHA LONGA» [PENEDO DOS OVOS] *Fot. antiga*

ce-nos, a certas das modernas operações de crédito, modificada apenas a sua técnica.

E porque os monges da Penha Longa acudiram por vezes ao

(1) Por serem insuficientes os dinheiros destinados ao apresto das embarcações e socorros da India a saírem na monção de Março, foram mandados reduzir os juros dos padrões, por alvará de 21 de Novembro de 1672. «E em virtude do dito alvará foram notificados por éditos o prior e mais religiosos do mosteiro de Penna Longa da Ordem de S. Jerónimo para distratarem ou reduzirem os 20.000 reis de juros, os quais lhe haviam pertencido por os comprarem a Fernão Galvão». Optaram pela redução do juro; Este padrão foi deixado a Fernão Galvão por sua mãe, Gracia Lopes Galvoa, por seu falecimento, entrando êle a usufrui-lo desde o 1.º de Janeiro de 1614. (Torre do Tombo—Penha Longa—Maço 3—N.º 18).

chamamento e para exemplificação das fórmulas adoptadas, transcrevem-se, a seguir, duas cartas régias, referentes à tomada de dinheiros para obras de interesse nacional, ambas de D. João III.

«A quantos esta minha carta virem. Faço saber que pera se podem suster e conservar os lugares que tenho em Africa com menos trabalho e despeza, foi necessário fazerem-se nelles, pera sua fortificação obras de muito custo, as quaes mandei fazer à custa de minha Fazenda e por ella estar em muita necessidade pelas grandes despezas que se fizeram assim de couzas que compriam à defensão e conservação de tudo, como em outras importantes a meu Serviço e bem de meus Reynos, foi necessario mandar tomar dinheiro a caimbo pera se fazerem as ditas obras e pera se escusar a perda e damno que minha Fazenda recebia em ter dividas de que ouvesse de pagar caimbo, mandei que se não tomasse mais de novo dinheiro a caimbo e a cambidade de que se devia se paguasse pera que dahi em diante em minha Fazenda não houvesse dividas de que se pagasse caimbo e pera se paguarem as ditas dividas appliquei o dinheiro dos paguamentos que se aviam de fazer do Contrato das especiarias dos cinco annos que ora corre; e por que o dito dinheiro não abasta pera se acabar de pagar a dita divida e ficar ainda alguma parte della por pagar, a qual parte se se loguo não paguasse, seria cauza da dita divida tornar muito a crescer com o interesse dos caimbo, determinei com parecer dos do meu Conselho pera se fazer sem trabalho opressão de meus Vassallos, mandar vender das rendas de minha Corôa em tenças de juro, a contidade que pera isso me parecesse necessario por preço e conthia de doze mil e quinhentos reis e milheiro com condição e pacto de rectro vendendo, o qual preço posto que seja menos do preço por que até ora se o dito juro per meu mandado vendeo em minha Fazenda, eu o ey e declaro por justo e arrezoado pelas cauzas que me moveram a mandar que o dito juro se vendesse pelo dito preço; e ey por bem que contra isso se não possa nunca alleguar cousa alguma. E por quanto o Prior e Padres do Moesteiro de Pera-Longua, da Ordem de São Jeronimo me enviaram dizer que elles tinham cem mil reis que se fizeram na venda de humas terras que estão na Ilha da Madeira, que eram da Capella de Joanna Ferreira, situada no dito Moesteiro, que tinham pera empregar em eranças e beês de raiz, queriam por assi lhes parecer ser proveito da dita Capella, comprar antes de minha Fazenda pelos ditos cem mil reis, oito mil reis de tença por anno de juro e herdade pera sempre, que he a rezão dos ditos doze mil e quinhentos reis o milheiro» — Vendidos os ditos oito mil reis de juro e herdade para sempre, com aceitação de várias condições — ... «os quais cem mil reis Frey Manoel de Castello da Vide, Prior do dito Moesteiro loguo per meu mandado entregou a João Guomes

Thezoureiro do dinheiro da Casa da India...» — «O contrato começará a vigorar desde o 1.º de Janeiro de 1555 em diante para os oito mil reis serem pagos aos quartéis do anno, mas, como o pagamento dos cem mil reis foi feito em sete de Setembro de 1554 foi mandado pagar 2.508 reis de 7 de Setembro a 31 de Dezembro deste anno — Data na Cidade de Lisboa a 30 dias de Outubro de 1554» (1).

«Dom Joham per graça de Deos Rey de Portugal e dos Aguarves d'aquem e dalem maar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber que pelas necessidades de minha Fazenda ao presente serem grandes e se não podêr della aver comprimento do dinheiro que he necessario pera algũas despezas que mando fazer em cousas de muita importância e que muito cumprem ao Serviço de Deos, e meu, bem, e seguranças de meus Reynos serem loguo providas; e per evitar de dar opressão e fadigua a meus Povos, determinei com os do meu Conselho de mandar vender algumas tenças de dinheiro de juro, e em vida sobre as rendas de meus Reynos a quem as quizesse comprar, por que se achou que esta era a mais licita e onesta maneira e menos prejudicial que neste tempo se podia achar pera aver o dito dinheiro; as quaes vendas se fizessem a condição que os que as ditas tenças comprassem mas tornassem a vender quando eu, ou meus Sobcessores lhas quizessem comprar, dando-lhe o mesmo preço que por elas tivessem dado todo juntamente sem descomtar cousa alguma do principal. E ora Dom Antonio Conde de Linhares meu amado Primo d'algũn dinheiro que tinha pera o Mosteiro de Pera Longua da Ordem de São Jeronimo, quiz por me servir leixar de os comprar e se concertou comigo e me comprou pera o dito Mosteiro doze mil reis de tenças de juro e d'erdade por cento e noventa e dous mil reis, que são a razão de dezasseis mil reis o milheiro, os quaes cento e noventa e dous mil reis o dito Conde pagou e foram entregues per meu mandado a João Rodrigues de Vasconcellos, Thezoureiro da Caza da India. . . Pelo qual per esta presente Carta tenho por bem e me praaç que o dito Mosteiro tenha e aja de mim de tença em cada hũn anno de juro e d'erdade os ditos doze mil reis do 1.º de Janeiro de 1547 em diante» (2).

(1) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 1 — N.º 34

(2) Torre do Tombo — Penha Longa — Maço 3 — N.º 30. O primeiro Conde de Linhares, D. António de Noronha, foi agraciado por D. João III, em virtude de assinalados serviços prestados ao país. Serviu na guerra contra os mouros e governou Ceuta algum tempo, em substituição de seu pai, tendo sido também escrivão da puridade dos reis D. Manuel e D. João III e comendador do Prado, na Ordem de Cristo. Nasceu em Março de 1551, filho do primeiro marquês de Vila Real, D. Pedro de Noronha, e de sua mulher, a condessa D. Brites. Casou com D. Joana da Silva, filha do primeiro conde de Portalegre, D. Diogo da Siva, e de sua mulher, D. Maria de Ayala, falecida em Outubro de 1554.

Havia também as tenças graciosas, que eram pensões concedidas a nobres ou a varões ilustres como recompensa ou galardão de serviços prestados à Corôa

* * *

Não deveria ser, pelo visto, de grandes necessidades e privações a vida decorrente dos frades, mas nem sempre assim teria acontecido, principalmente nos princípios, tanto mais que, por serem eremitas e não mendicantes, não podiam esmolar. Aumentando, porém, cada vez mais o número dos monges, pois a fama das suas virtudes levava muitas e muitas pessoas de vária condição a pedir o hábito de S. Jerônimo, ⁽¹⁾ chegaram eles em dada altura a tão extrema necessidade que resolveram ou desamparar o mosteiro por falta de sustento, ou pedir esmola. E assim foram andando até que, para aquietar os escrúpulos, recorreram à Sé Apostólica a pedir lhes fosse concedida licença para mendigarem emquanto o mosteiro não tivesse o dote bastante para vinte monges, o que o papa Martinho V lhes deferiu.

Qual veio a ser porém, depois, a população efectiva de frades no mosteiro?

Devia provavelmente montar a vinte ou trinta, porquanto Frei Ninolau de Oliveira lhes dá o número de vinte e cinco ⁽²⁾ e o P.^o Carvalho da Costa, dizendo que o convento teria 4.000 cruzados de renda, com ela se sustentavam trinta frades e muitos hospedes, ali acolhidos na romaria pelas oitavas do Espírito Santo, ocasião de grandes festas ⁽³⁾.

(1) *Tratado Histórico das Ordens Monásticas de S. Jerônimo e São Bento*, por Fr. Jacintho de S. Miguel (Lisboa — 1749). Vem a propósito contar-se aqui o que refere o códice 729, já citado, a respeito da um candidato ao hábito de Penha Longa e o quanto Fr. Vasco era exigente relativamente aos predicados que ele julgava indispensáveis e entre os quais estaria o da firmeza da vocação: Vindo ao mosteiro um moço português e filho de Lisboa pedir o hábito, por ser grande a fama das virtudes da Fr. Vasco e da Religião que em Penha Longa se guardava, quiz Fr. Vasco experimentar a firmeza e sinceridade do peticionário, dizendo-lhe que fôsse a Lisboa despido da cintura para cima e, tosquiado o cabelo em cruz, se puzesse no pelourinho quanto tempo lhe ordenasse um monge que com ele mandou. Assim o fez o mancebo, dando que rir e falar a quantos passavam que o conheciam por ser sobrinho do bispo de Lisboa e de ilustre geração, parecendo-lhes que enlouquecera. Voltando para Penha Longa e dizendo o monge que o moço fizera o que lhe mandou, o que foi tomado como sinal de boa vocação, lhe vestiu Fr. Vasco o hábito. Chamou-se Fr. António de Viana, por ser de Viana de Entre Douro e Minho. Este Fr. António de Viana foi um dos monges que acompanharam Fr. Vasco quando ele foi para Espanha fundar outro mosteiro, em Córdova.

(2) *Livro das Grandezas de Lisboa*. (1620 Edição de 1804, página 148).

(3) *Chorographia Portuguesa* (Lisboa, 1706).

Alem dos frades eclesiásticos havia os irmãos leigos para os serviços auxiliares da casa, dos trabalhos da cêrca (naqueles tempos dizia-se o *cêrco*), de tratamento de gados, etc., etc., pois nem todo o tempo era dedicado às missas, às orações, e à pregação.

A cêrca merecia-lhes cuidados especiais, não só pelo que dela colhiam directamente para sustento da comunidade, como também pelas receitas obtidas em vendas a dinheiro: como vimos, já D. João I se referia na sua carta de privilégios, de 1423, «às cousas que venderem que fezerem no dyto mosteiro asy como de cydras, laranjas, limões e outras frutas que y tiverem, nem de cestos e canistrees e colheres e outras cousas semelhantes que obrarem per suas mãos», sabendo-se também que mais tarde foram vendidas madeiras para as naus destinadas ao comércio da India, o que tudo representa o início e continuidade duma tradição agrícola e florestal mantida até ao presente.

No mesmo sentido, já do auto de posse da Penha Longa para o Estado, em 1835, e do anúncio para a sua venda, em 1836, consta que a cêrca se compunha de laranjal, limoal, fruta de caroço, vinhatório, pinheiral, terra de sementeira e matos. (1)

Era dentro dos limites da cêrca, cuja demarcação poderia reconstituir-se em grande parte pelos restos de muros de vedação ainda de pé, que se encontrava o chamado Jardim do Núncio, designação conservada ainda entre as poucas de antigas eras.

Deste jardim nada haverá já dos tempos do seu fundador, visitante e amigo do mosteiro, nem mesmo, talvez, as paredes duma antiga capela onde ele dizia missa e fazia as suas orações, a qual, recentemente ampliada, serve agora de padaria com um forno de coser pão para o pessoal da quinta.

O tanque que lá está é, provavelmente, de 1825, ainda do tempo dos frades, a avaliar pela seguinte inscrição na face duma coluna de

(1) Em requerimento que teve despacho favorável por carta de D. José, de 6-7-1763, pediram, o D. Abade e os monges que lhes fôsem passadas cópias de muitos documentos, em virtude de o cartório, de cuja reforma tratavam, ter sido altamente prejudicado pelo terremoto. Depois e como «havia mais de 200 anos que não atombam as terras de que são directos senhorios e justamente se persuadem terem-se-lhes por esta causa alheado muitas courelas», pediam que lhes fôsse concedido que o Juiz de Fora de Sintra procedesse às demarcações e que os traslados tivessem a mesma fé que os originaes, como fôra concedido ao Hospital Real, ao mosteiro da Trindade e ao de Belem, tendo sido nomeado o Juiz de Fora de Sintra Plácido da Costa Freitas para ir em pessoa ver os bens e propriedades, tomando para escrivão a pessoa que mais apta e suficiente lhe parecesse, devendo fazer a medição, demarcação e tombo de todos os bens e propriedades. (Torre do Tombo — Penha Longa — Março 2 — N.º 47).

base quadrada assente na borda do mesmo tanque, sobre a qual ainda vimos em 1944 restos, já desaparecidos, de um busto de faiança vulgar, branco:

ESTA OBRA
FOI REEDI-
FICADA
NO
ANO
DE 1826

De que natureza e extensão fôsem as obras de 1826 não é fácil avaliar-se agora, podendo, porém, dizer-se que outras foram lá feitas passados trinta e seis anos, como o refere uma lápide com os seguintes dizeres:

T. M. BESSONE
MANDOU REEDIFICAR
ESTA OBRA NO
ANNO DE 1862

Tal lápide, que se encontra pouco visível na face norte de um pequeno muro com um arco ligado à antiga construção, tem mais duas a ladeá-la: uma, do lado direito do observador, com as armas provavelmente do nuncio e a outra, certamente do mesmo tempo da anterior, com uma inscrição que diz:

FLEC
TIMVR SED
NON FRÁGI
MUR VMDIS

cuja tradução é «Somos dobrados mas não quebrados pelas ondas».

Ao mesmo jardim pertencia uma taça ou tanque de estilo mourisco, há muito depositada no Museu Arqueológico do Carmo, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e a respeito da qual vem na *Correspondência de Possidónio da Silva* a seguinte nota: (1) «As pedras lavradas para borda do tanque que vierão do Mosteiro da Penha Longa, em Sintra, forão mandadas fazer em 1552 por Pompeu Zambicario, (2) Arcebispo de Sulmona, que então era Nuncio neste

(1) Torre do Tombo — Tomo II (em 8.º) — Documento 158, do ano de 1864, com o título «Elucidações».

(2) *A Cintra Pinturesca* diz Zambucano, e Vilhena Barbosa também. Deve porém, ser Zambeccari.

Reino de Júlio III, dos quais objectos referidos fez presente no ano de 1865 à Associação dos Architectos Portuguezes o Ex.^{mo} Duque de Saldanha». (1)

Seguidamente ao *Núncio* encontra-se o *S. Gonçalo*, — Quinta de S. Gonçalo, assim chamada certamente por haver lá, numa curta elevação e a pouca distância do caminho, um pequeno alpendre, ao fundo do qual se encontra, por cima de uma bica correndo para uma bonita taça de mármore branco, um nicho com uma imagem daquele santo. Por sinal que tal imagem, velha e há muito despresada, está já toda com a madeira à vista e sem vestígios de pintura.

O alpendre, com assentos de pedra em volta, é todo forrado de azulejos azuis com desenhos de passaros, barcos, plantas, flores, etc., havendo na parte de fora um pequeno terraço com alegretes para flores e assentos de pedra, para o qual se sobe por lanços de escadas desde o caminho inferior.

Vê-se que nalgum tempo e até em tempos relativamente modernos tudo aquilo constituiria um pequeno retiro para descanso e fresco, o qual o actual proprietário pensa em restaurar com o fim de tudo readquirir a respectiva nota de pitoresco.

Como o *Núncio* e como o *S. Gonçalo*, outros sítios de recreio e de beleza havia, mas todos eles, ou a maior parte, se perderam já, até da memória dos homens, não havendo ninguém actualmente que deles dê notícia.

Assim, quem poderia dizer hoje, sem nenhuma dúvida, onde

(1) O *Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos architectos portuguezes e arqueólogos* — (Lisboa 1865-1.^a série, N.^o 3) traz a seguinte nota descritiva:

«O Ex.^{mo} Duque de Saldanha offereceu à Associação dos Architectos Portuguezes um lindo tanque no estilo árabe, em perfeito estado de conservação; o qual S. Ex.^a possuía na sua casa de campo em Sintra. Este tanque de forma octógona, apresenta nos ângulos uma coluna saliente; e as faxas que compõem os lados do polígono, estão ornadas com arabescos de engraçados contornos; foi dádiva de valia, tanto pela pessoa que a ofertou, como pelo merecimento artistico do objecto concedido à Associação. Os homens mais ilustrados não se negam em darem a sua protecção aos artistas do seu paiz».

Igual indicação de ter o tanque sido oferecido à Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portuguezes se encontra no folheto *Museu da Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portuguezes* (Lisboa 1876) a pag. 54 e no *Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguezes*, (Lisboa, 1891), a pag. 115. — O *Guia de Portugal*, da Biblioteca Nacional de Lisboa, Vol. 1.^o, Pag. 234, falando dos objectos mais notáveis do Museu Arqueológico do Carmo, refere-se ao «tanque mourisco do Convento da Penha Longa».

E' de notar-se aqui que em 1865 já a Penha Longa não pertencia ao duque de Saldanha. Dêste facto se infera que ele levava dali a taça quando vendeu a propriedade.

era o Jardim do Cafião, junto do qual uma pequena capela, espécie de mirante forrado de azulejos brancos e verdes, era frequentada pelo rei D. Manuel, quando ele se recolheu a Penha Longa a seguir à morte de sua segunda mulher, a rainha D. Maria? Onde o Jardim do Cardeal-Rei, e onde as Fontes de Moisés e do Monge, tudo dado como cousas dignas de serem vistas? Onde o Lago do Bispo e a Gruta das Lágrimas? (1) E o Pasmatório para as horas de recreio dos frades e onde eles tomavam o café depois do almoço?

Tudo o tempo levou ou transformou e é pena. A própria fonte da Porca não é a da primitiva, ou, antes, a Porca, de mármore vermelho, que está na fonte com o seu nome, não esteve, ao que parece, anteriormente, ali.

*
* * *

Não sabemos qual teria sido o estatuto por que se regulavam os frades da Penha Longa, o qual, aliás, deveria ter sofrido grandes modificações pelos tempos fora, como é de calcular pelos raros documentos originais que restam da sua vida.

Segundo Fr. Jacinto de S. Miguel, (2) reportando-se à aprovação pontificia, os monges da Congregação de S. Jeronimo eram monges eremitas, competindo-lhes viver em lugares ermos e, para imitarem a S. Jeronimo, de quem eram filhos, e a Santo Agostinho, cuja regra professavam, não cuidariam de temporalidades. As fazendas que obtivessem ou as emprazariam ou as alienariam de qualquer modo podendo

(1) O já tantas vezes citado códice 729 diz e a *Cintra Pinturesca* repetiu, que, a pouca distância do mosteiro, havia uma gruta de cristalização, descoberta, «por constar das memórias antigas, por um monge deste convento, no reinado de D. João III». Tal gruta não existe, parecendo tratar-se da que está na próxima quinta de Portocôvo, já no concelho de Cascais, agora pertencente à Polícia de Segurança Pública, de Lisboa, e constituindo com a Quinta do Pisão um prolongamento ou secção agrícola — campo de trabalho — do Albergue de Mendicidade da Mitra, administrado pela mesma Polícia. A edição da *Cintra Pinturesca* (1905), anotada por António A. R. da Cunha, faz a competente rectificação. A gruta, aliás pequena, não tem nada de interessante, em virtude de, talvez, não muito remotamente, lhe terem sido quebradas as estalagmites e estalactites que a guarneciam. — Diz Vilhena Barbosa, no *Panorama* já citado; «Conta (a cerca) vários lagos e fontes e duas ermidas uma de Nossa Senhora da Assunção, obra do Cardeal Rei, e outra de S. João Baptista, fundada pelo Nuncio em tempos de D. João III; o pequeno pomar chamado o Jardim do Cardeal Rei, com as suas fontes das Lágrimas e de Moisés, tão predilectas do cavaleiresco D. Sebastião, que às vezes, junto dela almoçava...». Ainda, na verdade, existiria tudo isto em 1856, como relata Vilhena Barbosa, ou escreveria ele guiado por algum livro ou escrito anterior?

(2) Vol. 3.º pag. 443.

pedir esmolas enquanto os mosteiros não tivessem dote suficiente para doze monges.

Duas partes dos professos seriam de monges para o côro e a terceira de leigos, os quais deixariam crescer as barbas e seriam inteiramente separados dos monges no dormitório, no côro e no refeitório, como noutras religiões se usava. Quanto à barba, se os prelados o autorisassem, também os monges as deixariam crescer para, assim, imitarem S. Jeronimo e os padres antigos.

Em todos os dias não impedidos se resaria o offício de defuntos e nas sextas-feiras os salmos penitenciais. Cada mosteiro não teria de dote mais de 400 florins de ouro, e quando esta quantia fôsse excedida e não fôsse preciso para o sustento da comunidade ou para o serviço conventual, distribuir-se-ia o excedente pelos pobres.

O offício divino dir-se-ia sempre resado e não cantado, para os monges não terem de aprender música, distraindo se da vida contemplativa. Ninguém ensinaria ou aprenderia qualquer ciência e algum que do século fôsse graduado, não se intitularia com o nome do seu grau. Os que não soubessem letras não as aprenderiam, para se não occuparem em exercícios alheios à contemplação, como também S. Francisco ordenava aos seus religiosos.

Nenhuma mulher poderia entrar no âmbito dos mosteiros, sob pena de excumunhão. Só os doentes e fracos poderiam comer carne, mas fora do refeitório, devendo todos os outros abster-se perpetuamente dela. Alem dos jejuns da igreja e da quaresma e das sextas-feiras do ano, jejuariam da sexta-feira de todos os Santos até ao Natal.

Mais determinações havia ainda relativas à mortificação do corpo e outras, aprovadas todas por bula passada em 7 de Agosto de 1424, sétimo ano do pontificado de Martinho V. Mas bem se vê, pelo decorrer dêste livro quanto, pelos tempos adiante, foi melhorada e favorecida a vida dos frades de S. Jerónimo!

Quanto ao hábito usado pelos frades, não apurámos qual ele teria sido. No entanto, vê-se no *Tratado Histórico das Ordens Monásticas de S. Jeronimo e S. Bento* ⁽¹⁾ que o Instituto dos Celestinos, derivado da Ordem de S. Jeronimo, adoptara um hábito semelhante ao desta ordem em Espanha e Portugal, copiado este, por sua vez, do hábito do Santo Sepulcro de Florença, que era túnica branca e escapulario e capelo pardos, mudados depois para negro. Outras modificações houve, porém, posteriormente quanto aos hábitos das diversas religiões.

(1) Vol. 3.^o — pag. 395. — S. Pedro Celestino, fundador da ordem que teve o seu nome, professara no Mosteiro de Santa Maria do Santo Sepulcro e, sendo eleito papa, renunciou o pontificado, falecendo em 1296.

DEPOIS DE 1834

PUBLICADO o decreto de 28 de Maio de 1834 que extinguiu as ordens religiosas, seguiu-se-lhe, naturalmente, o abandono, pelos respectivos ocupantes, de todos os mosteiros e conventos e seus anexos, nos termos prescritos pela mesma lei.

E, como tudo foi desde logo incorporado nos bens nacionais, necessário se tornou proceder aos convenientes e consequentes actos de posse para o domínio do Estado.

Assim, quanto a Penha Longa, tendo ido ali no dia 17 de Julho daquele mesmo ano o Dr. Frederico Guilherme da Silva Pereira, Juiz de Fora e do Cível na vila de Sintra e seu termo, com o Fiscal nomeado António Gomes Barreto e o Escrivão e Alcaide da Vara João António da Costa Guimarães «para o efeito de tomar posse para a Fazenda Nacional do mesmo mosteiro, casas, azenhas, cêrca e terras e gados e mais bens, logo o dito Ministro, entrando no dito mosteiro, casas, azenhas e lugares onde se achava o gado e mais moveis e passando pela cêrca e terras anexas, praticando todas as solenidades da lei e estilo, tomou posse para a Fazenda Nacional de todos os bens que se acham descritos no respectivo inventário», lavrando-se auto escrito e assinado por Joaquim Vital Pinheiro da Veiga e testemunhado por José Rodrigues, morador no lugar do Linhó e José Jerónimo Pinheiro da Veiga, advogado nos auditórios da vila de Sintra, que a tudo foram presentes. (1)

Mais tarde, em 17 de Junho de 1835, foram nomeados louvados ajuramentados Francisco Pereira, carpinteiro; Luiz José Gonçalves

(1) Infelizmente, não existe no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças junto a outros documentos que lá estão respeitantes a Penha Longa, o Inventário a que o auto de posse se refere, falta esta por todos os motivos muito de lamentar, pois que tal arrolamento detalhadamente individualizado dar-nos-ia notícia e descrição de tudo quanto pertencia ao mosteiro e os seus valores. — Os presentes elementos, colhidos no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Santa Marta, estão encorporados no *Inventário* N.º 306.

pedreiro, e Duarte João e Manuel José, fazendeiros, moradores em Sintra e seus arrabaldes, para irem a Penha Longa e avaliarem, com separação das propriedades, seu valor capital e rendimento, o convento e mais casas pertencentes ao mesmo, bem como a cêrca e terras anexas, o que eles fizeram dois dias depois, no dia 19, lavrando auto, no qual se relata o seguinte: «logo os referidos louvados, vendo e examinando o dito convento e mais casas de hospedarias ali juntas e azenha, cêrca, que consta de laranjal, limoal, fruta de caroço, vinhatório, pinheiral e terras de sementeira, cujas propriedades declararam e avaliaram ser seu valor capital 8.000\$000 de reis e rendimento anual 400\$000 reis. E mais viram e examinaram os matos fora da cêrca em que avaliaram seu capital em 400\$000 reis e rendimento anual 20\$000 reis».

Foi feita também a avaliação de vários domínios directos pertencentes ao mosteiro nos concelhos de Sintra e Cascais e de uma propriedade de casas nobres na rua Direita, em Alhandra, cujo foreiro era João José de Sousa Aguiar Barreto, lavrador. (1)

Mandada exceptuar da venda a igreja, por portaria de 29 de Março de 1836, «por conter objectos que a tornam monumento darte notável», (2) foram mandados pôr em praça, realizada no dia 13 de Abril seguinte, o mosteiro e terrenos da Penha Longa, na qual tudo foi adjudicado ao marquês, depois duque de Saldanha, pela quantia de 21.000\$000 reis. (3)

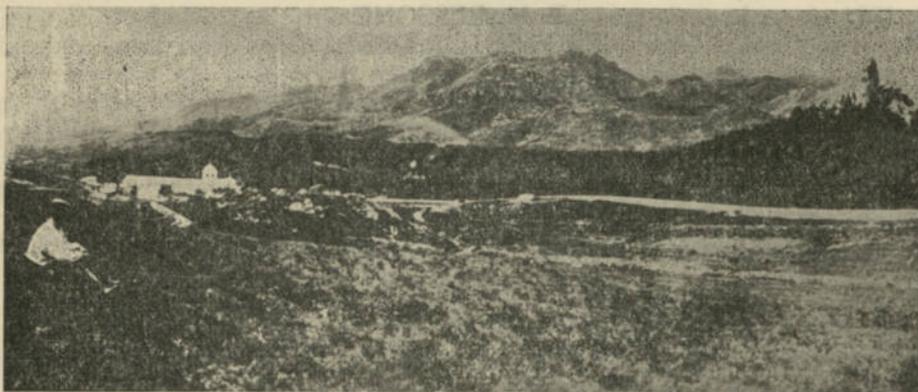
(1) A quinta de S. João, no Linhó, pertencente ao Sr. Jaime Sennfelt, era foreira do mosteiro. Em 29 de Janeiro de 1727 deixou Cecília dos Reis, viuva de Manuel dos Reis, a sua filha Antónia Maria o referido fôro, o qual fôra comprado por 19.000 reis. Em 5 de Abril do mesmo ano, comparecendo perante o tabelião de Lisboa, João Baptista da Silva, Fr. Pedro da Assunção como procurador do D. Abade Fr. José da Conceição, e Manuel dos Santos, por si e por sua mulher, acordaram em que o praso, que fôra de Cecília dos Reis em segunda vida, fosse renovado por novas três vidas, sendo a primeira a de Manuel dos Santos, a segunda a de sua mulher Antónia Maria, e a terceira quem eles desejassem, e o fôro, que era de quatro alqueires de trigo, foi aumentado em um frango. (Agradecemos ao Sr. Sennfelt a consulta que nos proporcionou dos documentos referentes à história da sua bela propriedade, anteriormente da família Munró).

(2) *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* — Livro 1.º de Registo de Decretos e Portarias recebidos — Junta do Crédito Público — fls. 99.

(3) *Diário do Governo* de 8-3-1836 — «Lista N.º 44 — No dia 13 de Abril próximo futuro — Distrito de Lisboa — Concelho de Sintra — Mosteiro de S. Jerónimo, em Penha Longa — N.º 596 — Edifício do Mosteiro, casas de hospedaria juntas, azenha e cêrca, que consta de laranjal e limoal, frutos de caroço, vinhatório, pinheiral, terras de sementeira e matos fora da cêrca — 8.400\$000».

Provavelmente, o marquês de Saldanha teria feito a compra unicamente com o fim de colocar dinheiro para a negociar depois, porquanto a votou a quase completo abandono, nada lhe fazendo com intuios de melhoração, antes pelo contrário, a avaliar pela seguinte nota do Conde de Sabugasa: «Hoje acha-se (o mosteiro) muito modificado. As rendilhadas cantarias das suas portas e janelas foram aproveitadas algumas por El-Rei D. Fernando quando transformou o convento de Nossa Senhora da Pena no actual castelo e acham-se nos claustros. Outras foram aplicadas pelo Marechal Duque de Saldanha na casa que construiu na quinta a que deu o seu nome. As portas da capela e da sala vieram de Penha Longa». (1)

Como consequência, e não sabemos desde quando, o mosteiro e a quinta pertenciam já, em 1842, a C. D. & A. H. Lindenberg, conforme



FOT. ANTIGA, VENDO-SE O MOSTEIRO E, NO 2.º PLANO, A SERRA NUA MAS JÁ HÁ MUITO COMPLETAMENTE REVESTIDA DE PINHAL

se vê de um parecer de 22 de Agosto daquele ano, da Junta do Crédito Público, respeitante a um requerimento onde aqueles indivíduos pediam para lhes ser vendida a igreja da Penha Longa pelo seu valor, no qual parecer, além de outros considerandos, se diz que «a ninguém mais ela poderá convir além dos suplicantes, cujo prédio lhe é contiguo». Desta maneira e tendo sido aceites pelos interessados certas condições quanto à sua conservação e quanto ao seu culto, foi mandada entregar a igreja pela sua avaliação, por portaria de 9 de

(1) «O Paço de Sintra», pág. 69.

Setembro de 1842, a C. D. & A. H. Lindenberg «actuais possuidores do extinto convento e cêrca de Penha Longa». (1)

Em 1850 ainda a Penha Longa pertencia a Alfredo Lindenberg, a avaliar pelas referências de Pinto Carvalho ao dizer, falando de certa mocidade endinheirada e gosadora da capital, que «quando Fletcher Júnior seguiu na sua égua em direcção a Sintra, foi ter a Penha Longa, então propriedade de Alfredo Lindenberg». A esta informação acrescenta em nota, que «a quinta da Penha Longa foi penhorada a Alfredo Lindenberg, e posta em praça no ano de 1850». (2)

Deve ter sido nesta praça que a Penha Longa foi adquirida pela firma Bessones & Barbosas, de Lisboa, os quais realizaram grandes obras nos edifícios e nas propriedades, destacando-se de entre elas a restauração da igreja, que se encontrava arruinada, conforme o certifica uma lápide de mármore, de 0,^m690 × 0,^m490, com os seguintes dizeres:

T. M. BESSONE
PROTECTOR DESTA
IGREJA
A MANDOU REEDIFICAR
Á SUA CUSTA NO ANO DE
1859 (3)

(1) *Mesmo Arquivo* — Livro 5.º de Consultas, fls. 170 v.º e Livro 4.º de Decretos e Portarias recebidos, fls. 185 v.º — C. (Christian) D. (Daniel) e A. (Alfred) H. (Heinrich) Lindenberg eram filhos de Adolf Friedrich Lindenberg, Consul General das Cidades Livres Hanseáticas, em Lisboa, e grande negociante, também em Lisboa, onde faleceu a 14 de Setembro de 1830, e netos de Joham Gaspar Lindenberg, Senador e Burgomestre da Cidade Livre de Luebeck, donde era natural. Christian e seu irmão Alfred nasceram e morreram em Lisboa, respectivamente, em 29 de Agosto de 1809 e 24 de Abril de 1852, e 9 de Fevereiro de 1812 e 8 de Junho de 1872. Os baptizados e os casamentos realizados em Lisboa tiveram lugar na Igreja Evangélica Alemã e os enterramentos dos que faleceram, no cemitério alemão. — Ao Senhor Heinrich Katzenstein, bisneto de Alfred Lindenberg, nos confessamos gratíssimos pelo favor dos informes que aqui deixamos.

(2) *Lisboa de Outrora*, por J. Pinto de Carvalho (Lisboa, 1938) Vol. 2.º — pag. 67.

(3) Nenhum dos livros e *Guias* de turismo que lemos se refere à firma Bessones & Barbosas como possuidora da Penha Longa, falando apenas de Tomaz Maria Bessone, ou Visconde de Bessone, mas a verdade é que na Conservatória do Registo Predial de Sintra, foi registada uma hipoteca da Quinta da Penha Longa a favor do Visconde do Barreiro, constituída pela firma Bessones & Barbosas, por escritura de 7 de Agosto de 1873. — *Reedificada a igreja?* Em que estado de abandono se encontrava ela ainda, para as obras efectuadas merecerem o qualificativo de reedificação? Ainda, pouco mais ou menos, como a deixara o terramoto? — Aquela lápide foi retirada da parede da igreja quando de obras de limpezas e pinturas em 1944, encontrando-se convenientemente guardada. — E' possível datar desta *reconstrução* a redução das cinco capelas apenas às duas actuais; a destruição de lápides com inscrições, aproveitadas, porventura, para alvenaria e para a pavimentação, como ainda se encontram restos; o arranque e destruição de azulejos das paredes, etc.

Seguidamente e porque a imagem da Senhora da Saúde fôra levada para a igreja paroquial de S. Pedro de Penaferrim (Sintra) pelo respectivo pároco quando viu o abandono crescente da igreja depois da saída dos religiosos, foi a mesma Senhora festivamente reconduzida para o seu antigo lugar.

Apesar de hipotecada em 1873, só em Julho de 1879, por ter sido declarada a falência da firma Bessones & Barbosas, as propriedades da Penha Longa foram arrematadas pelo capitalista Sebastião Pinto Leite, visconde de Gandarinha, por cuja morte tudo foi adquirido pela condessa viuva, D. Clementina Libania Pinto Leite, sua sobrinha, nos autos de inventário orfanológico e carta de sentença de 10 de Dezembro de 1898.

Por sua vez, vendeu a condessa, em Janeiro de 1921, reservando, porém, para si o usufruto, as mesmas propriedades, a seu sobrinho João Pinto Leite, visconde dos Olivais, o qual, em Setembro de 1921 e também com reserva do usufruto, de tudo fez doação a seu filho José.

Depois, em 1944 e por escritura do mês de Setembro, tudo comprou ao Sr. José Pinto Leite o Sr. Dr. Luiz José Pires Soromenho, actual possuidor da Quinta da Penha Longa e demais propriedades anexas, tudo, aliás, já em seu poder, sob palavra, desde alguns tempos antes.

Tais foram, como se vê, as mãos pelas quais tem passado a Quinta da Penha Longa desde a saída dos frades, em 1834, até agora.

Como a igreja tivesse ficado, como já dissemos, fora da venda dos outros bens, logo apareceram apetites a cobiçarem várias das cousas que lhe pertenciam e lhes fariam conveniência.

Assim, em 18 de Abril de 1843, o Tribunal do Tesouro Público oficiava ao Governador Civil de Lisboa a dizer que, em vista da «necessidade de ser colocado na torre do edificio da Câmara Municipal da Vila da Praia da Vitória, já reedificada dos estragos do último terramoto, algum dos relógios que foram dos extintos conventos e sendo presente a Sua Magestade a Rainha pela consulta do Tribunal do Tesouro Público, de 6 de Fevereiro próximo, que unicamente está disponível o relógio que foi do extinto convento da Penha Longa, houve por bem ordenar por Portaria do Ministério da Fazenda do primeiro do corrente mez, que se expedissem as ordens necessárias para que o referido relógio seja posto à disposição do Governador Civil do Distrito de Angra do Heroismo, a-fim-de ser colocado no edificio de que se trata». Esta deliberação foi na mesma data comuni-

cada ao referido Governador Civil, ignorando nós, porém, se o relógio chegou ou não a ir, visto haver ainda na torre um relógio em funcionamento, pelo qual são regulados os horários de trabalho da quinta.

Em 24 de Outubro de 1843 era dada ordem para ser «posto à disposição do Barão de Eschwege o sino existente na abandonada igreja do extinto convento da Penha Longa para ser colocado na torre da igreja do real palácio do Castelo da Pena, em Sintra, em lugar do actual que por estar rachado não pode continuar a servir, visto não fazer o referido sino parte integrante do relógio que fôra cedido e já mandado entregar à Câmara Municipal da Praia da Vitória». (1)

* * *

A Quinta da Penha Longa, afamada desde sempre, deveria ter sido constituída até 1834 e durante os primeiros tempos depois da sua venda, apenas pela área demarcada dentro dos muros da cêrca conventual, acrescida dos matos externos a que se refere o auto da posse para o Estado: só mais tarde os vários proprietários por cujas mãos ela tem passado a vieram acrescentando por compras e anexações sucessivas, até aos pontos de formar actualmente, sob a denominação geral de Quinta da Penha Longa, o extenso domínio de cêrca de 600 hectares que a constituem.

Uma destas propriedades anexadas por compra devia ter sido a denominada Quinta do Linhó, que pertencera, talvez, ao último capitão-mor de Sintra, Máximo José dos Reis, natural daquela povoação, porquanto nela se encontra junto de um grande tanque e poço recentemente restaurados, uma pequena fonte sôbre cuja bica estão colocadas duas placas de mármore com inscrições, a primeira das quais diz:

(1) *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* — Livro 8.º do Registo de Ordens dos Conventos — Próprios Nacionais — Fls. III v.º — A torre, que é quadrada e, por assim dizer, desligada da igreja, tinha quatro vãos, um em cada lado, mas estão todos tapados a alvenaria. Teria havido quatro sinos? O sino do relógio, aliás pequeno, está colocado exteriormente, no alto da cúpula que cobre a torre. — Em 6 de Maio de 1853 houve ainda um officio para o Delegado do Tesouro no Distrito de Lisboa, a perguntar-lhe, em virtude de ele ter informado que o Administrador do Concelho de Sintra pedira para ser autorizado a colocar na igreja paroquial de S. Pedro de Penaferrim um relógio pertencente à ermida do extinto convento da Penha Longa, que ermida era aquela e onde estava situada. — Não teria ido o relógio para a Praia da Vitória? Teria havido qualquer confusão por parte do Administrador do Concelho de Sintra? Será da primitiva o relógio existente, ou teria ele sido mandado colocar por algum dos antigos proprietários? Não encontramos o seguimento que teria tido o pedido do Administrador de Sintra, nem a resposta, que deveria, provavelmente esclarecer o caso, todavia de pouca importância.

1834

*Não sarou os nossos males
A virtude destas agoas;
Só as cura quem as cauza
Da saudade as tristes magoas.*

*Sede ardente nos matava
De ver o pai extremo;
Curar não pode a saudade
O teu licor milagrozo.*

*Offrecido ao melhor dos pais
Máximo José dos Reis pelos
Seus gratos filhos.*

A outra placa, colocada inferiormente a esta, diz o seguinte :

M I D R (*Máximo José dos Reis ?*)
A D 1834 (*Ano de 1834 ?*)

Certamente a saudade e as mágoas aludidas nestas quadras referir-se-hão à ferida ainda a sangrar pelo desgosto da morte do filho Domingos Joaquim dos Reis, um dos estudantes de Coimbra que, em Março de 1828, atacaram e mataram, perto de Condeixa, alguns lentes da Universidade que se dirigiam a Lisboa a fim de apresentarem cumprimentos a D. Miguel por se ter proclamado rei absoluto, e ao qual nem a posição social do pai, nem a circunstância de ser afilhado da rainha D. Carlota Joaquina, evitaram de ser levado à fôrca. (1).

(1) Máximo José dos Reis foi, muito novo, para Sintra, como caixeiro de uma loja que em 1907 pertencia a Jerónimo Inácio Sintra. Tendo casado com D. Maria Rosa do Carmo Pereira, do Casal da Asneira (Vila Verde), freguesia da Terrugem, teve de sua esposa quatro filhos, duas meninas e dois rapazes, sendo possuidor de abundantes meios de fortuna. Faleceu em Sintra em 2 de Maio de 1849. — *No Arquivo Histórico Português*, de Anselmo Braamcamp Freire, vem, no vol. 6.º, a pág. 57-65, um interessante e extenso artigo de Sousa Viterbo, com o título «Máximo José dos Reis. — O último Capitão-Mor de Sintra», no qual, além de outras notas, se diz ter corrido que Máximo José dos Reis oferecera o pêso do filho em ouro para o livrar da fôrca. E mais: uma das filhas, Libânia, casou com Miguel David Gallway, cidadão americano, dos Estados Unidos, não tendo, porém, havido filhos. Por este motivo todos os bens passaram para uma sobrinha de Gallway, por cuja morte foram para um seu sobrinho de nome Guilherme Miguel Gallway, casado com Mary Gertrudes, que foram os pais do Sr. Eduardo Henrique Gallway, morador em Sintra, na sua propriedade em Chão de Meninos — Da fonte acima referida, chamada a *fonte do bicho*, por a água sair pela bôca de um pequeno golfinho, refere Sousa Viterbo ser «um fio de águas que dizem terapêuticas». Ignoramos, porém, qual tenha sido a virtude atribuída às mesmas águas.

Outra propriedade adquirida foi a quinta da Ribeira, que antes pertencera aos condes da Silvã, na qual instituiu a condessa da Penha Longa um colégio ou asilo-creche, inteiramente custeado por ela, para ministrar às crianças dos arredores educação e ensino, com uma refeição diária e funcionou até pouco tempo depois da proclamação da República, em 1910. (1).

Os monges dedicavam à cultura da cêrca os maiores disvelos sob a superintendência do *cerqueiro*, provàvelmente uma espécie de capataz, competentemente escolhido entre eles pelo abade. O mesmo quanto aos jardins.

Se o primeiro proprietário da Penha Longa, o Duque de Saldanha, nenhuns cuidados lhe dispensou, o mesmo se poderá dizer de C. D. & Alfredo H. Lindenberg. Só mais tarde, no tempo de Bessones & Barbosas, se prodigalisaram a Penha Longa os carinhos que ela pedia, pois, segundo o dizer da «Cintra Pinturesca», (2) Tomaz Maria Bessone, residia ali no verão, realisando nessas temporadas festas sumptuosas.

Mas não fez tudo Tomaz Bessone, devendo atribuir-se ao tempo do visconde da Gandarinha, depois conde da Penha Longa, os grandes melhoramentos nas propriedades com a abertura de estradas e caminhos; com construções rurais, modelares para a época e ainda agora excelentes; com a introdução de melhoramentos agricolas e pecuários e com a construção da grande reprêsa da água de uma ravina da serra — a antiga *Prêsa da Penha Longa*, há poucos anos, por influências de turismo, crismada com o nome poético de *Lagôa Azul* — para cujas sombras e frescura se tem formado uma notável corrente de

(1) No n.º 244 da «Ilustração Portuguesa», do jornal «O Século», vê-se, na capa, uma fotografia do Dr. Afonso Costa, Ministro da Justiça do Governo Provisório da República, com a Condessa da Penha Longa, em visita ao colégio da Quinta da Ribeira. — Conforme Sousa Viterbo «na capelinha desta casa acha-se enterrade, em sepultura raza o reverendo padre João de Figueiredo e Silva, que fôra cônego da Sé de Leiria, segundo se depreende da respectiva inscrição, que é do teor seguinte: S. D. R. P. João de Figr.º / e Silva Co/nego q. foi da/ Se de Leiria o/ q. faleceu a 29 de Junho de 1716». — Além destas duas quintas, há outras, entre as quais a tapada do Saldanha, a mais importante de todas, quer em extensão (cêrca de 330 hectares), quer pelo seu valor florestal e instalações urbanas; o pinhal de D. Maria (58 hectares); a tapada dos Fidalgos (32 hectares), etc.

(2) Edição de 1905, pág. 126 — Nota.

excursionismo, que, aliás, o seu proprietário não tem contrariado. (1) Pena é que alguns dos frequentadores não correspondam, como deveriam, a esta atitude, prejudicando o local e mutilando e inutilizando o arvoredor, circunstâncias nada animadoras para quaisquer tentativas de beneficiação e melhorias que o sítio está a pedir e merece.

Foi grande a nomeada que Penha Longa adquiriu, valendo, por isso, a pena registarem-se algumas referências que a seu respeito encontramos.

Assim, o livro *Cintra — Colares e seus arredores* — (2) diz: «Pertence actualmente ao Sr. Conde da Penha Longa essa linda Quinta, cujos terrenos, convertidos em extensos prados de luzerna e regados pelo sistema da Lombardia, (3) dão pasto a grande número de cabeças de gado vacum, cujos estábulos, verdadeiramente admiráveis, foram dispostos conforme os preceitos da ciência agrícola. (4)

A casa em que se fabrica a deliciosa manteiga de Penha Longa é o que há de mais perfeito sob o ponto de vista técnico.

(1) Em Abril de 1918, quando dirigíamos a Colónia Penal Agrícola de Sintra, obtivemos da Estação Aquícola do Ave, 53 pequeninas carpas que foram lançadas no tanque grande da Colónia. Passados anos, começaram a multiplicar-se por tal forma que foi preciso retirar as criações e manda-las espalhar em ribeiros de águas permanentes da região. Foi numa destas ocasiões que foram lançadas na Prêsa da Penha Longa algumas carpas, operação posteriormente repetida, sendo a última vez em Março de 1942 com 45 peixes adultos e 50 pequenos. Foi também desde aqueles primeiros tempos que, sempre que se esgotavam os tanques para limpeza, se mandavam lançar no rio de Colares, pelo menos até 1943, alguns centos de peixes da criação da Colónia. Foi também num destes anos que a Colónia forneceu à Câmara Municipal de Cascais algumas carpas destinadas à sua prêsa do Rio da Mula, cujas águas correm duma ravina da Penha Longa.

(2) 1887 — J. A. Rodrigues Fernandes, Editor.

(3) A respeito da luzerna da Penha Longa, cita o 1.º volume de *As Melhores Forragens*, por A. M. Lopes de Carvalho (Lisboa — 1898), obra rara e valiosa, a pág. 40 e depois de dizer que a cultura da luzerna não se tinha desenvolvido entre nós, como era de esperar, o seguinte: «O Sr. Paulo de Moraes no seu interessante «Estudo Geral da Economia Rural da 7.ª Região Agronómica», referindo-se aos prados artificiais permanentes diz, a pág. 259, o seguinte: Escrevi há pouco que prados artificiais permanentes quasi não existem na 7.ª região. Com efeito, a não ser em alguns retalhos de horta, como pura curiosidade, e na Quinta da Penha Longa, no concelho de Sintra, pequenas leiras de luzernal muito mal tratado, só encontramos em Tomar, próximo do rio, uma certa superficie de courelas, que não excederão quatro hectares, em que esta forragem leguminosa é cultivada com esmero». — Talvez porque ficasse tradicional na propriedade, cultivava-se lá ainda, mas em maior escala e com melhores cuidados a luzerna.

(4) No livro «Notas sobre Portugal», a pág. 141 do 1.º vol. (1908), vem uma gravura — *Estábulo de vacas leiteiras em Penha Longa* — num estudo do falecido agrónomo-professor Joaquim Rasteiro sobre a *Indústria leiteira*.

E' também muito notável a pocilga. Os porcos são obrigados a tomar banho em tanques apropriados.

A coelheira, o pombal, o ovil, os vitreiros, o estábulo dos bois de trabalho, onde admiramos quatorze juntas, tudo excita a admiração do visitante.

Em suma, o palácio, os jardins, os lagos, as matas e o parque é tudo no gosto inglês e revela, á par de extraordinária opulência, um bom gosto inexcidível».

«Cintra Pinturesca», (1) refere que o «Visconde da Gandarinha, mais tarde Conde da Penha Longa, gastando largamente os seus avultados rendimentos, transformou o antigo mosteiro de Nossa Senhora da Saúde da Penha Longa num sumptuoso palácio e a sua cêrca numa verdadeira quinta modelo, que deixou a perder de vista todas as quintas regionais do país, não só no que diz respeito á applicação das mais modernas e aperfeiçoadas máquinas agrícolas, mas ainda ao escrupuloso apuramento das raças cavalar, bovina e suina».

E até o grande jornalista e grande político que foi Emídio Navarro deixou no belo livro «Quatro dias na Serra da Estrêla» (2) esta referência á célebre manteiga da Penha Longa: «Pode ser que eu ainda venha a dar em vaqueiro, por de todo me enfastiar da política e desesperar das letras! E então lá estou caído, (em Manteigas) a fazer concorrência ás manteigas da Quinta da Penha Longa, as melhores de Sintra, pertencente ao meu amigo e habilíssimo industrial o Sr. Visconde da Gandarinha».

Mas este estado de entusiasmo, de prosperidades e de fama pouco viria a durar depois da morte do Conde da Penha Longa por falta de continuidade nas suas iniciativas da parte dos sucessores, os quais, de certa altura em diante, deixando de fazer assistência e administração directa ás suas terras, as entregaram a arrendamentos precários, durante os quais tudo — campos, arvoredos, casas de habitação, estábulos e mais instalações agrícolas — se foi arruinando até á altura da compra pelo Sr. Dr. Luiz Soromenho.

Pouco tempo vai, pois, decorrido sobre a passagem da Quinta da Penha Longa para o seu novo possuidor, podendo, no entanto, afirmar-se desde já que com ele entrou no vasto domínio um espírito de iniciativa, de renovação e de melhoria atestado em volumosas somas gastas nos campos, reconstituindo culturas e pomares, e na serra, promovendo a reconstituição florestal por largas sementeiras de pinhal e pela plantação de dezenas de milhar de árvores diversas.

(1) Edição de 1905. — Loc. citado.

(2) Porto, 1884 — Pág. 180.

Além disto, foram construídas duas grandes e modelares nitreiras; edificadas e reedificadas casas para moradia de pessoal; refeita uma velha azenha e reconstituído com maquinismos modernos um velho lagar de azeite; melhoradas as pocilgas e transformado numa esplêndida e moderna vacaria um velho e arruinado estábulo, representando tudo isto, que já é muito, por assim dizer, os preliminares para obras maiores, para todas as quais concorrem também certos recursos naturais da quinta, como as pedras de boa cantaria, do granito da serra; os mármore branco e preto, dos vales; ⁽¹⁾ os dois grandes fornos de cal e forno de teijolo, etc., etc., sem esquecer a esplêndida, abundante e fresca água potável e para rega, desde a alta zona granítica da tapada do Saldanha, até ao fundo, ao ubérrimo vale onde foi o mosteiro e onde estão as habitações e a igreja.



(1) Referindo-se ao pavimento da capela-mor, de mármore branco e preto em forma de xadrez, diz o Códice 729 que tal pedra «abunda muito na Serra de Sintra, na qual se tem achado mármore de diversas cores e dos mais finos, que lhe não levam vantagem os de Itália».

ÍNDICE

CAPÍTULOS

BIBLIOGRAFIA

FENDO pensado, nos começos, em reservar para o final, como na Introdução se diz, a relação dos livros consultados, decidimos depois acompanhar o texto com as suas indicações nos lugares próprios.

E, como alguns dêles citam muitos outros, para lá remetemos o leitor, que poderá também encontrar no livro *Bibliografia Sintrense*, por Francisco Costa e Dr. J. Martins da Silva Marques, publicado pela Câmara Municipal de Sintra, apontados outros que não chegamos a ver e poderão, talvez, fornecer notas de interesse respeitantes a Penha Longa.

GRAVURA

Retrato do Autor	1
S. Jerónimo	13
O Mosteiro e a Penha Longa	25
O Portão do Pátio	27
Pórtico de entrada para o Mosteiro	28
Pátio de anexos do refectório	28
A Igreja	40
S. Jerónimo, santão de Cardal	47
Alvará	47
Grav. Paulo	53
Grav. Sebastião	53
Relatório de 1811	78
A Igreja	82
O Mosteiro e a Igreja	109

ÍNDICE

CAPÍTULOS

	<i>Pág.</i>
<i>Introdução</i>	9
<i>S. Jerônimo</i>	12
<i>S. Jerônimo no Agiologio e na Lenda</i>	15
<i>O Mosteiro</i>	23
<i>A Igreja</i>	39
<i>As Padroeiras</i>	55
<i>Os Monges</i>	63
<i>Guerreiro — Heroi da Restauração e Monge da Penha Longa</i>	81
<i>Aventureiro</i>	83
<i>Vária.</i>	91
<i>Depois de 1834</i>	105

GRAVURAS

<i>Retrato do Autor</i>	3
<i>S. Jerônimo</i>	13
<i>O Mosteiro e a Penha Longa</i>	25
<i>O Portão do Pátio</i>	30
<i>Pórtico de entrada para o Mosteiro</i>	32
<i>Painel de azulejos do refeitório</i>	36
<i>A Igreja</i>	40
<i>S. Jerônimo vestido de Cardeal</i>	42
<i>Altar-Mor</i>	45
<i>Santa Paula</i>	52
<i>Nossa Senhora da Saúde</i>	62
<i>Relógio de Sol</i>	76
<i>A «Ilha»</i>	95
<i>O Mosteiro e a Serra</i>	107

INDICE

CAPITULOS

107	Deposito de 1874
91	Paris.
83	Administrativo
81	Centros — lista de Restaurantes e Monte de Faria Louca
61	Os Hospizes
55	As Fabricas
39	A Igreja
33	O Mosteiro
25	S. Jeronimo no Arco da Rua Nova
18	S. Jeronimo
9	Introdução

GRAVURAS

107	O Mosteiro e a Torre
87	A Igreja
78	Religio de Sal
68	Novos Senhores do Souto
58	Santa Paula
47	Alto-Mor
43	S. Jeronimo vestido de Cardinal
40	A Igreja
36	Plano de analise do edificio
32	Plano de entrada para o Mosteiro
30	O Portal de Faria
27	O Mosteiro e o Monte Louca
23	S. Jeronimo
7	Relato do autor

17929
 6H

